



UNIVERSIDADE FEDERAL  
DO RECÔNCAVO DA BAHIA  
CENTRO DE ARTES, HUMANIDADES E LETRAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM  
ARQUEOLOGIA E PATRIMÔNIO CULTURAL



## REFLEXÕES SOBRE A GESTÃO DE UM ESPAÇO ARQUEOLÓGICO DE PINTURA RUPESTRE: O CASO DA SERRA DAS PARIDAS I



ALVANDYR DANTAS BEZERRA

CACHOEIRA – BAHIA  
DEZEMBRO – 2021

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA – UFRB  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUEOLOGIA  
E PATRIMÔNIO CULTURAL – PPGap

**REFLEXÕES SOBRE A GESTÃO DE UM ESPAÇO ARQUEOLÓGICO  
DE PINTURA RUPESTRE: O CASO DA SERRA DAS PARIDAS I**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Arqueologia e Patrimônio Cultural do Centro de Artes, Humanidades e Letras da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, como requisito parcial e obrigatório para obtenção do título de Mestre em Arqueologia e Patrimônio Cultural.

Área de Concentração: Arqueologia

Linha de Pesquisa: populações, ambientes e culturas

Orientador: Prof. Dr. Carlos Alberto Etchevarne.

---

B574a Bezerra, Alvandyr Dantas..

Reflexões sobre a Gestão de um Espaço Arqueológico de Pintura Rupestre: o caso da Serra das Paridas I. / Alvandyr Dantas Bezerra. Cachoeira, BA, 2021.

134f., il.

Orientação: Prof. Dr. Carlos Alberto Etchevarne.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Centro de Artes Humanidades e Letras, Programa de Pós-Graduação em Arqueologia e Patrimônio Cultural, Bahia, 2021.

1. Pinturas Rupestres – Chapada Diamantina (BA). 2. Arte pré-histórica – Chapada Diamantina (BA) 3. Serra das Paridas I – Chapada Diamantina (BA). I. Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Centro de Artes, Humanidades e Letras. II. Título.

CDD: 709.0113098142

---

Ficha elaborada pela Biblioteca do CAHL - UFRB.  
Responsável pela Elaboração – Juliana Braga (Bibliotecária – CRB-5/ 1396)  
(os dados para catalogação foram enviados pelo usuário via formulário eletrônico)

Alvandyr Dantas Bezerra

**Reflexões sobre a gestão de um espaço arqueológico de pintura rupestre: o caso da Serra das Paridas I**

Dissertação submetida à avaliação para obtenção do grau de Mestre em Arqueologia e Patrimônio Cultural do Programa de Pós-Graduação em Arqueologia e Patrimônio Cultural da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia.

Cachoeira, 16 de dezembro de 2021.

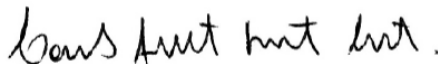
EXAMINADORES:



*Prof. Dr. Carlos Alberto Etchevarne – UFBA*

*Orientador*

*Matricula: 1107246*



*Prof. Dr. Carlos Alberto Santos Costa – UFRB*

*Membro Interno Titular*

*Matricula: 1493744*



*Profª. Drª. Edithe da Silva Pereira – MPEG*

*Membro Externo Titular*

*Matricula: 672489*

CACHOEIRA – BAHIA  
2021



### **Dedicatória:**

Dedico esse trabalho aos autores anônimos das pinturas rupestres do Complexo Arqueológico da Serra das Paridas e a todas as pessoas que passaram ou passam por esse contexto cultural e natural, mantendo um *continuum* histórico no espaço e no tempo.

## AGRADECIMENTOS

Qualquer trabalho que a gente realiza na vida, desde seu desenvolvimento até suas conclusões, fazem parte de um esforço coletivo, no qual outras pessoas participaram e contribuíram de alguma maneira no processo, seja direta ou indiretamente. O fato, é que o fazer humano é um ato coletivo e nunca individual. Nessa perspectiva, um trabalho acadêmico, como uma dissertação de mestrado, também se enquadra nessa realidade e comigo não foi diferente.

Muitas pessoas contribuíam para que esse material fosse produzido e pudesse ser discutido e socializado. Na realidade, o início desse processo acontece há muitos anos atrás quando concluí o ensino médio e entrei para a Universidade. Naquele momento, o apoio da minha família foi fundamental para encarar o universo acadêmico. Agradeço a meus pais e irmãos!

Durante todo o meu percurso na graduação na Universidade Federal da Bahia (UFBA) conheci pessoas que foram fundamentais para minha trajetória acadêmica. Por isso, agradeço aos meus professores e meus colegas de curso!

Fora da universidade, encarando os desafios para se manter no mercado de trabalho, conheci e trabalhei com vários pesquisadores, alunos de graduação, estagiários, bolsistas e, principalmente, pessoas de diferentes comunidades da Bahia. Em todos os lugares e ambientes que convivi no contexto da arqueologia, sempre tinha alguém para contribuir com minha trajetória profissional e é por isso que hoje a realizo e me sinto feliz. Agradeço a todos vocês!

Na Pós-graduação em Arqueologia e Patrimônio Cultural da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (PPGap), pude reviver, mais uma vez, o clima de um ambiente acadêmico. No contexto nostálgico das cidades de Cachoeira e São Félix, pude participar de importantes discussões conceituais e dos mais variados temas relacionados ao patrimônio cultural brasileiro. Pude ampliar meus conhecimentos e horizontes profissionais, convivendo com diferentes pesquisadores e seus importantes projetos de pesquisa. Pude aprender com professores comprometidos com suas disciplinas e com plena capacidade de ensinar, dentro de um diálogo democrático e dentro do contexto plural que vivemos, respeitando os valores humanos e considerando a diversidade sociocultural. Por todas essas experiências e vivências na UFRB, agradeço aos meus professores e colegas pesquisadores da Pós-graduação!

Não poderia encerrar esses agradecimentos sem nomear seis importantes pessoas que

foram indispensáveis para a realização e a finalização desse trabalho. Posso afirmar que sem eles, não existiria nenhuma dissertação de mestrado escrita por mim, principalmente, com a temática escolhida, contemplando um sítio arqueológico de arte rupestre localizado na mágica região da Chapada Diamantina.

Vou começar pela pessoa que me deu a oportunidade de trabalhar com arqueologia pela primeira vez e, depois dessa experiência, foi o responsável pelos inúmeros projetos de pesquisa que tive o prazer de trabalhar e aprender muito ao seu lado. Quis o destino que depois de tantos trabalhos de campo e de várias viagens pela Bahia, organizando e ministrando palestras, seminários e outros eventos, ele seria meu Orientador nessa dissertação de mestrado. Por sua insistência e incentivo, foi possível chegar ao fim dessa jornada. Prof. Carlos Etchevarne, meu inestimável agradecimento por todas as oportunidades e pelo vasto aprendizado adquirido durante todos esses anos de convívio!

Ter escolhido trabalhar com arqueologia foi uma decisão pensada em minha vida. Mas, conhecer a pessoa que iria transformar minha existência em um horizonte de conquistas e felicidades, foi uma surpresa maravilhosa, comparável a descoberta de um sítio arqueológico desconhecido e com muitas possibilidades futuras. Desde o dia que nos conhecemos, exatamente numa escavação arqueológica em Salvador, até o dia de hoje, foram percorridos diversos caminhos e trilhas recheados de desafios e obstáculos, mas todos superados com diálogo e maturidade. Graças ao seu incentivo diário e as muitas ajudas na revisão e na formatação do texto, nas broncas e reclamações, quando eu falava em desistir e nos aconchegos e afagos nos momentos de cansaço, foi possível concluir essa parte da minha vida acadêmica. Por tudo que representa na minha vida, agradeço de coração a minha esposa Mirta Barbosa! Aproveitando o contexto familiar da minha esposa e reconhecendo todo o apoio e incentivo, agradeço, também, a minha inestimável sogra e as minhas adoráveis cunhadas!

Fruto da nossa relação como casal e companheiros da vida, nasce nosso filho, que nos trouxe muita alegria desde seu nascimento, e com o tempo, mesmo tornando nossa vida mais desafiadora esse sentimento só cresce. O convívio familiar é incomensurável e de um aprendizado que não tem preço. Ser pai é um dos maiores desafios da vida, mas ter um filho maravilhoso e que o ama torna a vida mais fácil e gratificante. Durante os anos do mestrado ele se mostrou paciente e compreensivo nos vários momentos de ausência ou reclusão do pai. Por ser parte importante da minha vida, agradeço ao meu filho Matheus Barbosa Bezerra.

Não poderia deixar de agradecer a duas figuras emblemáticas que tive o prazer de conhecer. Uma delas, o Renato Hayne. Nativo da Chapada Diamantina, exerce com muito

orgulho a atividade de guia local, que o permite apresentar para as comunidades locais e forasteiros, as belezas naturais e culturais da sua região. A outra, Idenor Borges. Apesar de ser considerado “sonhador” por muitos, é um ser humano sensível e um visionário cheio de ideias, que ama viver um passo à frente do seu tempo e, por isso, muitas vezes é mal compreendido. Mas foi a partir da união de forças entre essas duas figuras e a luta diária pela preservação e divulgação de um bem público, que o Complexo Arqueológico Serra das Paridas está protegido de ações antrópicas destruidoras e que as pinturas rupestres podem ser vistas por pessoas de qualquer parte do mundo, mas, principalmente, da região chapadense. Agradeço aos dois pela preservação do sítio Serra das Paridas!

Como forma de concluir meus agradecimentos, gostaria de prestar uma homenagem póstuma a um grande amigo e pesquisador que nos deixou de maneira repentina, mas seu legado e os diversos ensinamentos continuam ecoando na minha vida. Com ele pude participar de um importante projeto de arqueologia que nos deu a oportunidade de viajarmos por quase toda a Bahia e registrarmos muitos sítios de arte rupestre e, o mais importante, ter tido momentos inesquecíveis de convivência, no qual pude aprender com sua empatia, simplicidade e muita alegria pela vida. Nunca vou esquecer suas últimas palavras comigo, quando havia confessado a ele da possibilidade de desistir da arqueologia e seguir outros caminhos: “Não desista. Siga em frente e não abandone os projetos, pois, muitos precisam de vc...” (fevereiro de 2008). Amigo Júlio Cesar Melo de Oliveira. Agradeço por ter convivido contigo e esse trabalho é apenas um fragmento do seu pedido.

Salvador, dezembro de 2021.

# REFLEXÕES SOBRE A GESTÃO DE UM ESPAÇO ARQUEOLÓGICO DE PINTURA RUPESTRE: O CASO DA SERRA DAS PARIDAS I

## RESUMO

Na atualidade, o Sítio Serra das Paridas I, localizado na Chapada Diamantina, é o único sítio rupestre da Bahia estruturado para receber diferentes públicos, pois apresenta um itinerário de visitação que é acompanhado por guias locais e possui um roteiro determinado, com placas de sinalização e informações arqueológicas. Quanto ao turismo, percebe-se que a preservação e a gestão desse sítio sempre estiveram intimamente relacionadas a arqueologia, principalmente com as escavações realizadas em um dos abrigos e com os estudos de diferentes painéis gráficos. Trata-se de um caso de gestão arqueológica – fruto de uma conciliação entre interesses particulares, de um lado, e científicos e educativos, do outro – que resultou na criação de um equipamento cultural. Essa convergência de interesses promoveu a visitação e a divulgação educativa de pesquisas, fazendo desse sítio rupestre um modelo muito específico de administração privada de um bem público.

**Palavras-Chave:** Serra das Paridas; Espaços Arqueológicos; Arqueologia Comunitária, Arte Rupestre.

## **REFLECTIONS ON THE MANAGEMENT OF AN ARCHAEOLOGICAL SPACE FOR RUPESTRE PAINTING: THE CASE OF SERRA DAS PARIDAS I**

### **ABSTRACT**

Currently, Sítio Serra das Paridas I, located in Chapada Diamantina, is the only rocky site in Bahia structured to receive different audiences, as it has a visitation itinerary that is accompanied by local guides and has a specific route, with signposts and archaeological information. As for tourism, it is clear that the preservation and management of this site have always been closely related to archeology, especially with the excavations carried out in one of the shelters and with the studies of different graphic panels. It is a case of archaeological management – the result of a conciliation between particular interests, on the one hand, and scientific and educational interests, on the other – which resulted in the creation of a cultural facility. This convergence of interests promoted visitation and educational dissemination of research, making this rocky site a very specific model for the private administration of a public good.

**Keywords:** Serra das Paridas; Archaeological Spaces; Community Archeology, Rock Art.

## ÍNDICE DE SIGLAS

CONAMA	Conselho Nacional de Meio Ambiente
CNA	Centro Nacional de Arqueologia
FCA	Ficha de Caracterização da Atividade
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IMN	Inspetoria de Monumentos Nacionais
IN	Instrução Normativa 001/2015 (IPHAN)
IPAC	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
MHN	Museu Histórico Nacional
PAIPA	Projeto de Avaliação de Impacto Arqueológico
PAPIPA	Projeto de Avaliação de Potencial Impacto Arqueológico
PPGap	Pós-graduação em Arqueologia e Patrimônio Cultural da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
ONU	Organização das Nações Unidas
RPPN	Reserva Particular do Patrimônio Natural
SECULT	Secretaria de Cultura do Estado da Bahia
SEI	Superintendência de Estudos Econômicos Sociais da Bahia
SEPLAN	Secretaria de Planejamento do Estado da Bahia
SPHAN	Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
TCE	Termo de Compromisso do Empreendedor
TRE	Termo de Referência Específico
UFBA	Universidade Federal da Bahia
UFRB	Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
USP	Universidade de São Paulo

## ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 1. Plano Estratégico da Organização da Agência Volta ao Parque \_\_\_\_\_ 92



## ÍNDICE DE IMAGENS

Figura 1. Caracterização das portarias emitidas para o Estado de São Paulo entre 2003 e 2010 (Fonte: Diário Oficial da União).....	37
Figura 2. Quantidade de portarias do IPHAN emitidas no Brasil entre os anos 2015 e 2020, mostrando o pequeno percentual relacionado a pesquisa acadêmica e a grande quantidade de projetos associadas a licenciamento ambiental.....	37
Figura 3. Quantidade de portarias do IPHAN emitidas na Bahia entre os anos 2015 e 2020, mostrando o pequeno percentual relacionado a pesquisa acadêmica e a grande quantidade de projetos associadas a licenciamento ambiental.....	38
Figura 4. Paredão rochoso avistado pelo grupo que catava mangabas, contendo as “manchas vermelhas”.....	49
Figura 5. Localização da Chapada Diamantina no Estado da Bahia.....	52
Figura 6. Localização do município de Lençóis no Estado da Bahia.....	57
Figura 7. Vista geral da Serra das Paridas. No primeiro plano as características da vegetação de cerrado e ao fundo o conjunto de afloramentos rochosos areníticos.....	61
Figura 8. Serra das Paridas. Percurso entre a sede do município de Lençóis e o Complexo Arqueológico Serra das Paridas.....	62
Figura 9. Serra das Paridas. Placas de sinalização indicando a entrada ao Complexo Arqueológico....	63
Figura 10. Vista geral da Serra das Paridas. No primeiro plano as características da vegetação de cerrado e ao fundo o conjunto de afloramentos rochosos areníticos.....	63
Figura 11. Serra das Paridas. Pórtico de entrada. Destaque para os materiais utilizados, e acabamento rústico dos postes e do próprio pórtico, assim como a natureza artesanal das sinalizações.....	64
Figura 12. Serra das Paridas. No primeiro plano as características da vegetação de cerrado e ao fundo o conjunto de afloramentos rochosos areníticos.....	64
Figura 13. Serra das Paridas. Vista panorâmica do receptivo turístico e do entorno natural.....	65
Figura 14. Palestrantes do I Fórum de Patrimônio Material da Bahia, realizado no Mercado Cultural, município de Lençóis.....	73
Figura 15. Seminário de Arqueologia, realizado no Auditório Afrânio Peixoto, município de Lençóis.....	76
Figura 16. Agentes patrimoniais de Lençóis estudando textos sobre arte rupestre.....	77
Figura 17. Agentes patrimoniais de Lençóis apresentando trabalhos sobre Arte Rupestre.....	78
Figura 18. Agentes patrimoniais de Lençóis nas atividades educativas realizadas na Serra das Paridas I.....	79
Figura 19. Agentes patrimoniais de Lençóis nas atividades educativas realizadas na Serra das Paridas I.....	79
Figura 20. Serra das Paridas I – Delimitação das quadras para escavação no abrigo maior do sítio.....	84

Figura 21. Serra das Paridas I – Decapagem das primeiras cinco quadras que alcançam pouca profundidade até chegar ao estrato rochoso. ....	84
Figura 22. Serra das Paridas I – Escavação por decapagem de níveis naturais com participação de membros da comunidade próxima do sítio.....	85
Figura 23. Serra das Paridas I – Registro fotográfico e audiovisual da escavação. ....	85
Figura 24. Serra das Paridas I. Coordenador do projeto Circuitos Arqueológicos explicando a membros da comunidade de Lençóis (professores, alunos, guias turísticos, <i>staff</i> administrativo, lideranças comunitárias) o processo de escavação e a identificação dos locais com materiais arqueológicos. ....	86
Figura 25. Serra das Paridas. Localização dos afloramentos em que se encontram pinturas rupestres e, em destaque, pontos de visitação. ....	96
Figura 26. Serra das Paridas I. Totem de direcionamento geral, indicando os vários setores funcionais do sítio.....	96
Figura 27. Serra das Paridas I. Detalhe de parte do equipamento de acessibilidade dos visitantes, os corrimões de madeira coletadas nas imediações, sem tratamento.....	97
Figura 28. Serra das Paridas I – Detalhe de um guarda-corpo promovendo a distância mínima dos visitantes com os painéis das pinturas. O equipamento compreende também um quadro de informações acerca do que deve ser observado nesse painel.....	97
Figura 29. Serra das Paridas I – Quadro de informações gerais sobre o ambiente natural dos quatro sítios que conformam o complexo arqueológico.....	98
Figura 30. Serra das Paridas I – Quadro de informações sobre a escavação do abrigo e o resultado das datações radiocarbônicas.....	98
Figura 31. Serra das Paridas I. Croqui dos 10 pontos de visitação, mostrando os afloramentos rochosos em que se encontram pinturas rupestres.....	99
Figura 32. Portão de acesso ao itinerário de visitação da Serra das Paridas I, composto por uma placa de informação e um quadro informativo. ....	100
Figura 33. Grupo de visitantes reunidos em frente ao portão de acesso a Serra das Paridas I recebendo as orientações e informações dos guias locais.....	101
Figura 34. Início do itinerário de visitação após a passagem do portão de acesso.....	101
Figura 35. Trilha de acesso ao primeiro Ponto de visitação da Serra das Paridas I. ....	102
Figura 36. Grupo de visitantes observando as pinturas rupestres na parte frontal do afloramento rochoso. ....	103
Figura 37. Detalhe do maior motivo geométrico localizado na parte frontal da rocha. ....	103
Figura 38. Grupo de visitantes observando as pinturas rupestres na parte abrigada do lado oeste da rocha.....	104
Figura 39. Grupo de visitantes observando as pinturas do ponto 3, no qual é preciso se abaixar para visualizar as principais figuras. ....	104
Figura 40. Painel localizado na parte inferior da parede, apresentando figuras geométricas, com	

destaque para o alinhamento de formas de losangos.....	105
Figura 41. Grupo de visitantes observando o maior abrigo da Serra das Paridas I e a área das escavações arqueológicas.....	106
Figura 42. Grupo de visitantes observando o maior abrigo da Serra das Paridas I e a área das escavações arqueológicas.....	106
Figura 43. Maior painel rupestre da Serra das Paridas I.....	107
Figura 44. Visitantes observando as pinturas rupestres que compõe o maior painel da Serra das Paridas I.....	108
Figura 45. Grupo de visitantes sentados no ponto mais alto da Serra das Paridas I contemplando o vale no horizonte.....	108
Figura 46. Vista do horizonte a partir do ponto mais alto da Serra das Paridas I.....	109
Figura 47. Visitantes observando os motivos gráficos. No primeiro plano, um quadro informativo sobre as pinturas representadas.....	110
Figura 48. Painel rupestre composto por grandes figuras geométricas.....	110
Figura 49. Grupos de visitantes observando o painel rupestre e lendo o quadro informativo.....	111
Figura 50. Figura humana que é apresentada pelos proprietários como a representação de um extraterrestre.....	112
Figura 51. Painel com representação de peixes.....	112
Figura 52. Trilha de acesso para o paredão que faz parte do ponto de visitação 8.....	113
Figura 53. Painel com desenhos em amarelo, composto pelos quatro motivos gráficos: figuras humanas, de animais, de plantas e geométricos.....	114
Figura 54 – Visitantes descansando e contemplando a paisagem do vale.....	115
Figura 55 . Visitante observando o painel rupestre localizado no declive da trilha.....	116
Figura 56. Pequeno abrigo com pinturas rupestres localizado no último ponto de visitação do itinerário da Serra das Paridas I.....	116
Figura 57. Visitantes descendo a trilha que leva ao portão de saída do itinerário da Serra das Paridas I.....	117

## SUMÁRIO

<b>CAPÍTULO 1. PRESERVAÇÃO E GESTÃO DE PATRIMÔNIOS CULTURAIS: PARA QUEM E POR QUEM .....</b>	<b>22</b>
1.1. Um “Patrimônio” de Conceitos .....	22
1.2. Patrimônio Arqueológico no contexto internacional .....	25
1.3. Patrimônio Arqueológico Brasileiro.....	28
1.4. Instituto do Patrimônio Histórico Artístico Nacional (IPHAN): trajetória da atuação	32
1.5. Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia (IPAC): breve histórico .....	39
1.6. Proteção do Patrimônio Arqueológico no âmbito municipal .....	41
1.7. O Patrimônio Arqueológico e a Comunidade.....	42
<b>CAPÍTULO 2. COMPLEXO ARQUEOLÓGICO SERRA DAS PARIDAS .....</b>	<b>47</b>
2.1. Entre queimadas e mangabas – uma descoberta arqueológica .....	47
2.2. O contexto ambiental e cultural do Complexo Arqueológico Serra das Paridas.....	52
2.2.1. Região da Chapada Diamantina .....	52
2.2.2. Município de Lençóis.....	56
2.3. Serra das Paridas I .....	59
<b>CAPÍTULO 3. SERRA DAS PARIDAS I: ESTUDOS ARQUEOLÓGICOS E A CONSTRUÇÃO DE UM FORMATO PARTICULAR DE VÍNCULO PÚBLICO-PRIVADO .....</b>	<b>66</b>
3.1. Interesses privados com miras à proteção ambiental e patrimonial .....	66
3.2. Motivações científicas e educativas.....	69
3.3. As primeiras atividades na Serra das Paridas I.....	70
3.4. Escavações Arqueológicas.....	80
3.4.1. Escavações na Serra das Paridas I – Lençóis .....	81
<b>CAPÍTULO 4. GESTÃO DO PATRIMÔNIO RUPESTRE NA SERRA DAS PARIDAS I .....</b>	<b>87</b>
4.1. Gestão Pública de Sítios Arqueológicos.....	87
4.2. Gestão Privada na Serra das Paridas.....	88
4.3. Construindo um itinerário de visitação.....	93
4.3.1. O Itinerário de Visitação da Serra das Paridas I.....	94
<b>5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>118</b>
<b>6. REFERÊNCIAS.....</b>	<b>125</b>

## INTRODUÇÃO

No ano de 2006, fiz parte da equipe de arqueologia durante a execução do projeto *Homem e Natureza na Arte Rupestre da Bahia*, elaborado pelo Arqueólogo Carlos Etchevarne e coordenado pelo pesquisador Júlio Cesar Mello de Oliveira, em que foi desenvolvido um trabalho de mapeamento arqueológico que resultou no registro de 110 sítios com pinturas e gravuras, distribuídos em 54 municípios baianos (ETCHEVARNE, 2007).

No decorrer dos trabalhos de campo, pude presenciar o potencial rupestre do território baiano, não só pela quantidade registrada *in loco*, mas pela abundância de informações de áreas que continham sítios com grafismos e que, por conta do cronograma do projeto, não puderam ser catalogadas. Além da questão quantitativa, chamou-me a atenção o estado de abandono e vulnerabilidade dessas áreas (onde não havia nenhuma iniciativa de preservação e gestão), principalmente pela falta de informação sobre a importância histórica dos sítios rupestres.

O resultado dos mapeamentos de sítios arqueológicos no âmbito do projeto *Homem e Natureza na arte rupestre da Bahia* foi a publicação do livro *Escrito na Pedra - Cor Forma e Movimento nos Grafismo Rupestres na Bahia* (ETCHEVARNE, 2007). Esse livro, além de ser o pioneiro em apresentar o universo rupestre da Bahia, trouxe uma gama de informações objetivas, baseadas nos estudos dos grafismos estudados, as quais abordam conceitos, categorias classificatórias e situações arqueológicas de suma importância para a compreensão gráfica dos sítios rupestres, principalmente sobre o olhar do público não especialista em arqueologia.

Nos anos de 2008 a 2015, participei de vários projetos coordenados pelo Arqueólogo Carlos Etchevarne na região da Chapada Diamantina, no Estado da Bahia, em que houve o desenvolvimento de pesquisas arqueológicas atreladas a ações de preservação e gestão de sítios rupestres. Nesses trabalhos, houve a participação de várias pessoas das comunidades em tarefas de grande relevância para os estudos, como a identificação e o registro dos painéis gráficos e da execução de ações relativas a atividades educativas e sociais. Nesses anos de trabalho, foi possível observar como os estudos arqueológicos (escavações arqueológicas e análise dos painéis gráficos) são essenciais para uma postura preservacionista e de gerenciamento de áreas com pinturas e gravuras rupestres.

Entre os projetos desenvolvidos na Chapada Diamantina, um em específico, denominado de Circuitos Arqueológicos de Visitação da Chapada Diamantina, tomou uma envergadura social e cultural já imaginada na sua concepção teórica. Houve o envolvimento

de várias pessoas de diferentes instituições municipais e de diversas organizações locais representando os seis municípios contemplados pelo projeto (Iraquara, Lençóis, Morro do Chapéu, Palmeiras, Seabra e Wagner), a fim de conhecer, valorizar e socializar os sítios rupestres dentro da região. Logo, vi-me envolvido no processo de uma educação patrimonial direcionada para os sítios de arte rupestre e, ao mesmo tempo, no compromisso de dialogar com as comunidades para pensarmos sobre preservação e gestão desses espaços arqueológicos.

Foi exatamente dentro desse contexto social e cultural que, junto com as comunidades locais, deparei-me com o universo gráfico da Chapada Diamantina, esta que apresenta, do ponto de vista das representações rupestres, um vasto e rico conjunto de sítios, os quais foram sendo identificados e mapeados ao longo de décadas, fruto de diversos trabalhos arqueológicos, seja no âmbito acadêmico ou na denominada Arqueologia de Contrato/Preventiva. O panorama rupestre do território chapadense faz parte de um cenário documental que se reveste de grande importância, trata-se de vestígios concebidos por grupos humanos do passado e que demonstram aspectos culturais, permitindo a reconstrução histórica e cultural de tais grupos.

A cada ano, novos sítios rupestres são registrados na Chapada Diamantina e cadastrados no Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), mas, apesar dessa realidade quantitativa, a maior parte desses sítios de pinturas e gravuras nunca foi estudada por especialistas e as informações preliminares de seus contextos ficam confinadas em relatórios técnicos que estão nas prateleiras dos próprios arqueólogos e nas instituições que os “encomendaram”. Os proprietários das áreas onde estão localizados os grafismos rupestres e as comunidades que estão em torno desses ambientes não têm acesso aos dados arqueológicos, mesmo que superficiais. A principal consequência desse afastamento entre os arqueólogos e as pessoas que vivem nas proximidades dos sítios é a continuidade do abandono dessas áreas e a consequente vulnerabilidade dos suportes com desenhos e, mais ainda, pela ameaça, dos diferentes empreendimentos de impacto ambiental.

Dessa forma, sem o conhecimento por parte dos moradores que residem nos contextos rupestres sobre a importância histórica dos desenhos identificados nos suportes rochosos, a preservação e gestão dos sítios ficam comprometidas. Nesse aspecto, o estudo mostrou que é possível e viável compatibilizar pesquisas arqueológicas em sítios rupestres localizados em propriedades privadas, com o processo de preservação e gestão atrelado aos interesses econômicos. E revelou, que os sítios arqueológicos estão sob o amparo da União, mais especificamente, do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), porém, a

atuação desse órgão não é eficiente na função de proteção ao patrimônio arqueológico.

A inquietude gerada por estas reflexões me motivou a desenvolver o presente estudo, levando em consideração as ações que foram e ainda estão sendo desenvolvidas no Complexo Arqueológico Serra das Paridas<sup>1</sup> (Sítios I, II, III e IV), localizado no município de Lençóis, Estado da Bahia. No caso do Sítio Serra das Paridas I, a iniciativa privada foi considerada como uma forma alternativa para suprir as deficiências do setor público, no que tange à conservação e gestão de um complexo arqueológico com pinturas rupestres.

Na atualidade, o Sítio Serra das Paridas I é o único sítio de arte rupestre na Bahia estruturado para receber diferentes públicos, uma vez que apresenta um itinerário de visitação que é acompanhado por guias locais e possui um roteiro determinado, com placas de sinalização e informações arqueológicas. Quanto ao turismo, percebe-se que a preservação e a gestão da Serra das Paridas sempre estiveram intimamente relacionadas com as questões arqueológicas, principalmente com as escavações realizadas em um dos abrigos e com os estudos de diferentes painéis gráficos.

Assim, o objeto da minha pesquisa é a análise das relações entre o processo de investigação arqueológica, a preservação patrimonial e a gestão de um sítio de arte rupestre a partir da iniciativa privada e sem a participação efetiva de instituições públicas. Toma-se como foco um caso de gestão que é fruto de uma conciliação entre interesses particulares, de um lado, e interesses científicos e educativos de outro. Tal gestão resultou na criação de um equipamento cultural do Sítio Serra das Paridas I. Essa convergência de interesses promoveu a visitação e a divulgação educativa das pesquisas, fazendo desse sítio rupestre um modelo muito específico de administração privada de um bem público.

A partir da minha vivência nos trabalhos desenvolvidos na Serra das Paridas I, decidi lançar um olhar sobre um modelo privado de preservação e gestão que foi adotado no contexto desse sítio arqueológico. Esta dissertação se constrói, portanto, através de uma revisão de todas as atividades arqueológicas realizadas no sítio, desde a sua descoberta até as últimas observações científicas, traçando uma trajetória em que caminham paralelas as pesquisas arqueológicas, as ações educativas e, principalmente, as medidas adotadas em prol da preservação e gestão do sítio arqueológico.

Nesse sentido, a dissertação está estruturada em quatro capítulos, além da Introdução e das Considerações Finais.

---

<sup>1</sup> O Complexo Arqueológico Serra das Paridas foi assim definido pelo arqueólogo Carlos Etchevarne. O Complexo é formado por quatro sítios arqueológicos denominados de Paridas I, Paridas II, Paridas III e Paridas IV. Apenas no Sítio Serra das Paridas I, foram realizadas escavações arqueológicas.

O primeiro capítulo dedica-se ao referencial teórico do estudo, que está apoiado na literatura relativa aos diversos conceitos de “Patrimônio”. Considera-se principalmente uma concepção não oficial, a qual se relaciona com a argúcia da sociedade (de não especialistas) acerca dessa expressão cultural. Essa sociedade se sente fortemente vinculada ao “Patrimônio”, seja historicamente, etnicamente ou de alguma outra forma.

Pesquisou-se também sobre a legislação e as ações de preservação pertinentes à gestão do patrimônio arqueológico; partiu-se de um contexto mais geral, pontuando as diretrizes das normas de preservação internacionais (ou seja, das Cartas Patrimoniais) e estabelecendo uma relação entre esses protocolos e a proteção legal dos bens de natureza arqueológica no Brasil, a qual dispõe sobre os monumentos arqueológicos e pré-históricos. Também foi feito um breve histórico sobre as instituições voltadas para a pesquisa e a gestão do patrimônio arqueológico brasileiro, investigando a atuação do IPHAN e do Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia (IPAC), avaliando os pontos de concordância e de discordância existentes entre ambos.

O Capítulo 2 apresenta uma contextualização ambiental e histórica do território onde está inserido o Complexo Arqueológico Serra das Paridas. Parte de uma visão macro do espaço no qual a região da Chapada Diamantina é descrita por suas características naturais. Na sequência, a história do município de Lençóis é retratada a partir de suas origens, relacionadas as descobertas do ouro e do diamante, que molda o cenário socioeconômico do local e posteriormente, o turismo e a nova realidade econômica. Por fim, faz-se uma breve caracterização do espaço arqueológico da Serra das Paridas I.

O Capítulo 3 versa sobre o estudo de caso em torno da preservação e gestão do patrimônio rupestre no Complexo Arqueológico Serra das Paridas, com ênfase no sítio Serra das Paridas I, pois foi nesse espaço que houve a organização e preparação de um equipamento turístico com infraestrutura mínima para receber grupos de visitantes. Além disso, descreveu-se como ocorreu todo processo de aparelhamento do sítio, apresentando os investimentos materiais e humanos, os obstáculos de logística, os desafios financeiros e, em especial, o modo como se deu a relação de um produto turístico com as questões arqueológicas, educacionais (direcionadas para um patrimônio arqueológico) e preservacionistas no contexto de um bem público.

O Capítulo 4 traz uma série de reflexões sobre a área estudada (Serra das Paridas I), trata da estrutura montada e utilizada turisticamente, relacionando-a com a gestão patrimonial e com as políticas de educação patrimonial para a preservação do Complexo Serra das Paridas. Analisou-se a gestão da Serra das Paridas, com abordagem de alguns aspectos: ações



realizadas no sítio rupestre, marco regulatório, mapa de gestão, esfera participativa, atuação das instituições e condicionantes atuais.

Nas Considerações Finais, são apresentadas, a partir das questões tratadas ao longo da pesquisa, a forma de preservação e gestão do Complexo Arqueológico Serra das Paridas e se discute se a iniciativa privada pode ser considerada uma forma alternativa para suprir as deficiências do setor público no que tange à conservação e gestão de um sítio com pinturas rupestres. No caso da Serra das Paridas, avaliou-se também se as ações e decisões da iniciativa privada tiveram como diretrizes o chamado compromisso social e ambiental, o qual condiciona um tipo de projeto econômico que utilize bens naturais ou culturais de essência não renovável.

Ademais, os estudos para esta dissertação foram efetuados a partir da minha experiência de campo vivenciada no Complexo Arqueológico Serra das Paridas, atrelada à metodologia qualitativa utilizada no trabalho, na qual os levantamentos bibliográficos direcionaram a interpretação dos dados e das informações durante toda a condução das pesquisas. Dessa forma, os estudos buscam pontuar conceitos, definições e leis que norteiam a atuação dos órgãos responsáveis pela proteção e gestão dos sítios arqueológicos – sobretudo, o IPHAN, no âmbito nacional, e o IPAC, no contexto estadual – e que deverão ser o referencial na aplicabilidade pela iniciativa privada. Foi feita uma revisão literária de todas as ações arqueológicas e educativas que foram efetivadas no Complexo Arqueológico Serra das Paridas e, sobretudo, verificou-se a eficácia dos mecanismos de gestão e preservação que estão sendo praticados no sítio rupestre, os pontos falhos e os avanços na gestão desses bens. Os questionamentos maiores referem-se à forma mais adequada de se organizar o patrimônio arqueológico, em termos de gestão da iniciativa privada, e ao modo como assegurar a proteção dos bens patrimoniais; em especial, de um sítio rupestre.

Em suma, trata-se de um estudo de caso através do qual se pretende mostrar que, no Complexo Arqueológico da Serra das Paridas, as informações arqueológicas, quando trabalhadas junto às comunidades que vivem próximas a esses sítios (especialmente os proprietários), contribuem para a preservação do acervo rupestre que compõe os painéis gráficos e, conseqüentemente, auxiliam numa adequada gestão privada do patrimônio arqueológico ali presente, o qual na atualidade, vem sendo apreciado por pessoas de várias partes da região da Chapada Diamantina, do Brasil e do mundo.

# CAPÍTULO 1. PRESERVAÇÃO E GESTÃO DE PATRIMÔNIOS CULTURAIS: PARA QUEM E POR QUEM

## 1.1. Um “Patrimônio” de Conceitos

A elaboração do conceito do que se convencionou como patrimônio cultural, constituiu-se historicamente sob uma perspectiva preservacionista da produção do fazer humano, através da atribuição de valor e importância a determinados bens, de determinados grupos sociais, transformando-os em símbolos de um passado que passam a ser salvaguardados para continuarem a existir.

Partindo de um julgamento bem geral e lançando mão de conceitos preliminares sobre a palavra **patrimônio**, deve-se remontar ao Direito Romano: *patrimonium*, cujo significado original é “herança paterna”, pois está ligado ao prefixo *pater* (pai). Ampliando-se um pouco as suas possibilidades de uso, chega-se às ideias de “bem de família” ou “herança comum” (MACHADO, 2006, p. 910). Nesse sentido, pode-se dizer que é um julgamento atrelado à noção daquilo que é passado como legado entre as gerações, ou como se diz no popular: “*De pai para filho*”, sendo utilizado quando se refere aos bens ou riquezas de uma pessoa, de uma família, de uma empresa. Ou seja, sempre se referindo ao âmbito privado e àquilo que está dentro de um núcleo restrito a poucos, dentro de um tipo de relação que se estabelece em sociedades estruturadas econômica, política, social e juridicamente, condição para a definição do direito à herança.

No caso da palavra “patrimônio” referindo-se ao âmbito coletivo, que extrapola o contexto familiar, a denominação adquire múltiplos significados, dependendo do adjetivo que a qualifica e do olhar de quem a define. O conceito começou a adquirir um sentido de coletividade a partir da Revolução Francesa, no século XVIII. É nesse período que a concepção de um monumento histórico como patrimônio se dá, a partir do conceito de “estado nacional”, baseado na homogeneidade, relacionado ao compartilhamento de uma origem, um território e uma cultura (CHOAY, 2001).

Dessa maneira, pode-se identificar que, a partir da Revolução Francesa, o termo “patrimônio” ganha uma característica conceitual em que a noção emanada do direito – através da qual a sucessão é normalizada em relação ao conjunto das posses – metaforicamente passa a designar as propriedades que, de agora em diante, pertencem à nação (CHOAY, 2001). Nesse contexto, conforme aponta Adalberto Santos,

Surgiram concepções que defendiam a necessidade de políticas públicas para preservar e valorizar os bens representativos da nação. A possibilidade de perda do patrimônio passou a ser, ao mesmo tempo, a causa e o efeito das políticas de proteção legal. Fragmentos culturais salvaguardados da perda e da degradação materiais foram eleitos como pontos de contato com o passado. (SANTOS, 2012, pg. 70).

A experiência no contexto da Revolução Francesa foi o movimento que concentrou as bases desse processo, através da criação de medidas protetivas condicionadas aos bens das classes dominantes que sofriam com os saques e destruições que ocorriam no período. Nesse cenário revolucionário, começa a haver uma dinâmica social de ressignificação dos sentidos do patrimônio; porém, observa-se o uso mais constante do termo “monumento” (“monumento histórico”) e não necessariamente de “patrimônio” – vocábulo que só se firma como representativo em fins do século XIX e, na maioria dos países do Ocidente, nas primeiras décadas do século XX. Foi a partir da segunda metade do século XX

“... que o processo de consolidação da noção de “patrimônio cultural” se converteu em instrumentos legais de proteção de bens públicos, que passaram a ser merecedores de proteção, visando à sua transmissão para as gerações futuras. Por meio desses instrumentos, os Estados impuseram uma imagem da nação a partir de uma identidade legitimadora, criando estatutos jurídicos que definiam processos de seleção e proteção do patrimônio cultural nacional por meio de rituais bastante específicos, conduzidos por agentes com um perfil intelectual definido”. (SANTOS, 2012, pg. 70)

Nesse contexto do século XX, novas necessidades preservacionistas apontam outros direcionamentos para a salvaguarda de elementos patrimoniais, surgindo novas abordagens da noção de “patrimônio”. O maior exemplo recai sobre os enfoques que reconheciam o patrimônio apenas no âmbito histórico, limitados a recortes cronológicos caracterizados por acontecimentos bélicos, figuras mitológicas e religiosas e, principalmente, a lugares e imóveis emblemáticos relacionados a estilos artísticos convencionados, considerados como os legítimos representantes de uma sociedade. Como consequência dessas mudanças do olhar patrimonial, surgem as dimensões testemunhais dos bens culturais e a percepção de sua preponderância junto às identidades individuais e coletivas.

Sob essa perspectiva conceitual, o patrimônio passou a ser reconhecido no âmbito de contextos socioculturais que anteriormente estavam circunscritos apenas à salvaguarda de imóveis públicos e religiosos pertencentes aos domínios e interesses dominantes de uma pequena fração da sociedade. Esse novo fazer patrimonial proporcionou uma ampliação das iniciativas legais, viabilizando a proteção de edificações inseridas nas atividades do cotidiano das populações, como mercados públicos, estações de trem, terreiros de candomblé, sítios

arqueológicos, entre outros locais. Foram inclusos nessa realidade os bens culturais de natureza intangível, como expressões, conhecimentos, práticas, representações e ofícios tradicionais.

O cenário patrimonial que foi sendo construído nos fins do século XX e início do século XXI passa a valorizar a noção de “conjunto de contextos mistos”, que envolve os bens naturais, histórico-culturais e arqueológicos. Outro item fundamental nesse processo transformador do conceito de “patrimônio” foi a superação de espectros fragmentados e independentes que limitavam e isolavam as práticas preservacionistas em feudos espaciais os quais não se conectavam com o contexto social em que estavam inseridos e excluía os aspectos intangíveis pertencentes a esse universo patrimonial.

Nesse sentido, a retomada da própria definição antropológica de “cultura” teve influência nas novas reflexões conceituais de patrimônio. No seu livro, *O que é Cultura*, José Luiz dos Santos a define genericamente:

(...) cultura diz respeito à humanidade como um todo e ao mesmo tempo a cada um dos povos, nações, sociedades e grupos humanos. Quando se consideram as culturas particulares que existem ou existiram, logo se constata a grande variação delas. Saber em que medida as culturas variam e quais as razões da variedade das culturas humanas são questões que provocam muita discussão (SANTOS, 1999, p. 08).

No artigo intitulado *O Patrimônio como categoria de pensamento*, o Antropólogo José Reginaldo Santos Gonçalves (2009) retrata o patrimônio como uma categoria do pensamento ocidental moderno, diferenciando-o de outros conceitos utilizados na tradição antropológica, ou, nas palavras do autor: “das categorias da Antropologia clássica”. Tendo um ponto de partida para o conceito de “patrimônio” enquanto categoria de pensamento, indica o “coleccionamento” como uma verdadeira categoria, apontando como ele pode, nesse caso, traduzir o processo de constituição de patrimônio. Mas o autor alerta que, embora todo grupo social exerça essa atividade – a de colecionar –, nem todos os grupos ou sociedades a constituem com um propósito firme de colecionar bens patrimoniais ou até de reuni-los; algumas sociedades a utilizam como processo de redistribuição.

Como forma de colocar em prática a ideia de patrimônio enquanto categoria de pensamento, Gonçalves mostra a forma que deve ser conduzido o processo conceitual: através de etapas metodológicas, transitar com o termo de forma analítica por vários mundos culturais e sociais e se utilizar de métodos comparativos com épocas passadas ou sociedades distintas. Ou seja, em contextos distintos daquele da sociedade ocidental moderna, ou, pelo menos, estranhos a ela. Nessa perspectiva, o autor aponta o patrimônio cultural como o resultado de

processos e procedimentos transitórios que estão sempre em transformação e que – pelo próprio caráter transitório da história – não são, de modo algum, imutáveis. Como o próprio Gonçalves define: “A categoria ‘patrimônio’, tal como é usada na atualidade, nem sempre conheceu fronteiras tão bem delimitadas” (IBIDEM, p.27), diversas dimensões foram e são dadas a esse conceito em outros contextos que não o ocidental moderno.

O patrimônio cultural apenas muito recentemente vem se articulando como matéria de conhecimento. Portanto, é necessário rediscutir os conceitos de “patrimônio”, ou mesmo admitir que esse termo só existe e se sedimenta na intersecção de inúmeros saberes acadêmicos, já consagrados. Nesse sentido, é impreterível ultrapassar os muros do círculo de especialistas, para que a noção de “patrimônio” venha a constituir-se em conhecimento que tenha a participação efetiva daqueles que realmente reconheçam seus bens sociais, os quais precisam ser preservados.

## **1.2. Patrimônio Arqueológico no contexto internacional**

Na década de 30 do século XX, diversas instituições internacionais, composta por diferentes especialistas, unem-se na elaboração de documentos que expressem pensamentos e diretrizes para a preservação e gestão do patrimônio cultural, os quais, posteriormente, ficaram conhecidos como Cartas Patrimoniais<sup>2</sup>. No caso específico do patrimônio arqueológico, as primeiras orientações internacionais direcionadas para as intervenções em bens arqueológicos serão abordadas na Carta de Atenas, em 1931, resultado da Conferência do Escritório Internacional de Museus:

Quando for impossível a conservação de ruínas descobertas durante uma escavação, é aconselhável sepultá-las de novo depois de haver sido feito um estudo minucioso. Não é preciso dizer que a técnica e a conservação de uma escavação impõem a colaboração estreita do arqueólogo e do arquiteto (Carta de Atenas, 1931: p. 03).

A Carta de Atenas se constitui o primeiro documento internacional que relaciona deliberações de consenso referentes ao patrimônio cultural e à restauração, as quais foram estabelecidas por profissionais dos vários países representados. A Conferência discutiu as principais preocupações da época, que envolviam a legislação, as técnicas e os princípios de conservação dos bens históricos e artísticos, incluindo a prática arqueológica. Em linhas

---

<sup>2</sup> As Cartas Patrimoniais são documentos que contêm conceitos e medidas para ações administrativas, com diretrizes de documentação, promoção da preservação de bens e planos de conservação, manutenção e restauro de um patrimônio, seja histórico, artístico e/ou cultural.

gerais, o documento mostra a necessidade de organizações que trabalhem na atuação e consultas relacionadas à preservação e restauro dos patrimônios, como também, a necessidade da existência de legislações que amparem tais ações de garantia ao direito coletivo. Mesmo apresentando muito pouco sobre arqueologia, a Carta aponta alguns elementos básicos para o desenvolvimento da pesquisa arqueológica.

O segundo documento internacional em que o patrimônio arqueológico é mencionado e discutido amplamente é a Recomendação<sup>3</sup> de Nova Délhi, elaborada durante a Conferência Geral da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), em 5 de dezembro de 1956. Esse documento apresenta novos parâmetros referentes ao patrimônio, os quais acompanham diferentes reflexões e posturas construídas no pós-segunda guerra mundial.

A Recomendação de Nova Délhi produz importantes reflexões gerais, como a perspectiva do Estado de garantir a proteção e o uso dos bens arqueológicos, prevendo a necessidade de comunicação e acesso à comunidade nacional e internacional. Consiste no primeiro e mais completo documento internacional referente aos princípios a serem aplicados em pesquisas arqueológicas. Considera o conhecimento e a contemplação dos bens antigos como propulsores de harmonia entre grupos humanos de diferentes etnias. A Recomendação define princípios comuns a serem seguidos pelas autoridades nacionais encarregadas da proteção do patrimônio arqueológico, como aqueles princípios referentes à fiscalização e autorização prévia das pesquisas e os referentes à necessidade de instauração de um regime jurídico específico, sugerindo que as pesquisas arqueológicas sejam, de preferência, efetivadas no âmbito da administração pública e que tenham a participação de institutos de pesquisa e universidades,

Para efeito da presente recomendação entende-se por pesquisas arqueológicas todas as investigações destinadas à descoberta de objetos de caráter arqueológico, quer tais investigações impliquem numa escavação do solo ou numa exploração sistemática de sua superfície ou sejam realizadas sobre o leito ou no subsolo das águas interiores ou territoriais de um Estado Membro (Recomendação de Nova Délhi, 1956, p. 02).

Cada Estado Membro deveria garantir a proteção de seu patrimônio arqueológico, levando em conta, especialmente, os problemas advindos das pesquisas arqueológicas e em concordância com as disposições da presente recomendação. Cada Estado Membro deveria, especialmente:

- a) submeter as explorações e as pesquisas arqueológicas ao controle e à prévia autorização da autoridade competente;
- b) obrigar quem quer que tenha descoberto vestígios arqueológicos a declará-los, o mais rapidamente possível, às autoridades competentes;

---

<sup>3</sup> Recomendações são documentos em que, numa Conferência Geral, formulam-se princípios e normas em torno de determinada questão em particular; convidam-se os Estados-Membros a tomarem medidas em conformidade com tais princípios. Não estão sujeitos a ratificação e os Estados-Membros são convidados a aplicá-las.

- c) aplicar sanções aos infratores dessas regras;
- d) determinar o confisco dos objetos não declarados;
- e) precisar o regime jurídico do subsolo arqueológico e, quando esse subsolo for propriedade do Estado, indicá-lo expressamente na legislação;
- f) dedicar-se ao estabelecimento de critérios de proteção legal dos elementos essenciais de seu patrimônio arqueológico entre os monumentos históricos (IBIDEM, p. 03).

A autoridade competente deveria empreender uma ação educativa para despertar e desenvolver o respeito e a estima ao passado, especialmente através do ensino de história, da participação de estudantes em determinadas pesquisas, da difusão pela imprensa de informações arqueológicas que provenham de especialistas reconhecidos, da organização de circuitos turísticos, exposições e conferências que tenham por objeto os métodos aplicáveis em matéria de pesquisas arqueológicas assim como os resultados obtidos, da apresentação clara dos sítios arqueológicos explorados e dos monumentos descobertos, da edição a preços módicos de monografias e guias em uma redação simples. Os Estados Membros deveriam adotar todas as medidas necessárias para facilitar o acesso do público a esses sítios (IBIDEM, p. 05).

Durante as décadas seguintes à Recomendação de Nova Délhi, o patrimônio arqueológico poderia passar a ser definido como uma herança comum a toda a humanidade, em que a cooperação internacional seria essencial para enunciar e se fazer respeitar os critérios de gestão desse patrimônio. Surge uma necessidade premente de serem estabelecidos circuitos internacionais que permitam a troca de informações e a partilha de experiências entre os profissionais encarregados da gestão do patrimônio arqueológico, o que implica na organização, em escala mundial e regional, de conferências, seminários e *workshops*, assim como na criação de centros regionais de formação de alto nível (MOURÃO, 2017). Nesse cenário, em 1990, na cidade de Lausanne, na Suíça, é elaborado um documento, aproximando-se das orientações das recomendações de 1956.

A Carta de Lausanne é direcionada à proteção e gestão do patrimônio arqueológico e envolve, nas pesquisas, outras disciplinas além da arqueologia. Chama a atenção para o fato de o patrimônio cultural consistir em um recurso não renovável, sendo necessário, pois, que os projetos desenvolvimentistas sejam integrados às políticas de proteção patrimoniais, objetivando que os danos a esse patrimônio sejam minimizados. Para atingir tal objetivo, essas políticas devem estar integradas em nível local, regional e nacional e contar com a participação de todos os setores da sociedade, sobretudo das populações cujo patrimônio estiver ameaçado; além de contar com os especialistas e pesquisadores, o poder público e as empresas privadas, chamando a atenção para a importância da participação popular como agente da preservação do patrimônio arqueológico. As implementações de programas internacionais de intercâmbio também são sugeridas, na Carta, como forma de capacitação dos gestores do patrimônio

arqueológico.

Ademais, por meio da revisão desses documentos produzidos pela UNESCO ao longo do século XX, percebem-se abrangências diferentes para a promoção e proteção do patrimônio arqueológico. À medida que cada Carta ou Recomendação era apresentada, tomava corpo a ideia de novos direcionamentos voltados para práticas preservacionistas dos bens arqueológicos. Tais documentos, com novos referenciais conceituais sobre patrimônio, influenciaram as formulações de diretrizes legais implementadas no Brasil, conforme apontado por Valdeci dos Santos:

(...) com a divulgação da Carta Atenas, as autoridades governamentais brasileiras passam a ter uma preocupação sobre a necessidade de criação de leis que viessem a proteger os monumentos históricos, como por exemplo, através do texto constitucional de 1934, e ainda na divulgação do Decreto-Lei nº 25 de 1937, que introduz em seu primeiro artigo uma conceituação sobre patrimônio histórico e artístico, e engloba a proteção do patrimônio arqueológico.  
(...) no Brasil, a Recomendação de Nova Délhi embasou a elaboração da Lei 3924, de 1961, que regula a proteção dos monumentos pré-históricos e arqueológicos (SANTOS, 2004/2005).

### 1.3. Patrimônio Arqueológico Brasileiro

A primeira lei de proteção ao patrimônio cultural brasileiro foi instituída pela Constituição Federal de 1934, promulgada em 16 de julho pela Assembleia Nacional Constituinte, influenciada pelo movimento europeu do pós-guerra – quando os países, destruídos pelo conflito, acordaram para a emergência de reconstruir a sua memória coletiva – e, como já mencionado, pela Carta de Atenas de 1931. O principal tópico da Lei encontra-se no Art. 10, em que se atribui à União, aos Estados e aos Municípios, a proteção das “bellezas naturaes e os monumentos de valor histórico ou artístico, podendo impedir a evasão de obras de arte”. De forma indireta, o patrimônio arqueológico se encontrava acautelado.

Art 10. Compete concorrentemente à União e aos Estados:  
**III - proteger as bellezas naturaes e os monumentos de valor histórico ou artístico, podendo impedir a evasão de obras de arte;**  
(BRASIL. Constituição 1934, Art. 10).

Uma inovação importante trazida pela Constituição de 1934 (em seu Art. 113, inciso 17) foi a garantia ao exercício do direito à propriedade, contanto que este não fosse exercido contra o interesse social ou coletivo; admitia-se assim a proteção ao Patrimônio Cultural, mesmo se este se encontrasse em domínio privado. A criação de uma legislação voltada à



proteção do patrimônio no Brasil reitera que foi necessário primeiramente que a Constituição falasse em “bem-estar social” para que se pudesse legitimar a questão da intervenção do Estado sobre o patrimônio. Isso porque a preservação da materialidade de um bem público ou particular significa a salvaguarda de todo um universo simbólico cuja propriedade não é de um indivíduo, mas de toda uma comunidade ou grupo, ou ainda de toda a sociedade, pois aquele bem que se distingue como patrimônio cultural é um bem de todos.

Art 113 - A Constituição assegura a brasileiros e a estrangeiros residentes no país a inviolabilidade dos direitos concernentes à liberdade, à subsistência, à segurança individual e à propriedade, nos termos seguintes:

(...) 17) É garantido o direito de propriedade, que não poderá ser exercido contra o interesse social ou colectivo, na forma que a lei determinar. A desapropriação por necessidade ou utilidade pública far-se-á nos termos da lei, mediante prévia e justa indenização. Em caso de perigo imminente, como guerra ou commoção intestina, poderão as autoridades competentes usar da propriedade particular até onde o bem publico o exija, ressalvado o direito a indenização ulterior. (BRASIL. Constituição 1934, Art. 113, Cap. II, inciso 17)

Em 1937 foi outorgada uma nova Constituição que amplia a proteção patrimonial, passando a abarcar os monumentos históricos, artísticos e naturais. A normatização desse princípio constitucional teve dois importantes desdobramentos: a criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) e a promulgação do Decreto-Lei nº 25 de 1937, que instituiu o tombamento como instrumento jurídico principal e define patrimônio como sendo:

(...) o conjunto de bens móveis ou imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico (BRASIL. MEC. SPHAN/Pró-Memória, 1980, p. 90).

A preservação do patrimônio arqueológico estava prevista no conjunto de leis que vão estabelecendo, a partir de 1937, o alargamento do conceito de patrimônio, não só contemplando os bens arqueológicos com legislação específica, mas também atendendo às necessidades de conservação do patrimônio bibliográfico e documental. Com a criação do Livro do Tombo nº 1 – Livro Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico, surge a primeira forma de proteger os bens arqueológicos nacionais, os quais, quando tombados, recebiam a chancela governamental que os reconhecia como componentes da categoria de Patrimônio Histórico e Artístico do país.

Num artigo do Paulo Funari e da Erika González (FUNARI, GONZÁLEZ, 2008), sobre Arqueologia Pública no Brasil, os pesquisadores apontam a importância da Comissão de Pré-história – criada na USP em 1952, por Paulo Duarte, no processo de

proteção dos sítios arqueológicos, pois, foi a partir das discussões dessa comissão que ocorreu a aprovação da Lei nº 3924 de 1961. O ponto principal dessa lei, que “*dispõe sobre a proteção dos monumentos arqueológicos e pré-históricos pelo Estado*”, é uma mudança significativa no Decreto-Lei de 1937, pois, instituiu um regime jurídico próprio para bens de natureza arqueológica, dispensando o tombamento, que é o principal instrumento de preservação de bens materiais e garante e respeita a propriedade privada diante de um bem público.

Conforme a Lei nº 3924/1961,

*o patrimônio arqueológico é caracterizado pela cultura material composta por vestígios de manifestações culturais pretéritas, como artefatos (bens produzidos por humanos; por exemplo, machado polido, ponta de flecha, vaso de cerâmica, adorno de osso/pedra, estatueta em forma de animais/humanos de pedra/cerâmica, cachimbos de cerâmica, moeda, louça etc.), sepultamentos humanos, arte rupestre e vestígios orgânicos associados às atividades humanas. Dispõe também sobre os monumentos arqueológicos e pré-históricos e todos os elementos que neles se encontram.* (Portal do IPHAN, 2021)

Após 27 anos da elaboração da Lei nº 3924/1961, será na Constituição Federal de 1988 que outros temas relacionados aos bens materiais serão considerados, principalmente, a partir do conceito de “patrimônio cultural”, visto como a grande virada semântica e destaca nesse contexto os sítios arqueológicos. Os artigos 215 e 216, mostram essa questão da significação cultural que serão mencionados também, nos artigos 20 e 23, reforçando respectivamente, que os bens arqueológicos são bens da União e a responsabilidade por sua preservação e proteção cabe a todos os representantes do país, incluindo os Estados, Municípios e o Distrito Federal:

**Art. 215.** O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais.

**Art. 216.** Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

§ 1º - O Poder Público, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação.

§ 2º - Cabem à administração pública, na forma da lei, a gestão da documentação governamental e as providências para franquear sua consulta a quantos dela necessitem.

§ 3º - A lei estabelecerá incentivos para a produção e o conhecimento de bens e valores culturais.

§ 4º - Os danos e ameaças ao patrimônio cultural serão punidos, na forma da lei.

**Art. 20.** São bens da União:

X - as cavidades naturais subterrâneas e os sítios arqueológicos e pré-históricos;

**Art. 23.** É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios:

III - proteger os documentos, as obras e outros bens de valor histórico, artístico e cultural, os monumentos, as paisagens naturais notáveis e os sítios arqueológicos;

X - as cavidades naturais subterrâneas e os sítios arqueológicos e pré-históricos;

Há vários aspectos a serem abordados a partir dos artigos citados acima. O “Art. 216”, por exemplo, amplia o significado do termo “patrimônio”, definindo-o como um conjunto de bens materiais e imateriais selecionados não por terem “vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico”, como mencionava o Decreto-lei 25, 1937, mas por serem “portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira”.

Outro elemento fundamental para a questão da preservação e conservação do patrimônio cultural nos novos termos da Constituição é sua natureza declaratória e não mais constitutiva. Se o Decreto-Lei 25/37 estabelecia que, para ser patrimônio, haveria que se ter a inscrição em um dos livros do tomo, a legislação de proteção do patrimônio arqueológico e os “Arts. 215 e 216” estabelecem que o ato de tombamento ou de registro apenas “torna pública uma qualidade já existente no bem” (SOUZA FILHO, 2011, p. 85).

E por fim, os artigos 20 e 23 da Constituição Federal de 1988 estabelecem a competência comum da União, Estados e Municípios na preservação do patrimônio cultural, com a participação da comunidade. Dispôs também sobre os mecanismos a serem utilizados pelo poder público na preservação desse patrimônio: inventários, registros, vigilância, tombamento, desapropriação e outras formas de acautelamento e preservação.

A aplicação dos princípios da Constituição vigente, promoveu a reformulação de práticas e processos, dentre os quais, a inserção do patrimônio cultural na pauta das políticas voltadas para o desenvolvimento socioeconômico, a construção de instrumentos de ação conjunta e de gestão compartilhada entre as três esferas de governo e o envolvimento da sociedade.

Nesse contexto, as políticas de preservação dos sítios arqueológicos representam um grande desafio para a gestão governamental, visto que demandam a articulação efetiva com as demais políticas setoriais aplicadas à cidade, tais como as políticas

culturais, políticas de desenvolvimento urbano, de preservação ambiental, de educação, de desenvolvimento socioeconômico, de turismo, entre outras.

#### **1.4. Instituto do Patrimônio Histórico Artístico Nacional (IPHAN): trajetória da atuação**

Para se compreender o contexto histórico em que foi criado o Instituto do Patrimônio Histórico Artístico Nacional (IPHAN), a referência cronológica será a década de 30 do século XX. Nesse recorte temporal, pode-se destacar o ano de 1934, quando foi instituído, pelo Decreto nº 24735 de 14 de julho, o primeiro órgão voltado à preservação do patrimônio no Brasil: a Inspeção de Monumentos Nacionais (IMN). Tratava-se de uma entidade vinculada ao Museu Histórico Nacional (MHN) do Rio de Janeiro e tinha como principais finalidades:

*(...) impedir que objetos antigos, considerados referências da história nacional, fossem retirados do país em virtude do comércio de antiguidades e que as edificações classificadas como monumentos fossem destruídas devido às diversas intervenções urbanas que aconteciam naquele momento por conta do processo de modernização das principais cidades do país. (RANGEL, 2012, pg. 104).*

Em 26 de julho de 1934, dez dias após a eleição de Getúlio Vargas para a presidência da República, Gustavo Capanema foi nomeado para Ministro da Educação e Saúde. Capanema era um participante ativo da política nacionalista de Vargas e, especificamente no campo da cultura, não permaneceu alheio aos debates e discussões sobre o patrimônio histórico que aconteciam em diversos meios culturais e políticos do país. Nesse contexto de intenções preservacionistas, ele recorreu a Mário de Andrade, encomendando-lhe a elaboração de um programa de proteção do patrimônio histórico e artístico brasileiro.

Em resposta à solicitação de Gustavo Capanema, Mario de Andrade apresenta um programa de propostas e ações que ficou conhecido como “Projeto Mário de Andrade”. Para nossa análise, destaca-se, em especial, a inserção da arqueologia pela vertente do “*patrimônio artístico nacional*”, mais especificamente, na categoria de “*Obra de Arte Patrimonial*” (ANDRADE, 1987, pg. 35). O Projeto de Mario de Andrade contemplava a arqueologia, em que propunha duas vagas para arqueólogos. Apresentava também a criação de um museu nacional de arqueologia, etnografia e arte popular, ou então a adequação do Museu Nacional do Rio de Janeiro para que se transformasse em um museu estritamente de arqueologia e etnografia.

Finalmente, em 1937 é criado o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), cujo o decreto-lei tinha como base o anteprojeto de Mario de Andrade, mas é

importante ressaltar que muitas propostas inovadoras dele não foram consideradas e só seriam incorporadas à legislação brasileira somente meio século mais tarde, na Constituição de 1988. Com a existência do (SPHAN), a preservação do patrimônio cultural deveria ser uma prática institucionalizada pelo poder público e com a abertura desse campo de ação, surge a figura dos agentes oficiais de preservação. Esses agentes são intelectuais, pessoas ligadas às Artes, à Arquitetura, à História, e, mais tarde, ao Design, à Antropologia e a Arqueologia – muitos deles vinculados à Academia. Assim, a partir do momento em que o patrimônio surge como um campo de ação no âmbito das políticas públicas, sugere também um campo de estudos para as disciplinas das quais ele se aproxima. Dessa forma, a partir dos anos 30 do século XX, o patrimônio se configura, no Brasil, tanto como uma forma de ação quanto como um campo de reflexão.

O Brasil, já sob as diretrizes da Constituição de 1988, ampliou o exercício dos direitos culturais do cidadão (art. 215 da CF/88), apresentando maiores desafios à promoção e à gestão do patrimônio cultural (art. 216 da CF/88). Propõem-se então novas formas de proteção e gestão dos sítios arqueológicos brasileiros. Isso se faz necessário porque o Estado brasileiro, na figura do IPHAN, ainda entende que a tutela desse espaço cultural é sua competência exclusiva, mesmo com as contemporâneas diretrizes constitucionais que expressam ser o patrimônio cultural arqueológico um bem de caráter perene, público, e assim incluem a participação cidadã em sua preservação e gestão, tornando essa participação, além de um direito constitucional (CF/88, art. 216, § 1º), um verdadeiro dever de cidadania (MIRANDA, 2006, p. 202).

Com a promulgação da Constituição de 1988, alcançou-se uma importante mudança normativa no que diz respeito à proteção de bens culturais em nosso país, conforme indicado nos arts. 215 e 216, delineando-se o conceito, a abrangência, os instrumentos e as responsabilidades pela proteção do patrimônio cultural brasileiro. Verifica-se, pela leitura desses dois artigos, que existe uma imediata corresponsabilização de todos os cidadãos e entidades públicas e privadas na defesa e valorização dos bens culturais, que inclui também responsabilidades na promoção cultural. Porém, sempre coube exclusivamente ao IPHAN desenvolver ações direcionadas à proteção e gestão dos sítios arqueológicos.

Paralelo aos direcionamentos das leis federais que incluem em seus artigos a temática do patrimônio cultural, agregando os bens arqueológicos, surge uma nova realidade jurídica que contemplará a elaboração de normativas direcionadas ao processo de licenciamento ambiental brasileiro,

*devido a ampliação dos procedimentos socioambientais como um fenômeno que integra, na própria concepção de meio ambiente, a ideia de patrimônio cultural e de direitos culturais, promovida pela Constituição Federal de 1988. Nesse sentido, o patrimônio arqueológico insere-se também em outro sistema protetivo, no qual as técnicas, métodos ou normas específicas da arqueologia se somam aos princípios orientadores estabelecidos em lei a partir da Lei da Política Nacional de Meio Ambiente (Lei nº 6.938/81) e que terá seu ápice com a Resolução do Conselho Nacional de Meio Ambiente (CONAMA) em 1986. (LAIA, 2017 pg. 168).*

A partir da resolução do CONAMA de 1986 e, principalmente, com programas governamentais de aceleração e expansão das obras de infraestrutura nacionais, as pesquisas arqueológicas de natureza preventiva começaram a crescer, o Iphan se vê obrigado a inserir-se nessa nova realidade e elaborar instrumentos que para regulamentar o trabalho arqueológico e apresentar as diretrizes para a proteção e gestão dos bens arqueológicos brasileiros.

A Portaria 07, de 01 de dezembro de 1988, do Iphan se torna a primeira referência legal que regulamenta as pesquisas e escavações arqueológicas no Brasil, indicando todos os itens que precisam fazer parte do Projeto Arqueológico e que deverá ser apreciado e autorizado pela Autarquia Federal. Nesse sentido, a portaria normatiza que os pedidos de permissão para autorização das atividades de campo, precisa da indicação de uma instituição científica que apoia o projeto, apoio este expresso através da “declaração de endosso institucional” (art. 5º, inc. VII).

A arqueologia, que se mantinha, até o final dos anos de 1980, numa linha quase que exclusivamente voltada a grandes programas de pesquisas de longo prazo e tendo o espaço acadêmico como seu principal vetor, altera suas características, ganhando espaços e vínculos empresariais. Essa transformação na realidade arqueológica, somada às novas formas de organização da máquina administrativa governamental, que não será enfatizada nesse trabalho, repercutiu profundamente na estruturação do IPHAN e, conseqüentemente, na área arqueológica do Instituto.

Em decorrência das demandas levantadas pelos processos de licenciamento ambiental e a relação entre as pesquisas arqueológicas, o Iphan edita a Portaria IPHAN 230/2002 que estabelece os procedimentos necessários à comunicação prévia, às permissões e às autorizações para pesquisas e escavações arqueológicas e compatibiliza as três fases de obtenção de licenças ambientais com os estudos preventivos de arqueologia:

- 1. Para a Licença Prévia, procedia-se à contextualização arqueológica da área da influência do empreendimento por meio do levantamento de dados secundários e levantamento arqueológico de campo. A partir da avaliação devia-se elaborar o Programa de Prospecção e de Resgate a fim de garantir a integridade do patrimônio cultural da área;*
- 2. Na fase da obtenção da Licença de Instalação implementava-se o Programa de*

*Prospecção proposto na fase anterior, onde ocorriam prospecções intensivas na área de influência direta do empreendimento. Ao final elaborava-se o Programa de Resgate Arqueológico.*

*3. Na fase da obtenção da Licença de Operação, momento em que há a implantação do empreendimento, ocorre a execução do Programa de Resgate, onde os sítios identificados na fase anterior são salvos. É importante destacar que, em todas as fases previstas na Portaria, havia-se a obrigação legal de elaboração e execução do programa de Educação Patrimonial. (SILVA; SILVA; OLIVEIRA, 2021, pg. 45-46).*

A aplicabilidade da Portaria 230/2002 fez crescer exponencialmente as pesquisas arqueológicas no âmbito do licenciamento ambiental. Foi em decorrência dessa realidade arqueológica e como forma de fortalecer o IPHAN, principalmente, na área de gestão do patrimônio arqueológico, que em 2009, a partir do Decreto nº 6.844, foi criado o Centro Nacional de Arqueologia (CNA).

Cabe ao CNA a elaboração de políticas e estratégias para a gestão do Patrimônio Arqueológico Brasileiro, a modernização dos instrumentos normativos e de acompanhamento das pesquisas arqueológicas que, em duas décadas, aumentaram de cinco para quase mil ações por ano. Entre as principais atividades do Centro estão o desenvolvimento de ações de acatamento (tombamento e proposição de medidas diversas para a proteção e valorização do patrimônio arqueológico); a autorização e a permissão para realização de pesquisas arqueológicas, o acompanhamento e fiscalização dessas pesquisas; e a implementação de diversas ações de socialização do patrimônio arqueológico. (Portal do IPHAN, 2021).

Após treze anos de aplicabilidade nas pesquisas arqueológicas direcionadas ao licenciamento ambiental, a Portaria nº 230/02 do Iphan foi revogada e alterada com a publicação da Instrução Normativa IPHAN nº 01/2015, que regulamenta a atuação do órgão a partir da Portaria Interministerial nº 60/2015, no qual,

Este instrumento legal foi concebido a fim de compatibilizar e aperfeiçoar os procedimentos administrativos no licenciamento ambiental nas esferas federal, estadual ou municipal, o qual o IPHAN é instado a se manifestar, em razão da existência de intervenção em Área Diretamente Afetada - ADA do empreendimento em bens acatados em âmbito federal, em vistas da emissão da anuência das licenças ambientais, prévia, de instalação e de operação. (SILVA; SILVA; OLIVEIRA, 2021, pg. 46)

Uma das principais mudanças que a IN 001/2015 do Iphan apresenta, é a participação do empreendedor no processo, pois, ele tomará a iniciativa preenchendo e protocolando Ficha de Caracterização da Atividade – FCA, descrevendo informações sobre o empreendimento e da área onde o mesmo será instalado. Com base nas informações da Ficha, é elaborado o Termo de Referência Específico - TRE, onde empreendedor e órgão ambiental são informados dos procedimentos e estudos necessários para a anuência das licenças requeridas.

Outra inovação da Instrução Normativa está no estabelecimento de diferentes níveis

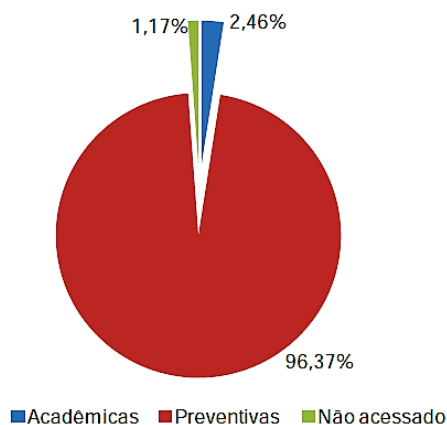
de enquadramento de empreendimento, com estudos e demais documentos compatíveis com os mesmos. Assim, para empreendimentos classificados como Nível I, exige-se apenas a apresentação do Termo de Compromisso do Empreendedor – TCE. Para empreendimentos de Nível II, é solicitado Projeto de Acompanhamento Arqueológico. Para os de Nível III é necessário o Projeto de Avaliação de Impacto Arqueológico – PAIPA. Os empreendimentos enquadrados como Nível IV, solicita-se o Projeto de Avaliação de Potencial Impacto Arqueológico – PAPIPA. Nesses dois últimos casos, é possível que seja solicitado posteriormente o Programa de Gestão do Patrimônio Arqueológico e o Projeto Integrado de Educação Patrimonial.

O advento da arqueologia empresarial, também conhecida como Arqueologia de Contrato, a partir do início dos anos 2000, tem provocado um aumento no volume de solicitações, em função do crescente número de empreendimentos a serem construídos e ainda pelas novas frentes de atuação, como a pesquisa em áreas urbanas, em diferentes terrenos de loteamentos. Dessa forma, em pouco tempo, a demanda se multiplicou, sem que o órgão licenciador obtivesse êxito em conseguir os instrumentos e o reforço estrutural necessários.

Em 2011, em sua tese de doutorado, a pesquisadora Camila Wichers faz uma análise das portarias de pesquisa publicadas pelo Iphan no período de 2003 e 2010, tendo como recorte cronológico inicial, a publicação da Portaria IPHAN nº230/02, que ocorreu em dezembro de 2002 e o final, corresponde ao ano que antecede a defesa do seu trabalho (WICHERS, 2011). Os dados apresentados pela Wichers, fazem referência ao quantitativo de portarias relacionadas a pesquisa acadêmica e a denominada arqueologia preventiva, mostrando a realidade brasileira e a do estado de São Paulo, que era o contexto da sua pesquisa. Como resultado, ela identifica um aumento exponencial na emissão de portarias direcionadas aos estudos arqueológicos no âmbito dos processos de licenciamento ambiental, conforme os gráficos abaixo:



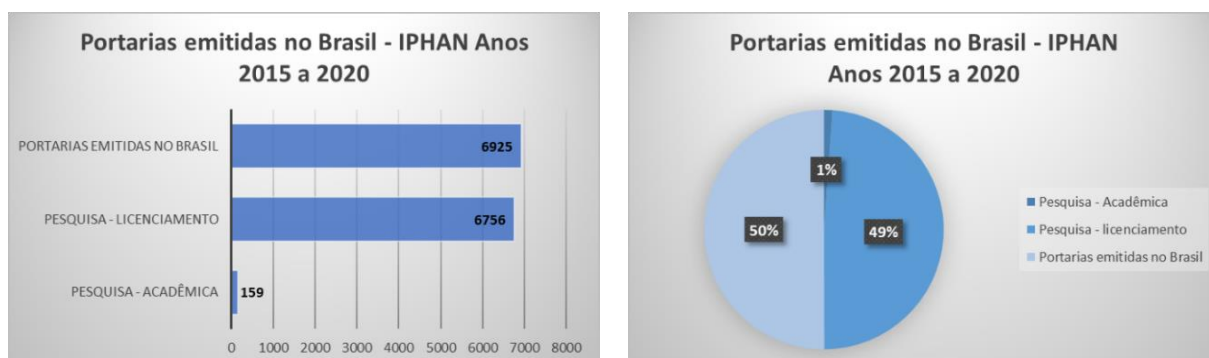
Figura 1. Caracterização das portarias emitidas para o Estado de São Paulo entre 2003 e 2010 (Fonte: Diário Oficial da União)



Fonte: WICHERS, 2011, p. 135

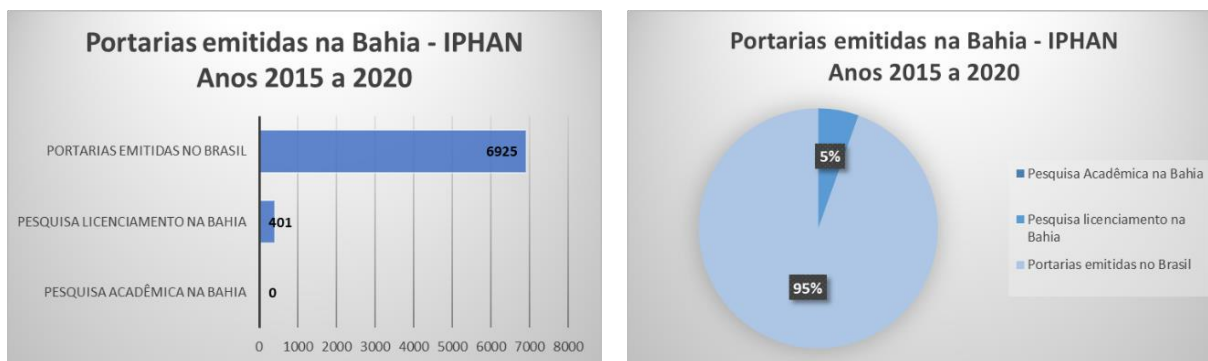
Tendo como referência o mesmo o processo metodológico da Camila Wichers, mas dando sequência ao quadro cronológico anterior apresentado por ela, fiz o mesmo levantamento no Iphan, considerando as portarias emitidas no Brasil e na Bahia, no período de abril de 2015, após a emissão da Instrução Normativa 001/2015 até abril de 2020 (período que antecede a minha defesa da dissertação). Os resultados não foram diferentes e a discrepância quantitativa é enorme: as portarias emitidas para projetos arqueológicos relacionados a licenciamento ambiental é muito superior as portarias para estudos acadêmicos. E a realidade do Estado da Bahia não é diferente do restante do país, incluindo o contexto paulista descrito pela Wichers em 2011:

Figura 2. Quantidade de portarias do IPHAN emitidas no Brasil entre os anos 2015 e 2020, mostrando o pequeno percentual relacionado a pesquisa acadêmica e a grande quantidade de projetos associadas a licenciamento ambiental.



Fonte: Diário Oficial da União. Elaboração de Mirta Barbosa, 2021.

Figura 3. Quantidade de portarias do IPHAN emitidas na Bahia entre os anos 2015 e 2020, mostrando o pequeno percentual relacionado a pesquisa acadêmica e a grande quantidade de projetos associadas a licenciamento ambiental.



Fonte: Diário Oficial da União. Elaboração de Mirta Barbosa, 2021.

Como consequência dessa realidade de vínculo da arqueologia com os processos de licenciamento ambiental, hoje o setor de Arqueologia do IPHAN se dedica, quase que exclusivamente, a atender as demandas dos estudos arqueológicos dentro do universo dos empreendimentos, acarretando um afastamento gradativo das ações fiscalizadoras e protetivas relacionadas a diferentes espaços arqueológicos. Como não poderia deixar de ser, o Estado da Bahia faz parte desse cenário da ingerência do órgão sobre o contexto dos sítios de arte rupestre que são identificados em todo o território estadual.

Em seu quadro funcional, três arqueólogos são responsáveis pela análise dos projetos de pesquisa na Bahia, em sua maioria, conforme já apontado, relacionados ao processo de licenciamento ambiental e dos relatórios de campo provenientes dessas propostas. Somado a esse hercúleo trabalho, esses três profissionais precisam fiscalizar sítios arqueológicos ou contextos com denúncias de destruição ou ameaça ao patrimônio arqueológico e por fim fazer a gestão de espaços arqueológicos, garantindo sua proteção e preservação. A solução encontrada foi privilegiar as atividades relacionadas aos processos da Instrução Normativa 001/2015 em detrimento as responsabilidades que diz respeito a fiscalização e gestão de sítios arqueológicos.

O IPHAN, sendo o único órgão regulador do patrimônio arqueológico, apresenta-se como uma entidade absoluta e dominadora no destino dos bens culturais. Se, por um lado, pode-se pensar que os espaços arqueológicos necessitam, especificamente, do Estado como instituição mediadora e condutora de determinadas políticas de proteção e gestão; por outro, elas devem ser conduzidas não só por esse órgão, mas também pela sociedade em geral. Esse encargo da participação coletiva dará uma feição mais ajustada aos anseios e projetos comunitários com foco nos locais arqueológicos.

## **1.5. Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia (IPAC): breve histórico**

O Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia (IPAC) é uma autarquia vinculada à Secretaria de Cultura do Estado da Bahia (SECULT) e tem como objetivo principal atuar de forma integrada com a sociedade e os poderes públicos municipais e federais, na salvaguarda de bens culturais (materiais e imateriais) e no fomento de ações para o fortalecimento das identidades culturais da Bahia. Objetiva também a promoção e execução da política de preservação dos patrimônios culturais da Bahia, a partir: da pesquisa, da difusão e documentação da produção técnica e científica; da proteção legal aos bens tombados e da criação de instrumentos e mecanismos (editais, fundos de incentivos à cultura e financiamentos) direcionados à preservação da memória e identidade culturais em todo o estado. O IPAC foi

Fundado em 13 de setembro de 1967, durante o governo de Luiz Viana Filho, através da Lei nº 2464, regulamentada pelo Decreto nº 20530 de 03 de janeiro de 1968, o IPAC pertencia à então Secretaria de Educação e Cultura da Bahia. Em 1980, passou a ser, oficialmente, um Instituto, seguindo a política federal do Instituto Nacional do Patrimônio (Iphan), criado em 1937. (IPAC, 2021)

Ao longo de mais de cinquenta anos de existência, a trajetória do IPAC está ligada a obras de restauração e conservação de imóveis tombados localizados em vários municípios da Bahia e à promoção científica,

além de ações educativas, publicação de livros e produção de vídeos documentários. A autarquia também se responsabilizou por várias etapas de recuperação do Centro Histórico de Salvador, que, por seu conjunto arquitetônico, paisagístico e urbanístico, passou à condição de patrimônio nacional em 1984, sendo reconhecido como Patrimônio Mundial, pela UNESCO, em 1985. Do Pelourinho, na capital baiana, o IPAC expandiu suas ações de salvaguarda para 19 dos 27 Territórios de Identidade da Bahia. (IPAC, 2021).

O IPAC nunca considerou como parte da sua responsabilidade a conservação e gestão de sítios arqueológicos pré-coloniais, coloniais e pós-coloniais. Nas gestões dos diretores das últimas três décadas, houve diversas tentativas de o IPAC assumir os locais arqueológicos baianos como parte dos bens sociais a preservar foram realizadas por parte do Professor Carlos Etchevarne, docente de arqueologia da UFBA. Mas não houve interesse do Instituto em priorizar essa área de atuação, salvo na gestão de Federico Mendonça (entre 2007 e 2014), que demonstrou sensibilidade para com o patrimônio arqueológico e reconheceu a responsabilidade do órgão frente a este. Dessa forma, foi somente em 2008, durante o Fórum

do Patrimônio Material, realizado na cidade de Lençóis, na Bahia, que foi assinado um termo de cooperação entre o IPAC e a Universidade Federal da Bahia (UFBA); no final de 2009, começa a ser colocado em prática o *Programa de Pesquisa e Manejo de Sítios de Arte Rupestre*, em seis municípios localizados na região da Chapada Diamantina.

Durante o desenvolvimento desse programa, concebeu-se a continuidade das ações, com a elaboração e execução de um projeto idealizado e coordenado pelo professor Carlos Etchevarne, denominado *Circuitos Arqueológicos de Visitação da Chapada Diamantina*, de longa duração, contemplando seis municípios: Iraquara, Lençóis, Morro do Chapéu, Palmeiras, Seabra e Wagner. Esse projeto perdurou até 2015, quando foi interrompido unilateralmente pelo próprio IPAC.

O convênio do IPAC com a UFBA foi o marco inicial para inserção dos espaços arqueológicos no Plano Estadual da Cultura da Bahia, de 2014, que deveria garantir a preservação dos sítios no âmbito das ações públicas do estado, conforme indicado no Cap. II, Art. 4º, VI da Lei: 13.193/2014

Art. 4º - Compete ao Poder Público, nos termos desta Lei:

(...)

VI - garantir a preservação do patrimônio cultural baiano, resguardando os bens de natureza material e imaterial, os documentos históricos, acervos e coleções, as formações urbanas e rurais, as línguas e cosmologias indígenas, os sítios arqueológicos pré-históricos e as obras de arte, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência aos valores, identidades, ações e memórias dos diferentes grupos formadores da sociedade baiana; (ESTADO DA BAHIA, 2014).

Pode-se afirmar que, pela primeira vez na história do IPAC, a autarquia estadual assume o compromisso de criar uma linha de trabalho com o patrimônio arqueológico baiano, a qual, por um lado, facilitou a investigação científica e, por outro, abriu as possibilidades de aproveitamento e correta utilização dos sítios e dos materiais arqueológicos, neles encontrados.

A gestão do IPAC, nesse contexto, reconheceu o valor histórico e cultural dos sítios de pinturas e gravuras rupestres, vislumbrou a urgência na preservação e aproveitamento desses espaços arqueológicos e propiciou as condições favoráveis para que novos projetos se desenvolvessem conforme os editais, fundos de incentivos à cultura e financiamentos fossem sendo colados à disposição de todos.

Não obstante, a interrupção, em 2015, do convênio entre UFBA e IPAC acarretou o encerramento do projeto *Circuitos Arqueológicos* e, conseqüentemente, das ações arqueológicas e sociais que estavam sendo desenvolvidos na Chapada Diamantina. Desde então, nenhuma outra iniciativa foi realizada para proteger e/ou gerir sítios de arte rupestre,

que continuam a ser identificados em vários municípios do estado. Entende-se, pois, que, apesar de a preservação de sítios arqueológicos estar contida no Plano Estadual da Cultura da Bahia, não há nenhum interesse da gestão pública em se envolver com as constantes ocorrências que apontam para a destruição de espaços arqueológicos, provocada – especialmente, mas não unicamente – pela implantação de empreendimentos altamente devastadores.

### **1.6. Proteção do Patrimônio Arqueológico no âmbito municipal**

A Constituição Brasileira de 1934 estabeleceu os alicerces constitucionais para a defesa do patrimônio cultural nacional ao instituir a função social da propriedade como princípio (Art. 133, inciso XVII) e ao dispor em seu Art. 134 que: “*Os monumentos históricos, artísticos e naturais, assim como as paisagens ou locais particularmente dotados pela natureza, gozam de proteção e dos cuidados especiais da Nação, dos Estados e dos Municípios*”. Tomando esse artigo como referência, pode-se afirmar que o direito à proteção e fruição do patrimônio cultural caracteriza-se sob a forma de interesse generalizado, que somente pode ser satisfeito numa perspectiva comunitária, uma vez que o patrimônio cultural pertence a todos, ou seja, não pertence de forma individualizada a uma pessoa.

Mas é na instância municipal que parece haver as melhores condições para materializar, com maior eficiência, o disposto no Art. 216, inciso 1º da Constituição Federal de 1988, que atribui ao Poder Público, com a colaboração da comunidade, a proteção do patrimônio cultural. Nesse sentido, pode-se afirmar que, no tocante à proteção do patrimônio arqueológico, é no município onde as formas democráticas do modelo participativo direto são mais evidentes e, dessa forma, é onde se cumpre o princípio da dignidade da pessoa humana por meio do reconhecimento dos espaços de experiência coletiva das comunidades locais.

O Art. 23 da Constituição Federal de 1988 refere-se à competência da União, dos Estados e dos Municípios sobre a proteção do patrimônio cultural, incluindo-se as áreas arqueológicas. Observe-se que esta competência não é para legislar e, sim, para executar medidas protetivas em atendimento a normas legais.

Especificamente sobre a possibilidade de o município legislar sobre normas de proteção do patrimônio cultural, José Ramos Rodrigues (1993) entende que a competência do Município decorre da interpretação conjunta do Art. 216, § 1º, com o Art. 30, IX, da Constituição Federal de 1988. Cabe ao Município promover a proteção cultural dentro da área

sob a sua administração, observando a legislação e a ação fiscalizadora federal e estadual. O que o Município não pode é desrespeitar a legislação de proteção estadual e federal que sobre ele recai, protegendo bens culturais em seu território.

Tendo em vista as normas de distribuição de competência presentes no artigo 30, pode-se afirmar que ao Município cabe legislar, suplementarmente à legislação federal e estadual, no que couber (art.30, I), vale dizer, naquilo em que se dá a ele possibilidade de atuar. Esse aspecto está consignado no mesmo art. 30, IX, onde lhe é dada a competência para “promover a fiscalização do patrimônio histórico-cultural local”, observadas a legislação e a ação fiscalizadora federal e estadual. Nesse sentido, se reconhecida a existência de um patrimônio cultural local; é possível, através dessa via, ser outorgada a competência legislativa no intuito de normatizar tal patrimônio.)

Essa possibilidade de fiscalização e proteção municipais direcionadas a espaços arqueológicos traz um caráter reflexivo em relação à atribuição legal exclusiva do IPHAN de proteger o patrimônio arqueológico nacional. Ao se pensar dessa maneira, pode-se sugerir a articulação dos municípios com os órgãos estaduais e federais encarregados da gestão do patrimônio. Criaram-se assim novas alianças na construção de um equilíbrio de participação e responsabilização entre o nacional, o estadual e o local. As condições para viabilizar esse plano passam não só por uma reforma e modernização administrativa, mas também pela continuidade e o aprimoramento de um sistema de trabalho que prioriza a produção de conhecimento, bem como a autonomia na condução das questões técnicas que esse patrimônio exige.

### **1.7. O Patrimônio Arqueológico e a Comunidade**

A inserção do trabalho do arqueólogo dentro de comunidades tem permitido diversas reflexões sobre a relação entre o pesquisador e as pessoas que residem no entorno dos sítios arqueológicos, demonstrando a consolidação da ideia de que as pesquisas desenvolvidas em conjunto com moradores locais possibilitam que eles tenham uma nova percepção acerca dos sítios arqueológicos, o que pode implicar na preservação desses sítios. Essa relação de perceptibilidade dos locais arqueológicos, que se dá, também através da pesquisa, induz a novas caracterizações territoriais e posicionamentos espaciais referenciais (no plano simbólico e no prático), construídos pelos próprios habitantes vizinhos aos sítios. Dessa percepção, podem derivar estímulos para a conservação e uso dos locais, que ficariam assim envolvidos

na esfera reconhecível do universo do cotidiano.

Para que essa relação de perceptibilidade seja continuada, deve existir um motivo significativo interno que supere as valorizações externas ao grupo, que poderiam impor conotações qualitativas diferentes. As práticas arqueológicas com as comunidades devem respeitar certas condições *sine qua non* com relação aos conhecimentos tradicionais e as informações proporcionadas sobre os sítios, as quais têm valor equivalente àquelas dos pesquisadores. Ou seja, deve-se promover um momento de transferência de saberes, a ser destacado e suficientemente trabalhado.

Ao mesmo tempo, é preciso demonstrar que os sítios arqueológicos podem ser configurados como marcos físicos de reflexão sobre os processos históricos havidos nos mesmos lugares que os membros das comunidades habitam hoje, de forma a tornar evidente que estes também estão inseridos dentro desses processos, como representantes contemporâneos.

Por outro lado, devem ser priorizados os aspectos econômicos que podem estar associados ao uso dos sítios com pinturas rupestres. Normalmente, o entorno social desses locais arqueológicos está composto por grupos familiares, com condições econômicas restritivas e, em alguns casos, com carência de recursos básicos. Desse modo, os programas de pesquisa envolvendo locais de pinturas rupestres devem redundar em alguma forma de benefício social. A própria preservação dos espaços rupestres pintados depende do uso racional e adequado e não da proibição do acesso a eles.

Ou seja, as práticas arqueológicas devem ter como objetivo social promover melhoras às condições de subsistência dos grupos vizinhos aos sítios. Isso implica, necessariamente, que o pesquisador deve convocar a comunidade e trabalhar em conjunto. O produto dessa convocação tem de ser o resultado de uma atividade participativa, cujos benefícios de caráter econômico e social não podem alterar, em essência, o modo de vida e a forma de ser dos grupos sociais. Portanto, os programas arqueológicos precisam ser adaptados à realidade local, respeitando seu cotidiano.

Na atualidade, as relações entre pesquisadores e comunidades são contempladas dentro do amplo universo daquilo que se denomina Arqueologia Pública (BOADO, 2012). Essa vertente de atuação está relacionada à maior visibilidade e protagonismo do contexto histórico e social contemporâneo na produção das informações arqueológicas e ao reconhecimento dos arqueólogos de sua intransferível missão no comprometimento com os grupos sociais. Como aponta Desiderio Vaquerizo,

(...) A Arqueologia Pública parte precisamente do envolvimento dos cidadãos no processo científico, compreendido desde a própria fase de registo (prospecção, escavação, documentação ou simples estudo dos materiais), até que as estruturas, artefactos e eco-factos obtidos sejam interpretados, preservados se necessário, divulgados e também lucrativo em um sentido amplo. Tudo isto a partir de um ponto de partida indiscutível: que a nossa disciplina alia a sua componente histórica a outra componente patrimonial e, conseqüentemente, dado o seu evidente potencial de mercado, para além da capacidade de conhecimento e formativa, incorpora à sua essência como ciência uma componente emocional e estética, um valor simbólico marcante, e a possibilidade não desprezível nestes tempos de geração de retorno económico, em uma autêntica cadeia de valor que as cidades (VAQUERIZO, 2017, pag. 265, tradução nossa).<sup>4</sup>

A grosso modo, então, a Arqueologia Pública é entendida como a prática que promove a interação de qualquer pesquisa com as pessoas não especialistas, a fim de fazer uma arqueologia voltada para todos. Dentro desse campo genérico, cabe ainda especificar melhor as formas de atuação (conforme os sujeitos aos quais se destina a pesquisa), os aportes metodológicos e os recortes territoriais. Assim, surgem classificações como a denominada Arqueologia Comunitária ou Colaborativa, que se caracteriza por ter preocupação especial com as comunidades existentes entorno dos sítios arqueológicos, ouvir suas vozes e incluí-las no processo de construção de informações.

Como principal premissa da Arqueologia Comunitária, os grupos sociais circunvizinhos aos sítios arqueológicos poderão ser importantes aliados na proteção dessas áreas. Um exemplo dessa integração da comunidade com os territórios arqueológicos foi o “Programa para o desenvolvimento do turismo”, desenvolvido nas Cuevas de las Maravillas e Cueva Borbón, na República Dominicana, apresentado por Griffith e Griffith (2012), em que a população local teve um importante papel na viabilização da atividade da pesquisa, a qual foi integrada à gestão do patrimônio e ao desenvolvimento do turismo. Visando à valorização dos dois sítios e fortalecendo o sentimento de coletividade, a população foi qualificada, tornando-se capaz de divulgar uma história própria, sem a necessidade de uma atuação contínua de especialistas.

Por isso, a Arqueologia Comunitária deve atuar com uma metodologia adequada para considerar o trabalho com os não especialistas. Deve-se buscar alternativas que não sejam as verticalistas e unilaterais, as quais se apoiam apenas nas políticas de preservação dos órgãos

---

<sup>4</sup> No original: (...) *la Public Archaeology parte, precisamente, de implicar a la ciudadanía en el proceso científico, entendido éste desde la fase de registro propiamente dicho (prospección, excavación, documentación o simple estudio de materiales), hasta que las estructuras, los artefactos y los ecofactos obtenidos son interpretados, conservados si procede, difundidos y también rentabilizados en sentido amplio. Todo ello desde un punto de partida indiscutible: que nuestra materia une a su componente histórico otro patrimonial y, en consecuencia, dadas sus evidentes potencialidades de mercado, además de conocimiento y capacidad de formación incorpora a su esencia como ciencia un componente emocional y estético, un valor simbólico destacado, y la posibilidad nada desdeñable en los tiempos que corren de generar retorno económico, en una auténtica cadena de valor que ciudades.* (VAQUERIZO, 2017, p. 265)



oficiais especializados. Obviamente, as metodologias de atuação da Arqueologia Comunitária não deverão ser iguais para todos os contextos sociais, mas, pelo contrário, devem variar e respeitar as especificidades culturais de cada comunidade e os problemas de pesquisa atinentes a cada área de estudo. O que deve se manter como base intrínseca a todo projeto é o foco nos grupos sociais contemporâneos e sua relação com os locais arqueológicos.

Os trabalhos arqueológicos com essa perspectiva social iniciaram-se na década de 1970 (LUMBRERAS,1981) e vêm crescendo em várias partes do mundo. Basta aqui mencionar o caso de Água Blanca, em Equador, no interior de um parque nacional, em que a participação da comunidade nos projetos de pesquisa e de proposta de gestão deu subsídios para a justificativa de permanência dentro do parque. O que é relevante é que eles fizeram uma investigação que eles descrevem como “arqueologia participativa” com a comunidade. Os membros da comunidade foram empregados e treinados para escavar, levantar mapas topográficos e processar o material pós-escavação. As principais decisões estratégicas foram discutidas e pactuadas com a comunidade. (ENDERE & ZULAICA, 2015, p. 272, tradução nossa).<sup>5</sup>

Os trabalhos arqueológicos com essa perspectiva social iniciaram-se na década de 1970 (LUMBRERAS,1981) e vêm crescendo em várias partes do mundo. Basta aqui mencionar o caso de Água Blanca, em Equador, no interior de um parque nacional, em que a participação da comunidade nos projetos de pesquisa e de proposta de gestão deu subsídios para a justificativa de permanência dentro do parque. (do arquivo anterior – a citação vem logo depois, a partir do trecho: “o que é relevante...)

Com esse norte, no âmbito do projeto *Circuitos Arqueológicos de Visitação da Chapada Diamantina* (que incluiu a Serra das Paridas I), coordenado pelo Prof. Dr. Carlos Etchevarne, realizou-se uma série de ações sociais que foram programadas paralelamente às pesquisas arqueológicas realizadas na região de seis municípios chapadenses (Iraquara, Lençóis, Morro do Chapéu, Palmeiras, Seabra e Wagner) e que se enquadram nas práticas sociais da Arqueologia Comunitária, a qual considera todo o processo de produção científica arqueológica como peça fundamental no diálogo simétrico com as comunidades locais, tendo um papel preponderante no fortalecimento do sentimento de toponímia e, conseqüentemente, na valorização das identidades coletivas e territoriais.

As ações do projeto concentraram seus esforços, no início, na identificação e aproximação dos representantes comunitários de seis municípios da região da Chapada

---

<sup>5</sup> No original: *Lo que resulta relevante es que llevaron a cabo una investigación que ellos califican como “arqueología participativa” con la comunidad. Los comuneros fueron empleados y entrenados para excavar, levantar mapas topográficos, y procesar el material post excavación. Las principales decisiones estratégicas fueron discutidas y consensuadas con la comunidad.* (ENDERE & ZULAICA, 2015, p. 272).

Diamantina que contribuíram na preparação de reuniões, seminários, encontros e visitas de campo. A partir dessa etapa, as conseqüentes atividades e produtos foram refletidos, discutidos e organizados com o maior número possível de pessoas, admitindo-se reconsiderações ou novos rumos, e tiveram como eixo a pesquisa, a preservação e o uso sustentável dos sítios arqueológicos de arte rupestre.

## **CAPÍTULO 2. COMPLEXO ARQUEOLÓGICO SERRA DAS PARIDAS**

### **2.1. Entre queimadas e mangabas – uma descoberta arqueológica**

A arqueologia é uma ciência que está presente no imaginário popular, pois, a ideia que se tem de suas ações práticas são as várias possibilidades de descobrir antigas construções, diferentes enterramentos humanos e seus valiosos acompanhamentos fúnebres e, principalmente, a sorte de escavar tesouros enterrados, que outrora fora escondido intencionalmente para assegurar a riqueza do seu dono e não permitir o roubo por parte da ganancia de outros grupos de pessoas.

Os elementos pitorescos e as grandes aventuras da arqueologia, que fazem parte do senso comum das pessoas, teve no cinema sua principal fonte de criação, apresentando situações fantasiosas, misturada a uma boa dose de descobertas fantásticas de culturas extintas. O maior representante desse universo fictício da arqueologia foi o personagem Indiana Jones, criado por Steven Spielberg e George Lucas e interpretado pelo ator americano Harrison Ford<sup>6</sup>. Essa figura cinematográfica se distingue pela sua aparência (chicote, chapéu, mochila e jaqueta de couro), conhecimento profundo de muitas civilizações e línguas antigas e medo de cobras. Além disso, é um profissional com vida dupla: além de um pacato professor de arqueologia, é um aventureiro destemido e pouco convencional, que carrega um revólver, um chicote e seu inseparável chapéu.

Por conta desse imaginário popular, a pesquisa arqueológica tem sido intuída pelo senso comum como uma atividade que combina o teor científico com a aventura fantástica, cujo principal objetivo seria a descoberta de lugares desconhecidos, cercado por estruturas monumentais e objetos que retratam a opulência e riqueza dos grupos que os elaboraram.

As próprias concepções que se tem das escavações arqueológicas, geram fortes atrações que alimentam e têm um peso preponderante na percepção da figura e da prática do arqueólogo. Nesse sentido, para a maioria das pessoas ser um arqueólogo é ter a oportunidade de viver inúmeras aventuras e, principalmente, ter o dom e perspicácia para se encontrar um imponente sítio arqueológico. Porém, importantes locais com vestígios de antigos grupos humanos não foram encontrados por arqueólogos e sim por pessoas fora do âmbito científico e acadêmico, que tiveram a sorte, mesmo fortuitamente, de descobrir provas materiais da existência de outras culturas.

---

<sup>6</sup> A franquia do filme Indiana Jones foi criada por George Lucas em 1981 e foi baseada na história fictícia de um arqueólogo que se envolve em inúmeras aventuras. O longa metragem fez tanto sucesso, que teve uma sequência com mais três filmes. Todos protagonizados pelo ator americano Harrison Ford e dirigido pelo cineasta Steven Spielberg.

Em 1868, na Espanha, por exemplo, um caçador chamado Modesto Cubillas, tentava libertar o seu cachorro que estava preso entre as fendas de umas rochas, durante a perseguição de uma caça e de repente ele se deparou com a entrada de uma caverna. Quase dez anos depois, em 1879, um curioso cientista amador chamado Marcelino Sanz de Sautuola esteve nessa caverna, acompanhado de sua filha de 8 anos de idade, a María Faustina Sanz Rivarola, para fazer escavações na sua entrada, visando encontrar alguns restos de ossos de antigos animais e artefatos em pedra. Enquanto Sautuola se dedicava a sua atividade de campo, a menina adentrou a caverna e chegou a uma sala lateral. Ali ela viu umas pinturas no teto e correu a dizer-lhe ao seu pai, que ficou surpreso ao contemplar o conjunto de figuras daqueles estranhos animais que cobriam a quase totalidade da abóbada. Naquele momento foi descoberta a caverna de Altamira, localizada na Cantábria, norte da Espanha, com o registro de pinturas retratando cavalos, bisões, cervos, javalis e outros signos gráficos<sup>7</sup>. A partir de então, diversos especialistas vêm estudando o contexto ambiental e cultural desse espaço de grande relevância arqueológica.

Outro exemplo, ocorreu em 1940, quatro adolescentes: Marcel Ravidat, Jacques Marsal, Georges Agnel e Simon Coencas, comunicaram a um antigo professor, Léon Laval sobre a existência de uma caverna com o registro de pinturas em seu interior. Esse professor, comunicou o achado para alguns pesquisadores, que no mesmo ano visitaram o local e foi identificado a autenticidade das pinturas e teve início os estudos, principalmente, arqueológicos. Esse contexto pictórico descoberto, que se tornou uma referência mundial de sítio de arte rupestre foi a caverna de Lascaux, localizada em Montignac, na França<sup>8</sup>.

Como aconteceu nas cavernas de Altamira e Lascaux, em 2005, um proprietário de terras da região da Chapada Diamantina, chamado Evangivaldo Evangelista Matos (conhecido pelo apelido de Vange) tinha como uma de suas atividades, coletar mangabas<sup>9</sup> com o objetivo de vendê-las para uma fábrica de polpa de frutas localizada na cidade de Feira de Santana, sertão da Bahia. Em um local da área rural do município de Lençóis, esse proprietário, junto

---

<sup>7</sup> A caverna de Altamira foi declarada Patrimônio da Humanidade pela UNESCO em 1985, mas, desde a sua descoberta e o seu posterior reconhecimento, a caverna teve diferentes níveis de proteção nacionais e internacionais. A partir de 2002, a visitação pública foi proibida devido à ampla difusão social, que a tornaram num intenso destino turístico, ameaçando seu contexto cultural e natural. Hoje os turistas visitam uma réplica da caverna original, como forma de preservação do sítio arqueológico.

<sup>8</sup> A caverna de Lascaux foi declarada Patrimônio Mundial pela UNESCO em 1979. Devido a sua popularidade e intensa visitação pública, houve um impacto sobre o meio ambiente equilibrado da caverna e, conseqüentemente, a colocou em risco no processo de degradação. Foi necessário o fechamento da caverna para o público e uma réplica chamada Lascaux II foi criada a cerca 180 metros de distância do local do original.

<sup>9</sup> Em tupi-guarani a palavra mangaba significa "*coisa boa de comer*". A mangabeira é uma árvore típica do Brasil e muito comum no Nordeste brasileiro e sua colheita tem início no mês de novembro, com possibilidade de se estender até os meses de maio ou junho.

com um grupo de funcionários se dedicou a coleta das mangabas em uma área que havia sofrido um desmatamento natural por conta de uma série de queimadas, tornando o acesso mais fácil e a tarefa do recolhimento da fruta mais eficiente.

No decorrer da atividade da coleta das mangabas, Vange, seus funcionários e mais dois moradores a região se depararam com um paredão de rocha com várias manchas em vermelho. Esse cenário pictórico os atraiu para uma verificação mais minuciosa e ao se aproximarem viram que as primeiras impressões visuais não eram o que pensavam. As tais “manchas vermelhas” que dominaram seus olhares eram na verdade um conjunto de imagens pintadas na pedra, em sua maioria, por um tipo de pigmento avermelhado e em menor escala, outras figuras em amarelo, preto e branco. Eles estavam diante de um sítio de arte rupestre e fizeram a descoberta de maneira inesperada.

Figura 4. Paredão rochoso avistado pelo grupo que catava mangabas, contendo as “manchas vermelhas”.



Foto: Renato Hayne, 2006.

Esses três casos fortuitos de descobertas não são casos isolados que ocorreram no universo arqueológico. Pelo contrário, são apenas alguns exemplos conhecidos dentre tantos outros que ocorreram e ocorrem em diferentes partes do mundo, incluindo o Brasil e ilustram como a arqueologia não é uma ciência de aventura e o arqueólogo não é um profissional que

após sua formação sai loucamente atrás de sítios arqueológicos. Em linhas gerais, qualquer pessoa pode encontrar, por acaso, vestígios arqueológicos, que constituem um sítio. Porém, para compreender o que contém de informações sobre a cultura material do local descoberto é preciso algumas pistas, e para isso é imprescindível a presença de um arqueólogo, com o conhecimento dos métodos apropriados para interpretação do espaço vestigial.

Foi considerando esse aspecto da presença de um arqueólogo, que o Sr. Idenor Borges, que estava presente na descoberta dos paredões com pinturas em Lençóis, levantou a possibilidade de apresentar para um especialista as imagens com os desenhos pintados nas rochas, para o reconhecendo dos elementos pictóricos, a partir de uma análise científica. O Sr. Borges, assim como os outros catadores de mangaba, ficou surpreso e encantado com as composições gráficas encontradas, ao mesmo tempo que não tinham respostas para as indagações sobre o cenário “artístico” identificado por eles. Dentre as inúmeras lacunas a serem respondidas, haviam as principais perguntas que pairavam no ar naquele momento do achado pictórico, principalmente, as relacionadas com a cronologia do sítio e sobre os grupos humanos que fizeram as pinturas, com ênfase na tipologia dos pigmentos e dos instrumentos utilizados para fazerem os motivos gráficos.

No ano seguinte, em 2006, o Sr. Idenor Borges teve acesso as informações sobre o Prêmio Clarival do Prado Valadares<sup>10</sup>, que na época foi amplamente divulgado pelas mídias e tinha como objetivo a elaboração de um livro sobre arte rupestre na Bahia. Dessa maneira, Borges entrou em contato com o Prof. Carlos Etchevarne, idealizador da publicação e marcaram um encontro no Museu de Arqueologia e Etnologia da UFBA. Na ocasião, o Sr. Borges levou uma série de imagens fotográficas retiradas na área onde estavam as pinturas em Lençóis e o professor Etchevarne reconheceu a autenticidade das figuras como sendo uma produção cultural de grupos humanos já extintos de caçadores coletores e afirmou se tratar de um sítio arqueológico, de um período anterior a chegada dos europeus no Brasil.

Naquele momento da conversa com Sr. Idenor Borges, o Prof. Etchevarne estava desenvolvendo um projeto intitulado Homem e Natureza que tinha como objetivo a realização de um mapeamento de sítios de arte rupestre no Estado da Bahia. Foi a oportunidade perfeita para a equipe do projeto visitar o local da descoberta arqueológica e a partir das observações *in situ* elaborar propostas para o desenvolvimento de uma pesquisa.

---

<sup>10</sup> Baiano de Santo Amaro da Purificação, Clarival do Prado Valadares foi um renomado historiador e crítico da arte brasileira. Em 2003, a empresa Odebrecht criou um prêmio com seu nome a ser conferido anualmente a um projeto de pesquisa inédito, com temas relacionados a história e a cultura. Em 2005, o Prof. Dr. Carlos Etchevarne foi o vencedor do prêmio, com o Projeto Homem e Natureza, tendo como resultado a publicação do livro *Escrito Na Pedra - Cor, Forma E Movimento Nos Grafismos Rupestres Da Bahia*.

Ainda em 2006, uma equipe de arqueologia, sob a coordenação do Prof. Carlos Etchevarne, iniciou o processo de levantamento arqueológico na área da descoberta do sítio de arte rupestre. O resultado do trabalho de campo foi a identificação de um conjunto de afloramentos rochosos de arenitos silicificados, divididos em quatro áreas arqueológicas dentro uma unidade maior que o professor classificou como “Complexo Arqueológico”. Registrou-se, naquele momento, o Complexo Arqueológico Serra das Paridas, composto pelos sítios: Serra das Paridas I, II, III e IV,

Denomina-se Complexo Serra das Paridas um conjunto de abrigos situados em afloramentos areníticos que formam a Serra das Paridas... Os blocos rochosos emergem na paisagem formada por uma faixa plana com campos de mangabeiras e uma ampla zona colinar com vegetação mais densa e variada. Os abrigos se situam, na maioria dos casos, na base dos afloramentos, constituindo uma ampla rede de locais passíveis de serem ocupados com funções diferenciadas, conforme a topografia. A proximidade e a facilidade de comunicação entre eles, que permitiriam uma ocupação simultânea, justificam considerar os agrupamentos de abrigos como locais de uma única unidade de instalação humana. Assim são definidas quatro áreas que apresentam, por sua vez, forte ligação espacial e, por isto, foram denominadas Serra das Paridas I, II, III e IV. Em todas elas existem testemunhos de representações gráficas em variadas situações e de períodos de pinturas diferentes. (ETCHEVARNE, 2007).

A definição de Etchevarne para o Complexo Serra das Paridas considera aspectos que estão relacionados com o contexto ambiental no qual o sítio está inserido. Ele se baseia num conjunto de elementos paisagísticos, como o relevo, a topografia e o tipo de rocha, somados a fauna local, compondo componentes naturais de uma “*paisagem socialmente apreendida e, por isso, construída historicamente*” (ETCHEVARNE, 2007). A partir da análise dos paredões e abrigos com pinturas, ele identifica características físicas do espaço, “*como grau de isolamento, proteção, visibilidade, acessibilidade, comunicabilidade, entre outras qualidades diretamente relacionadas com a funcionalidade ou objetivos desejados pelos grupos*” (IBIDEM). Tendo como referência as observações do horizonte natural e cultural da serra, o pesquisador estrutura a divisão das quatro áreas arqueológicas denominadas de Serra das Paridas I, II, III e IV.

A identificação e o registro do Complexo Serra das Paridas foi apenas o primeiro passo de uma série de atividades que foram realizadas no contexto da serra, a partir dos estudos dos painéis gráficos e de escavações de subsuperfície em um abrigo, localizado na Serra das Paridas I. Nesse sentido, como as investigações arqueológicas ficaram concentradas no sítio I, todo planejamento de gestão do Complexo teve como referência essa área em específico e por conta disso, o objeto da pesquisa dessa dissertação foi direcionado para a Serra das Paridas I. Mas, considerando a totalidade do complexo e suas similaridades



ambientais, fez-se necessário uma caracterização geral do contexto onde os quatro sítios estão inseridos, descrevendo o cenário regional (Chapada Diamantina), municipal (Lençóis) e local (Serra das Paridas I).

## 2.2. O contexto ambiental e cultural do Complexo Arqueológico Serra das Paridas

### 2.2.1. Região da Chapada Diamantina

O Complexo Arqueológico Serra das Paridas está localizado na região da Chapada Diamantina, no centro do Estado da Bahia. O território da Chapada caracteriza-se pela topografia bastante acidentada, com vales profundos e estreitos escavados por rios, cercados de imensos paredões e picos que chegam a mais de 1.400 m de altitude. De uma maneira bem geral, o contexto paisagístico é caracterizado pela existência de várias nascentes que se transformam em rios que fluem para a Bacia do Paraguaçu, considerado de suma importância para o semiárido baiano. Por conta dessa potencialidade hídrica, possui uma biodiversidade riquíssima o que lhe conferiu três unidades de conservação: o Parque Nacional da Chapada Diamantina, a Área de Proteção Ambiental Marimbus Iraquara e o Parque Municipal da Muritiba (CEZAR, CAMARGO, 2016).

Figura 5. Localização da Chapada Diamantina no Estado da Bahia.



Fonte: Elaboração de Luan Aquino, 2021.



A Chapada Diamantina registra mudanças ocorridas ao longo da história geológica desde o período paleoproterozóico, anterior a separação dos continentes sul-americano e africano (GIUDICE, 2012). Neste período o cráton São Francisco, juntamente com o cráton do Congo, eram parte do supercontinente Gondwana, e um sistema de extensão crustal induzida pelo manto terrestre a nível global, iniciou a abertura de diversas bacias na crosta continental, fenômeno conhecido como Tafrogênese Estateriana. (ALMEIDA, 1997). Antes da abertura do sistema de rifts intracontinentais, o soerguimento crustal (notas com explicação dos termos) provocado pelo adelgaçamento da crosta promoveu a deposição de sedimentos eólicos da Formação Serra da Gameleira, que corresponde a sequência do Supergrupo Espinhaço na Chapada Diamantina oriental.

A cadeia do Espinhaço constitui um conjunto de montanhas disjuntas, entremeadas por terras baixas, incluindo aí vegetações diferenciadas como cerrado, na área mineira e, caatinga na região baiana. A cadeia encontra-se distribuída no sentido Norte a Sul por cerca de 100 Km de extensão, com largura variando entre 50 e 100 Km. Estende-se da Serra de Jacobina na Bahia, em direção ao Sul até a Serra de Ouro Branco, no município de Ouro Preto (MG). A porção da Cadeia do Espinhaço localizada no Estado da Bahia é denominada Chapada Diamantina (GUIMARÃES, ALKMIN, CRUZ, 2012).

O interesse científico pela Cadeia do Espinhaço da Bahia está associado à presença de diferentes ecossistemas, condicionados pelas características especiais dessas montanhas, cujas altitudes variam desde 900 até mais de 2000m acima do nível do mar (Pico do Barbados. Catolés. BA). Devido a essas condições especiais de altitude o clima é mesotérmico do tipo Cwb da classificação de KÖPPEN (1923). As temperaturas são mais amenas do que nas regiões circundantes, com médias anuais inferiores a 22° C e temperaturas baixas no inverno, podendo atingir 0° C.

A Chapada Diamantina vem sendo estudada há muitos anos por diferentes especialistas, responsáveis em elaborar as linhas do tempo que mostram as transformações do território chapadense, desde sua origem até os dias atuais. Uma dessas alterações diz respeito aos seus primórdios, onde há mais ou menos um bilhão e meio de anos, a Chapada Diamantina, como conhecemos hoje, não existia e era identificado por um mar raso, onde desaguavam rios torrenciais, vindos de outras grandes montanhas. Foi nesse cenário que teve início a formação da bacia sedimentar do Espinhaço, onde rios, ventos e mares desempenharam o papel dos agentes modificadores daquela paisagem. As inúmeras camadas de arenitos, conglomerados e calcários, hoje expostos na região, representam as atividades destes agentes ao longo do tempo geológico (JESUS; FALK; RIBEIRO; MARQUES, 1985).

Na realidade, a Chapada Diamantina é o resultado de uma inversão do relevo, pois os planaltos são recobertos por sedimentos cujos elementos detríticos foram fornecidos pela dorsal Pré-Cambriana, atualmente deprimida, situada entre a Chapada e o Litoral. Esta inversão já havia sido realizada no Cretáceo. Os rios escavaram seus vales profundos nas formações arenítico-quartzíticas da cobertura, atingindo camadas subjacentes menos resistentes, como os calcários da formação Bambuí e gnaisses e micaxistos Pré-Cambrianos (SILVA, 1994).

No território do estado da Bahia, a Chapada Diamantina faz parte da serra da Mantiqueira que se desdobra em duas outras formações: a serra do Espinhaço e a da Mangabeira, apresentando características mineralógicas aluviônicas e geologicamente calcária e as areníticas. Com relação a extensão, as serras localizadas na Chapada abrangem uma área aproximada de 38.000 km<sup>2</sup> e são as divisoras de água entre a bacia do rio São Francisco e os rios que deságuam diretamente no Oceano Atlântico, como o rio de Contas e o Paraguaçu. Cabe ressaltar que estes rios apresentam caimento geral oeste-leste, atravessando regiões semiáridas e aumentando o seu volume d'água na planície litorânea devido aos altos índices pluviométricos, até desembocarem no Oceano Atlântico (BAHIA, SEPLANTEC, 1979).

Em 1880, Teodoro Sampaio, em sua viagem pelo rio São Francisco e Chapada Diamantina relata que o Paraguaçu é conhecido como rio diamantino, pois nele ou no leito de seus numerosos tributários é que foram descobertas as lavras mais ricas e produtivas de diamante (SAMPAIO, 2002). O autor destaca entre seus afluentes, o rio Santo Antônio, que vem a ser o maior, e que atravessa regiões subterrâneas ricas em calcário e salitre, recebendo, antes de desembocar no Paraguaçu, e o rio São José, que vem de Lençóis e é um dos mais diamantíferos da região.

As manchas úmidas na encosta oriental estão recobertas pela floresta subcaducifólia tropical. Sob as copas de pau-d'arcos florescem begônias, orquídeas e fetos. Nas áreas elevadas, de clima semiúmido, predomina o serrado, mais conhecido como "gerais" e nas encostas e superfícies arrasadas, áreas mais baixas e de clima mais árido, a caatinga. Apesar da proximidade com o semiárido, o município apresenta clima ameno Tropical Úmido, temperatura média anual de 23.6°C, com estações chuvosas e quentes alternando-se com estações secas e frias e precipitação de chuvas anuais de 1.363 mm (GUIMARÃES, ALKMIN, CRUZ, 2012).

Em suma, a região da Chapada Diamantina apresenta características ambientais que mostram a as inúmeras possibilidades para a ocupação humana em diferentes momentos históricos. Seu potencial hídrico possibilitou a sobrevivência de caçadores coletores que

deixaram nas rochas registros de suas passagens pelo território, como demonstra os vários registros de sítios de arte rupestre que o Grupo de Pesquisa Bahia Arqueológica<sup>11</sup> coordenado pelo Prof. Carlos Etchevarne, vem identificando na região

A Chapada Diamantina apresenta-se, hoje, como uns mais ricos do território baiano, em termos de representações de arte rupestre, tal é o número de locais com esse tipo de manifestações culturais, que neles se encontram. Até o momento não se conseguiu conhecer o número exato de sítios, já que precisaria ser efetuada uma varredura sistemática em todos os territórios municipais, incluindo os locais de difícil acesso, que se têm notícias. Não obstante, os sítios já cadastrados e os já informados por moradores locais demonstram a alta potencialidade da região neste tipo de manifestações gráficas (ETCHEVARNE, 2009).

Além dos registros de sítios de arte rupestre, artefatos relacionados a antigas aldeias também estão sendo identificados pela equipe do Bahia Arqueológica em diferentes municípios da Chapada, mostrando uma continuidade no processo de ocupação do território, com o estabelecimento de grupos humanos relacionados ao cultivo da terra e permanência fixa no local. Nos municípios de Wagner foram encontradas duas áreas com fragmentos de cerâmica da Tradição Tupi e em Morro do Chapéu, em diversas localidades há vestígios desse mesmo tipo de cerâmica indígena, do período anterior a chegada dos portugueses.

Em Morro do Chapéu, Calderón encontrou, ainda, de uma maneira muito pitoresca, uma urna funerária correspondente aos grupos Tupi. Na ocasião ele estava no distrito de Santa Úrsula, quando passou uma pessoa transportando um recipiente de cerâmica no lombo de uma mula. Ele reconheceu imediatamente que se tratava de material arqueológico indígena e, por isso, perguntou como e onde tinha sido encontrado o objeto e o que ele continha. Responderam-lhe que ele foi encontrado, quase desenterrado, talvez por processo erosivo, em um local a caminho da Vila de Ventura, próximo ao rio do mesmo nome, com pequenos fragmentos de ossos dentro.

Em 2006, o sempre diligente e ativista ecológico irmão Delmar Alvim solicitou a presença do Prof. Etchevarne para dar um parecer sobre um possível sepultamento indígena que tinha sido encontrado, por acaso, na propriedade de um morador de Barra dos Negros, o Sr. Jurandir Carmo do Espírito Santo, no momento em que plantava um pé de bananeira. Já na área, Etchevarne identificou que se tratava, de fato, de um enterramento em urna funerária associada aos grupos indígenas Tupi. Acompanhava o recipiente, onde se colocou o morto, duas bacias ou assadores que serviam para cobrir a abertura na hora da deposição do corpo e seu enterramento. Esse achado corresponde ao clássico pacote funerário dos grupos Tupi anteriores à colonização. Para complementar as informações, achou-se em superfície um fragmento de tembetá, enfeite labial masculino, realizado com uma pedra polida, de cor azulada, típico desses grupos. Estes vestígios são indicadores de uma antiga aldeia indígena nesse local. As datações conseguidas por termoluminescência desse sítio proporcionaram uma idade aproximada de 750 anos, ou seja, o grupo que ali se instalou viveu no século XIII d.C. (ETCHEVARNE, 2015).

---

<sup>11</sup> O Grupo de Pesquisa Bahia Arqueológica é coordenado pelo Prof. Dr. Carlos Etchevarne e composto por pesquisadores das áreas de arqueologia, museologia e antropologia. O grupo desenvolve estudos focados em arqueologia baiana do período pré-colonial (especialmente em arte rupestre) e do colonial, com ênfase em cidades. O grupo faz parte do CNPq e é reconhecido pela Universidade Federal da Bahia (UFBA).

E por fim, o início da formação dos principais núcleos urbanos da Chapada Diamantina, ocorrido no século XIX, está intimamente relacionada com o processo de transformação da paisagem natural da Chapada, considerando que os diamantes, que foi o principal motivo do surgimento das primeiras cidades do território, resultam de processos geológicos bastante antigos. Os diamantes na Chapada Diamantina estão associados à existência de rochas de mais de um bilhão e meio de anos atrás. Os diamantes foram trazidos à superfície da terra pela ação dos vulcões e se misturaram com areia e cascalho em épocas remotas. Os cascalhos se transformaram em rochas com diamantes. No último meio bilhão de anos, os diamantes que estavam presos às rochas foram impactados por intemperismos, sendo levados aos leitos dos rios, vales, brejos, grutas, serras e morros (MISI, SILVA, 1996).

### **2.2.2. Município de Lençóis**

Levando-se em conta os limites territoriais, o Complexo Arqueológico está localizado na região de Lençóis, na parte central do Estado da Bahia, que por sua vez encontra-se inserido no Território de Identidade da Chapada Diamantina, correspondendo a quase 5,7% da área estadual. A divisão do Estado da Bahia em Territórios de Identidade foi adotada em 2007, a partir do Plano Plurianual 2008-2011 e contava com 26 territórios, contemplando os 417 municípios existentes no estado. No ano de 2015, com a aprovação do Plano Plurianual 2016-2019, houve o acréscimo de mais um território, passando para o total de 27, fixada pela Lei nº 13.468. Segundo a Superintendência de Estudos Econômicos Sociais da Bahia – SEI,

O conceito de Território de Identidade surgiu a partir dos movimentos sociais ligados à agricultura familiar e à reforma agrária, sendo posteriormente adotado pelo Ministério de Desenvolvimento Agrário para a formulação de seu planejamento. A adoção como unidade de gestão para o Estado da Bahia foi ajustada conceitual e metodologicamente para a formulação do planejamento em todas as dimensões, incluindo a realidade urbana e as atividades dos setores econômicos secundário e terciário.

A definição do conceito de Território de Identidade na Bahia foi concebida pela Secretaria de Planejamento do Estado da Bahia (SEPLAN) a partir da especificidade de cada região. Sua metodologia foi desenvolvida com base no sentimento de pertencimento, onde as comunidades, através de suas representações, foram convidadas a opinar.

“O território é conceituado como um espaço físico, geograficamente definido, geralmente contínuo, caracterizado por critérios multidimensionais, tais como o ambiente, a economia, a sociedade, a cultura, a política e as instituições, e uma população com grupos sociais relativamente distintos, que se relacionam interna e externamente por meio de processos específicos, onde se pode distinguir um ou mais

elementos que indicam identidade, coesão social, cultural e territorial.” (Secretaria de Planejamento do Estado da Bahia - SEPLAN, 2007).

Figura 6. Localização do município de Lençóis no Estado da Bahia.



Fonte: Elaboração de Luan Aquino, 2021.

Conforme informações do último censo, realizado em 2010 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, a população total do município de Lençóis é de 10.368 habitantes, possuindo uma densidade demográfica é 8,12 hab./Km<sup>2</sup> (IBGE,2010). A distância entre Lençóis e a capital do estado, Salvador é de aproximadamente 430 km e o principal acesso a cidade se faz pela BR-242 e BA-850. O município está inserido na bacia hidrográfica do rio Paraguaçu sendo o rio Santo Antônio o seu principal tributário tendo como afluente o São José, que por sua vez recebe diversos cursos d'água nascentes na serra do Sincorá, entre esses, o rio Lençóis que atravessa a cidade. Para os viajantes independentes, o acesso de carro a partir de Salvador pode ser feito pela BR-324 até Feira de Santana. A partir daí o motorista pode decidir entre dois caminhos: ou pela BR-116 até o entroncamento com a BR-242 (Rodovia Bahia-Brasília) ou pela BA-052 até o município de Ipirá, e daí até Itaberaba. Depois desta cidade, os dois caminhos se reencontram e seguem pela BR-242, até o trevo de acesso à cidade. Daí até Lençóis são apenas mais 12 km. Há também vários horários diários de ônibus a partir de Salvador e a viagem dura cerca de seis horas.

A história da ocupação do território de Lençóis, antes da chegada dos portugueses, está identificada na existência de sítios de arte rupestre, como por exemplo, o Complexo Serra das

Paridas. Com relação aos dados documentais, há escassas informações de historiadores e outros especialistas que falam sobre a presença indígena na região durante o período anterior a colonização. A chegada dos grupos pioneiros na Chapada Diamantina, após a chegada dos europeus no Brasil, foi motivada pela implantação de fazendas de gado e a expansão do domínio colonial para o oeste da Bahia.

Neste contexto de desbravamento, que teve início no século XVII, a ocupação da Chapada Diamantina seguiu a mesma lógica de doação de sesmarias realizada pela Coroa Portuguesa durante o período da colonização, caracterizada pela formação das fazendas de gado:

A região contava com algumas fazendas espaçadas umas das outras, fruto das trilhas deixadas pelo gado no processo de expansão da pecuária para as barrancas do Rio São Francisco e alto sertão da Bahia. A expansão tinha como objetivo, como afirma Rodrigo Lopes Freitas, desde o século XVII, o abastecimento das regiões litorâneas do Nordeste. Mercado que mudou um pouco a dinâmica, a partir do acréscimo de uma nova rota de destino dos rebanhos, após o descobrimento dos diamantes. (MARTINS, 2013, pg. 24)

Com a formação e consolidação das fazendas, a Chapada tornou-se, gradativamente, um centro de abastecimento bovino, atraindo a produção pecuária de outras regiões. Para Rodrigo Freitas Lopes:

Possivelmente, a Vila da Barra recebesse também, gado de fazendas goianas que não era destinado a Salvador, e sim à zona mineradora da Chapada Diamantina, que demandava um alto consumo de carne, devido ao afluxo de pessoas interessadas na extração de diamantes. Alguns autores trabalham a Chapada como consumidora do gado que vinha dos caminhos de Minas Gerais, ou de currais locais, mais acessíveis à zona diamantífera. (LOPES, 2009.p. 24.)

A partir do domínio das terras nativas pela política das sesmarias, iniciou-se o desbravamento. A criação de gado numa imensidão de terras foi uma atividade importante após as primeiras expedições de reconhecimento das regiões. Contudo, a formação de um povoamento propriamente dito só aconteceu no princípio do século XVIII com a descoberta do ouro nos leitos de rios, em especial na região sudoeste da Chapada Diamantina.

Os ciclos do ouro e do diamante, durante os séculos XVIII e XIX, foram as fases áureas da região da Chapada Diamantina, que marcam seu povoamento. Com a descoberta destes minérios na cordilheira do Espinhaço e a decadência da economia açucareira, houve uma grande corrida de pessoas para a Chapada Diamantina vindas de todas as partes do Brasil, à procura de riqueza fácil. Em decorrência desta euforia, em meados do século XVIII haviam surgido cidades monumentais, para os parâmetros da época, como Lençóis, Mucugê, Palmeira e Andaraí. Neste mesmo período, a região já havia inscrito sua importância

econômica no cenário nacional e internacional, como centro produtor de ouro e de diamantes (BRAGA, 2008).

Os primeiros registros de descoberta de ouro datam do ano de 1775 e foram realizadas pelo bandeirante paulista Sebastião Raposo, às margens do Rio de Contas. Posteriormente, foram encontradas jazidas auríferas nos rios Itapicuru e Paramirim. Estas descobertas marcam o início do ciclo do ouro na Chapada, o qual durou cerca de um século (1775-1845), sendo fator indispensável para a colonização da região. Neste período a vila de Rio de Contas ficou conhecida como grande entreposto comercial (TOLEDO, 2008).

O ciclo do diamante iniciou-se em 1844, com a descoberta por José Pedreira do Prado de diamante no leito dos rios Cumbucas e Mucugê, onde existiam diamantes em grande quantidade e boa qualidade e peso. Esta área esteve preservada durante muito tempo em decorrência tanto das dificuldades de acesso, bem como pela presença dos índios Maracás, que entravam em conflito com os invasores (PINA, 2000).

Uma nova leva de garimpeiros foi atraída para a região com a notícia de abundância deste minério, despovoando antigos centros de exploração aurífera e de diamante na Bahia e em Minas, respectivamente. Este novo aglomerado de pessoas propiciou a criação da Lavras Diamantinas, formada por quatro vilas: a Vila de Santa Isabel do Paraguaçu (Mucugê), a Comercial Vila dos Lençóis (Lençóis), a Vila de Andaraí (Andaraí) e a Vila Bela das Palmeiras (Palmeiras),

Apesar de no século XIX já existirem fazendas nas proximidades da nascente do rio Paraguaçu, foi o diamante que conferiu grande destaque à região e despertou a cobiça de muitos aventureiros. As aglomerações, nos espaços de extração dos brilhantes, determinaram as áreas, que, posteriormente tornaram-se vilas e cidades densamente povoadas, alterando definitivamente a paisagem bucólica e agreste daquelas serras. (MARTINS, 2013, pg. 25)

### **2.3. Serra das Paridas I**

Entre os muitos focos comuns dos estudos arqueológicos, estão os objetos, que são considerados testemunhos da existência humana num determinado ambiente natural e, por isso, se constituem em uma boa fonte de conhecimento para a reconstrução histórica de um ou vários grupos humanos. Se a Arqueologia tem como objeto de pesquisa imediato a cultura material de sociedades, presume-se que cada evidência concreta tenha uma localização e um contexto espacial *in situ* redundante. Porém, um sítio arqueológico não é formado apenas pelos materiais encontrados durante as escavações, mas também pelo solo, clima, vegetação, relevo, hidrografia e tudo que possa estar relacionado com a vida de um grupo humano, logo

todos esses fatores fazem parte da territorialidade apreendida e transformada.

No caso do sítio Serra das Paridas I, a principal característica ambiental é estar incluída na região montanhosa da Chapada Diamantina, estando localizado num conjunto de pequenos morros, com afloramentos rochosos de arenito quartzítico, pertencentes a formação geológica denominada de Morro do Chapéu. Essa pode ser definida assim:

A Formação Morro do Chapéu começa com conglomerados, depositados por sistema fluvial entrelaçado, com paleocorrentes para NNW. Acima dos conglomerados ocorre um pacote de arenito e argilito intercamadados, com evidências de tempestades, e estruturas de contração. Sobre este pacote ocorrem arenitos sigmoidais vermelhos silicificados, com marcas onduladas, estratificação cruzada e tidal bundle.

Após um intervalo não aflorante de cerca de 75 m ocorre uma sucessão de arenitos formando lobos, que começam com estratificação horizontal e continuam para o topo com estratificação cruzada sigmoidal, sendo comum a presença de estrutura de escape de água e estratificação convoluta, interpretados como depositados em contexto deltaico. (PEDREIRA, ROCHA, 2013, pg.74).

A maior parte desse complexo rochoso da Serra das Paridas I fica exposto a incidência de ventos e insolação e é integrado a um contexto vegetativo típico do cerrado, com destaque para os campos rupestres, que ocupa regiões acima de 1.000 metros de altitude, porém, as vezes também encontrado a partir de 700 metros (Giulietti et al., 1997). Esse tipo de vegetação, predominante na paisagem da região da Chapada Diamantina, é rica em diferentes habitats, conforme características do substrato e continuidade distributiva das plantas (Conceição 2000; Conceição & Pirani 2005).

Nas partes mais planas dos afloramentos rochosos e nas áreas de base das elevações o solo é tipicamente arenoso e apresenta uma vegetação de cerrado, formada por plantas herbáceo-arbustivas, relacionadas fisionalmente com a natureza do substrato, profundidade do solo e do clima, sendo esse último classificado como Tropical do Brasil Central, semiúmido, com verão úmido e quatro a cinco meses secos, concentrados na primavera (NIMER, 1989).

Com relação a parte hidrográfica, grande parte da área do território do município de Lençóis é banhada pelos rios Utinga e Santo Antônio, que são afluentes do Rio Paraguassu. Na região da Serra das Paridas I, o recurso hídrico mais próximo identificado foi o Rio Bonito (afluente do Rio Utinga) que passa aproximadamente a 4 Km do sítio arqueológico e é um marco natural que divide os municípios de Lençóis e Wagner.



Figura 7. Vista geral da Serra das Paridas. No primeiro plano as características da vegetação de cerrado e ao fundo o conjunto de afloramentos rochosos areníticos.



Foto: Claudiomar Gonçalves, 2006.

A Serra das Paridas I está localizada na parte nordeste do território de Lençóis e o acesso para a região, saindo da sede do município, deve ser feita pela BA-144, fazendo um trajeto de 12 Km até a BR-242. Esse trecho inicial, que liga a cidade a rodovia federal, pode ser descrito como tendo asfalto muito bem conservado, com poucas áreas de acostamento e muitas curvas, o que exige atenção do motorista. A paisagem da estrada se enriquece com as margens tomadas por uma vegetação alta e muito verde, típica dessa zona da Chapada Diamantina.

Chegado ao final do trecho de 12 km da BA-144, há um entroncamento com a BR-242, no qual deve-se seguir a direita, transitando por mais 8 Km até o Distrito de Tanquinho, que pertence ao município de Lençóis. Por se tratar de uma rodovia federal, é um trecho que exige atenção dos motoristas por conta do fluxo de caminhões e por ter muitas curvas. Antes de chegar à sede do distrito, deve-se entrar a esquerda, numa estrada vicinal, onde há uma grande placa de sinalização, indicando a entrada para a Cachoeira dos Mosquitos, considerado um importante atrativo turístico da região.

Após o acesso a estrada vicinal, deve-se trafegar por mais 16 Km. Esse trajeto está todo sinalizado com pequenas placas espalhadas ritmicamente no percurso, decoradas com diferentes motivos gráficos rupestres identificados no Complexo Arqueológico das Paridas e que indicam a proximidade com a entrada do sítio. Concluindo o trecho indicado, encontra-se

uma placa apontando para direita, onde está a entrada de acesso. Há apenas uns 50m, encontra-se um Pórtico de madeira, encimado por uma placa que contém a logomarca do Complexo Arqueológico e abaixo uma cancela que fica aberta durante o dia e é fechada com cadeado na parte da noite.

A partir da passagem do pórtico de entrada, segue-se por trecho de 2 Km, caracterizado pelo contexto ambiental do sítio, principalmente, o cenário vegetativo, composto por árvores de pequeno e médio porte, com destaque para as mangabeiras, que durante o período de novembro a abril, carregam grande quantidade de frutas, espalhadas pelo chão. Concluído os 2 km, chega-se ao primeiro conjunto de abrigos e paredões com pinturas, que foi denominado Serra das Paridas I.

Nesse espaço foi construído um receptivo turístico simples, feito com pedras areníticas retiradas do próprio local, com o objetivo de não destoar com o ambiente circundante. Essa estrutura de pedra abriga uma loja de artesanato, que vende produtos em pedra e madeira, elaborados por artistas locais e possui uma toaleta para os visitantes. Por fim, em frente a construção de pedra, há um amplo estacionamento que comporta a parada de mais de 15 carros pequenos, além de ônibus e vans de turismo.

Figura 8. Serra das Paridas. Percurso entre a sede do município de Lençóis e o Complexo Arqueológico Serra das Paridas.



Fonte: Elaboração de Luan Aquino, 2021.



Figura 9. Serra das Paridas. Placas de sinalização indicando a entrada ao Complexo Arqueológico.



Foto: Mirta Barbosa, 2019.

Figura 10. Vista geral da Serra das Paridas. No primeiro plano as características da vegetação de cerrado e ao fundo o conjunto de afloramentos rochosos areníticos.



Foto: Mirta Barbosa, 2019.



Figura 11. Serra das Paridas. Pórtico de entrada. Destaque para os materiais utilizados, e acabamento rústico dos postes e do próprio pórtico, assim como a natureza artesanal das sinalizações.



Foto: Mirta Barbosa, 2019.

Figura 12. Serra das Paridas. No primeiro plano as características da vegetação de cerrado e ao fundo o conjunto de afloramentos rochosos areníticos.



Foto: Mirta Barbosa, 2019.

Figura 13. Serra das Paridas. Vista panorâmica do receptivo turístico e do entorno natural.



Foto: Mirta Barbosa, 2019.

## **CAPÍTULO 3. SERRA DAS PARIDAS I: ESTUDOS ARQUEOLÓGICOS E A CONSTRUÇÃO DE UM FORMATO PARTICULAR DE VÍNCULO PÚBLICO-PRIVADO.**

### **3.1. Interesses privados com miras à proteção ambiental e patrimonial**

O visitante que chega hoje na Serra das Paridas encontra um ambiente de fácil acesso, um rústico receptivo e uma simples, mas funcional infraestrutura que permite um passeio agradável em companhia dos guias locais. Além do aspecto estrutural, o público visualiza a forma como as pinturas estão protegidas do vandalismo, por conta da existência dos guarda-corpos e da constante vigilância dos responsáveis pelo local. Nesse sentido, as pessoas não se dão conta de como era aquele espaço antes das inserções estruturais implantadas e, mais, não têm ideia das mudanças práticas com relação ao uso econômico e social da área.

No caso da Serra das Paridas, compreender esse aspecto que o visitante não enxerga é fundamental para analisarmos a modificação da forma de aproveitamento do espaço, considerando o que se fazia antes da descoberta das pinturas rupestres e a tomada de decisão de o que deveria ser feito com esses achados pré-coloniais. Em linhas gerais, anteriormente, a lógica era explorar os recursos naturais, principalmente, a coleta da mangaba. Hoje, a conservação destes elementos é indispensável para preservar o contexto paisagístico e inseri-lo no processo de visitação pública e privada. Para uma melhor percepção desse cenário, faz-se necessário um retorno ao contexto anterior a 2005, período em que as pinturas rupestres foram identificadas pelos catadores de mangaba.

Na Chapada Diamantina nunca existiu nenhuma atividade econômica relacionada com a produção de mangabas. Esse trabalho sempre esteve associado a uma prática extrativista e pode ser explicada pelas próprias características da árvore mangabeira, a qual apresenta entre suas peculiaridades a dificuldade de adaptação às condições edafoclimáticas diferentes daquelas apresentadas em suas áreas de ocorrência natural (PARENTE; BORGIO; MACHADO, 1985). A realidade da atual região da Serra das Paridas, também era assim: catadores de mangabas trabalhando sem nenhuma estrutura associativista ou produtiva organizada e eram comercializadas no Centro de Abastecimento do município de Feira de Santana, na Bahia.

Nesse contexto extrativista da coleta das mangabas na Serra das Paridas, o ambiente vegetativo do local era tomado por essas árvores frutíferas que dominavam a paisagem e, no período da catação, a única forma de sobrevivência de muitas famílias da região e uma das fontes de renda do fazendeiro que administrava as atividades comerciais da fruta. Em síntese,

o trabalho de coletar e vender mangaba foi por muitos anos o sustento de muita gente e o movimento econômico que girava, de maneira sazonal, em torno de uma única atividade que acontecia apenas em período do ano.

Com a descoberta das pinturas rupestres, os proprietários das terras, que naquele momento coletavam mangaba como forma de retorno financeiro, ficaram diante de uma grande reflexão para o futuro daquele local. Eles tiveram de considerar, dentro da perspectiva privada e econômica, o que fazer com a área com vestígios arqueológicos para torná-la mais rentável. Nesse sentido, o Sr. Idenor Borges, professor aposentado da Universidade Federal da Bahia, formado na área de Engenharia e especialista em Estatística e Matemática, ressaltou:

“[...] na minha cabeça, a ciência é uma só, de forma acadêmica, para se entender melhor se faria, mas tudo é uma coisa só, a lógica é a mesma, na hora que essa lógica desarrumar, é uma bomba atômica que nós vamos ter pela frente na face da Terra; então, a lógica é a mesma, eu não posso duvidar. Vamos encarar a Arqueologia e ver onde isso vai nos levar...”<sup>12</sup>

A descoberta das pinturas rupestres na Serra das Paridas muda a perspectiva da utilização do ambiente como iniciativa privada concentrada unicamente na coleta da mangaba. O primeiro passo dado para a mudança de uso do espaço foi o reconhecimento em buscar orientação científica para pesquisar e caracterizar o sítio arqueológico, no qual os resultados apresentados serviram como subsídio para conduzir os rumos das decisões que seriam tomadas para o usufruto da área, havendo uma integração entre os interesses privados e os interesses específicos da ciência arqueológica. Mas, neste momento, vamos focar nas inclinações particulares dos donos e investidores da área.

Como já informado no capítulo 2, o Sr. Idenor Borges apresentou ao professor Carlos Etchevarne, da Universidade Federal da Bahia, imagens das pinturas rupestres da Serra das Paridas. O Professor reconheceu a autenticidade do o sítio arqueológico e se colocou à disposição para visitar o local e ver a possibilidade de iniciar pesquisas na área. Nesse momento, Borges toma a iniciativa de convidar o professor e equipe para realizarem no município de Lençóis o primeiro “*Seminário de Arqueologia de Lençóis*” com financiamento privado da Agência Volta ao Parque.

A Agência Volta ao Parque é uma empresa privada, criada em 2005 pelo Sr. Idenor Borges, em sociedade com o guia local Renato Hayne, tendo como objetivo a venda de roteiros turísticos em diferentes destinos da Chapada Diamantina, considerando o potencial da região. Esse turismo estava caracterizado principalmente pelo turismo de aventura e pelos

---

<sup>12</sup> Entrevista concedida em 2020.

itinerários de diferentes atrativos naturais, como cachoeiras, rios, cavernas e grutas. A agência de turismo foi instalada na sede do município de Lençóis, conhecido como “*Portal da Chapada Diamantina*”, onde turistas do mundo inteiro circulam por suas ruas estreitas, calçadas por paralelepípedos, circulando pelo conjunto arquitetônico do século XIX, que remete à cultura do garimpo. A cidade possui a melhor e mais organizada infraestrutura hoteleira e de serviços da região e, principalmente, por ser a único núcleo urbano chapadense a possuir um aeroporto regional que recebe voos semanais vindos de Salvador desde 1997.

O funcionamento da Agência Volta ao Parque na região da Chapada Diamantina foi fundamental para os proprietários investirem na área da Serra das Paridas, com o objetivo principal de preparar um sítio de pintura rupestre para a visitação turística. Nessa perspectiva de investimento privado numa área arqueológica, todos os procedimentos desenvolvidos *in loco* tiveram a participação efetiva da equipe do professor Carlos Etchevarne, orientando todas as intervenções que foram realizadas no contexto do sítio, a partir de etapas de trabalho que tiveram um roteiro científico como norteador das ações executadas.

Com a orientação da equipe de arqueologia, os sócios da Agência Volta ao Parque começam a investir na área da Serra das Paridas e vão percebendo que as aplicações financeiras a serem feitas, passam, primeiramente, por uma mudança de perspectiva econômica, saindo de uma lógica unicamente de ganhos monetários para a um tipo de um investimento de ordem natural e cultural. Ou seja, antes de pensar em ganhar dinheiro com a visitação turística, criando apenas a estrutura necessária para esse fim, havia a necessidade de dar uma atenção primária à proteção e à preservação do meio ambiente em torno do sítio arqueológico e dos locais onde estão localizadas as pinturas rupestres.

Assim, tendo como premissa a proteção e a preservação como mola propulsora do investimento inicial na Serra das Paridas, os trabalhos foram direcionados para essa finalidade. A criação de um itinerário de visitação na Serra das Paridas e sua abertura para o público, de certa forma, marca o início de novo parâmetro de utilização do espaço natural e cultural preocupado em minimizar os impactos nocivos ao meio ambiente, a partir de um planejamento visando ao desenvolvimento sustentável e à conscientização quanto à necessidade de preservação desta área. Além disso, as ações de ordem prática foram realizadas, também, no sentido de coagir ações antrópicas na região, evitando o vandalismo nos painéis com pinturas.

A preservação dos recursos naturais na Serra das Paridas em conjunto com as atitudes de proteção do espaço arqueológico foram fatores indispensáveis para garantir a formação de uma lógica turística que respeitasse os limites naturais da vegetação e da geologia; a



capacidade de carga de visitação da área (Burman; Queiroz, 1996) e as demarcações da infraestrutura do local, permitindo, ao mesmo tempo, uma economia viável, sem comprometer o contexto ambiental, e um desenvolvimento turístico baseado na proteção de preservação de um sítio de pintura rupestre.

### **3.2. Motivações científicas e educativas**

No imaginário popular, a Arqueologia é apenas um tipo de atividade de campo que, em virtude dos inúmeros filmes e documentários, apresenta a figura aventureira do arqueólogo em diferentes momentos de ação, perigos e descobertas fabulosas, mas nunca mostram os verdadeiros resultados dessas aventuras e nem a importância de suas reais pesquisas. Por conta desse contexto “hollywoodiano”, o arqueólogo é apenas um personagem fictício que também é assim na vida real. Ou seja, sua vida é motivada por uma intensa diversão caracterizada pela busca de fortes emoções em nome do misterioso, do sagrado, do monumental e de muita história para contar.

Porém, muito além das telas do cinema ou de produções mirabolantes, a Arqueologia é uma ciência de extrema importância para compreender a existência de grupos humanos, a partir de sua cultura material e o contexto ambiental no qual estavam inseridos. A Arqueologia é uma ciência social e o arqueólogo é o profissional que se dedica ao estudo, pesquisa e análise de diferentes tipos de artefatos, estruturas e vestígios naturais que, em conjunto, mostram pistas da presença humana em diferentes territórios do nosso planeta.

Na vida real, a figura do arqueólogo deixa de ser um personagem fictício e passa existir de maneira concreta, mas ainda inacessível para o senso comum das pessoas e diferente de outras profissões, mas apresenta-se como um profissional motivado pela busca de repostas para infinitas perguntas, tendo a base científica como referência. Nesse sentido, a principal motivação para um arqueólogo não é a possibilidade de uma vida aventureira e nem o achado em si, mas é a perspectiva de se deparar com contextos territoriais que apresentam um mosaico de paisagens com diversas potencialidades para a instalação de grupos humanos, representados por vestígios materiais e naturais, que formam um quebra cabeça que o desafia. À medida que as peças vão se encaixando, a imagem da existência humana numa determinada localidade vai ganhando forma, sentido e significado.

Mas a motivação do arqueólogo não se resume à cultura material em si e suas possíveis interpretações e revelações. Outro fator que o motiva e o conduz às novas perspectivas no olhar do ambiente que ele pesquisa é a aproximação com as comunidades que

residem em torno de sítios arqueológicos e que ocupam locais que outrora outras pessoas viveram. Na maioria dos casos, os moradores que vivem em locais com essas características pensam os espaços composto por antigos objetos e/ou estruturas como próprios, com sentimento de pertença, ou quando não há uma ligação com os vestígios materiais tem o respeito pelo registro do passado.

Foi exatamente nesse cenário de motivações científicas e sociais que os registros rupestres no Complexo Arqueológico Serra das Paridas fizeram parte de estudos arqueológicos realizados pelo Grupo de Pesquisa Bahia Arqueológica, coordenado pelo Prof. Carlos Etchevarne, que definiu um programa de ações baseadas em concepções teóricas sobre os sítios de arte rupestre e suas relações com as comunidades locais:

Os sítios arqueológicos de arte rupestre constituem um tipo particular de vestígios de ocupação humana que se apresentam aos olhos do homem contemporâneo como uma linguagem plástica de grande apelo estético, ao mesmo tempo em que é observada como uma gramática enigmática, posto que se desconheça o significado e as circunstâncias em que foi executada.

Por esta razão, a proposta do Programa é, além da identificação, registro, caracterização e estudo sistemático dos sítios de arte rupestre, o trabalho de propiciar o envolvimento e sensibilização das comunidades em que os sítios se encontram inseridos. Este aspecto é fundamental na preservação dos sítios, na medida em que somente com o despertar da consciência preservacionista dos membros das localidades em contato com os sítios poderá se tornar efetiva toda ação de proteção. Neste sentido uma das noções básicas que serão manejadas é a de patrimônio cultural (especificamente o de arte rupestre) e a de pertinência identitária, já que essas noções conduzem aos membros de uma comunidade a se sentirem parte de um *continuum* histórico e admitirem como próprios os marcos históricos (leia-se sítios arqueológicos), que formam parte de seu entorno existencial”. (ETCHEVARNE, 2010, pg. 08)

As motivações científicas na Serra das Paridas não ficaram enclausuradas na concepção do senso comum, no qual a ciência arqueológica é vista como um trabalho fechado em si, ligada unicamente às escavações arqueológicas, à análises laboratoriais, à formulação de hipóteses e às elaboração e publicação de artigos e relatórios acadêmicos. Foi muito além disso: as pesquisas realizadas e a produção do conhecimento foram amplamente discutidas e apresentadas para um público de não especialistas que puderam acompanhar as etapas de cada ação efetivada e que teve como mola propulsora, as atividades educativas.

### **3.3. As primeiras atividades na Serra das Paridas I**

As primeiras atividades arqueológicas realizadas na Serra das Paridas estavam associadas diretamente com a execução do Projeto Homem Natureza, que em 2006 e 2007, encontrava-se em andamento em várias regiões da Bahia, incluindo a Chapada Diamantina e o

município de Lençóis, sob a coordenação do Arqueólogo Carlos Etchevarne, da Universidade Federal da Bahia (UFBA).

Os objetivos estabelecidos por este projeto propunham, como primeira medida, um levantamento de sítios com representações rupestres no Estado da Bahia e a partir de registros fotográficos e documentais, organizar um conjunto de informações no que se refere a sítios de pinturas e gravuras e que fossem divulgadas em um livro e, posteriormente, numa base de dados disponibilizada na *internet*.

Foi com essa premissa de mapeamento e caracterização de sítios de arte rupestre que os painéis da Serra das Paridas começaram a ser analisados. O ponto de partida era o reconhecimento dos motivos gráficos e sua distribuição espacial nos afloramentos rochosos, a identificação de sobreposições, além da observação na tipologia dos pincéis e dos pigmentos utilizados. As informações da análise pictórica eram escritas numa ficha de campo, elaborada previamente pelo Prof. Etchevarne, complementado pelo registro fotográfico que seguia uma orientação visual, com o objetivo de mostrar o espaço paisagístico do sítio, partindo de um foco amplo que ia se aproximando de pontos mais detalhados. Ou seja, a registro ia do geral (o ambiente) ao particular (o grafismo *stricto sensu*).

Esse conjunto de registros documentais e fotográficos dos painéis identificados na Serra das Paridas permitiu a análise interpretativa dos grafismos rupestres, permitiu também que o Prof. Carlos Etchevarne definisse o contexto cultural Complexo Serra das Paridas como um complexo arqueológico constituído de quatro grandes sítios: Serra das Paridas I, Serra das Paridas II, Serra das Paridas III e Serra das Paridas IV.

Denomina-se Complexo Serra das Paridas um conjunto de abrigos situados em afloramentos areníticos que formam a Serra das Paridas, entre os municípios de Lençóis e Wagner. Os blocos rochosos emergem na paisagem formada por uma faixa plana com campos de mangabeiras e uma ampla zona colinar com vegetação mais densa e variada. Os abrigos se situam, na maioria dos casos, na base dos afloramentos, constituindo uma ampla rede de locais passíveis de serem ocupados com funções diferenciadas, conforme a topografia. A proximidade e a facilidade de comunicação entre eles, que permitiriam uma ocupação simultânea, justificam considerar os agrupamentos de abrigos como locais de uma única unidade de instalação humana. Assim são definidas quatro áreas que apresentam, por sua vez, forte ligação espacial e, por isto, foram denominadas Serra das Paridas I, II, III e IV. Em todas elas existem testemunhos de representações gráficas em variadas situações e de períodos de pinturas diferentes. ” (ETCHEVARNE, 2007, p. 15)

Os primeiros resultados obtidos no Complexo Arqueológico Serra das Paridas, baseados na análise e interpretação dos painéis gráficos, não ficaram apenas no âmbito científico, tiveram como consequência a motivação social e educativa como forma de sensibilizar e envolver as comunidades locais no processo de proteção, preservação, gestão e

usufruto de vestígios culturais do passado. De outra maneira, apostava-se na dimensão social da Arqueologia e as possibilidades transformadoras derivadas da gestão desses sítios.

Em decorrência dessa motivação científica foi colocado em prática, nos anos 2008 e 2009, o *Programa de Identificação, Proteção e Gestão de Sítios de Arte Rupestre da Chapada Diamantina, Bahia*<sup>13</sup> que tinha como principal objetivo o levantamento de sítios de arte rupestre em seis municípios da Chapada Diamantina e a realização de atividades educativas em comunidades desses seis territórios chapadenses. Durante o desenvolvimento desse projeto, foram registrados dez sítios de pinturas, dois sítios de gravura e efetivadas palestras com temas específicos sobre o patrimônio cultural brasileiro, nas quais houve discussões e reflexões acerca da importância de salvaguardar a cultura material de grupos humanos que outrora viveram nos espaços que essas comunidades ocupam na atualidade. No município de Lençóis, a equipe de Arqueologia deu continuidade ao mapeamento e caracterização dos painéis rupestres no Complexo Arqueológico Serra das Paridas.

No mesmo ano de 2008, ocorreu na cidade de Lençóis, o *Fórum do Patrimônio Material*, organizado pela Secretaria de Cultura do Estado da Bahia (SECULT), com o intuito de discutir o Sistema Estadual de Cultura, como um processo de articulação, gestão e promoção conjunta de políticas, estabelecido entre os poderes públicos – governos federal, estadual e municipais – e a sociedade civil. Nesse evento foi assinado um termo de cooperação entre o Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia (IPAC) e a Universidade Federal da Bahia (UFBA), no qual deu-se início à uma série de ações entre pesquisadores da Universidade Federal da Bahia, com o IPAC, com as prefeituras municipais e com as comunidades localizadas em áreas em que os sítios rupestres estão inseridos.

---

<sup>13</sup> O projeto foi financiado com recursos do Programa Petrobras Cultural, através da Lei Federal de Incentivo à Cultura, que fomenta o patrocínio de propostas e iniciativas relacionados a cultura brasileira. Em 2007, o Prof. Dr. Carlos Etchevarne foi contemplado e desenvolveu uma série de atividades arqueológicas e educativas nos municípios de Brotas de Macaúbas, Iraquara, Lençóis, Morro do Chapéu, Palmeiras e Wagner, na região da Chapada Diamantina, Bahia.

Figura 14. Palestrantes do I Fórum de Patrimônio Material da Bahia, realizado no Mercado Cultural, município de Lençóis.



Foto: Alvandyr Bezerra, 2008.

A interação com os representantes de órgãos públicos – Secretarias Municipais e Câmaras de Vereadores – dos municípios envolvidos no Programa e diferentes representações comunitárias gerou uma série de informações sobre sítios arqueológicos e expôs o desconhecimento das pessoas sobre pinturas e gravuras. Esse contexto interativo suscitou diversas demandas direcionadas para a urgência de se realizar pesquisas arqueológicas na Chapada Diamantina, bem como preparação de encontros temáticos para um público geral, também a organização de cursos de capacitação para os guias turísticos.

Em decorrência das demandas suscitadas pela interação entre pesquisadores da UFBA e profissionais do IPAC, junto aos poderes públicos municipais e diversas comunidades da Chapada Diamantina, inicia-se, em 2010, o Projeto dos Circuitos Arqueológicos na Chapada Diamantina<sup>14</sup>, contemplando doze municípios da região, havendo, nesse momento, uma importante interação com todos os participantes envolvidos na execução das atividades de campo e educativas.

O Projeto do Circuitos Arqueológicos que teve como referência conceitual três

---

<sup>14</sup> O projeto Circuitos Arqueológicos da Chapada Diamantina foi criado em 2010 e tinha como objetivo, o mapeamento do patrimônio cultural local, fortalecimento dos sentimentos de identidade e cidadania, formação de agentes patrimoniais e utilização dos bens culturais de forma sustentável. Na 1ª etapa do projeto, foram contemplados os municípios de Iraquara, Lençóis, Morro do Chapéu, Palmeiras, Wagner e Seabra. Na 2ª etapa, participaram os municípios de Boninal, Ibicoara, Piatã, Mucugê, Andaraí e Utinga.

premissas básicas:

- Só existe proteção com conhecimento do que deve ser protegido e, para isso, a pesquisa científica é fundamental e insubstituível. As comunidades devem ser incluídas no processo de estudo dos sítios;
- Só há preservação do patrimônio de arte rupestre quando há um retorno social e econômico para as comunidades em torno dos locais com representações gráficas. (ETCHEVARNE, 2010, p. 10)

Baseado nessas três premissas, as ações implementadas no projeto foram caracterizadas pelo aspecto científico, social, econômico e patrimonial:

- **Identificação e registro das pinturas e gravuras rupestres**, em seu contexto ambiental. Em todo processo de mapeamento, a equipe de pesquisadores contou com a presença de moradores locais, que participaram ativamente das atividades de campo.
- **Atividades de Educação Patrimonial**, em escolas públicas e em alguns povoados. Foram ações educativas realizadas com os moradores locais (professores, alunos, guias/condutores, líderes comunitários, representantes municipais) objetivando a consolidação de um grupo de agentes patrimoniais.
- **Elaboração de circuitos arqueológicos**, criando roteiros turísticos, tendo como referência os sítios rupestres e outros bens patrimoniais. (ETCHEVARNE, 2010, p. 11)

No município de Lençóis, o projeto dos Circuitos Arqueológicos foi muito bem recebido pelo poder público municipal, representado principalmente pela Secretaria de Turismo e pela Secretaria de Educação e Cultura. Uma das primeiras ações que caracterizam essa parceria com a equipe do projeto foi percebida na participação representativa da sociedade local na realização dos Seminários de Arqueologia realizados a longo de mais de dez anos. Mas cabe ressaltar que, durante esse período, a maioria dos eventos foi financiada pelos proprietários das Serra das Paridas, pois os recursos do projeto Circuitos Arqueológicos foram utilizados em seminários efetivados em outros municípios da Chapada Diamantina.

O perfil do público envolvido em todos os eventos arqueológicos realizados no município de Lençóis tinha como principais características a vontade de aprender e a vontade de colocar em prática o aprendizado em prol da sua comunidade em conjunto com o ambiente em que estava inserida. Além disso, tinha o reconhecimento do seu grupo social e uma capacidade para multiplicar e socializar as ideias e ações propostas.

A programação dos seminários estava pautada, primeiramente, na apresentação da proposta do projeto, dissertando sobre cada ponto indicado e discutindo, com os participantes, a viabilidade e a aplicabilidade no município. Em todos os contextos sociais de Lençóis, a aceitação da comunidade foi muito positiva, sinalizando total apoio ao projeto e suas possibilidades futuras, firmando com a equipe de arqueologia um compromisso de trabalho e

empenho; criando, logo de início, uma motivação que perdurou durante todo o seminário e foi fundamental para a consolidação do itinerário de visitação das Serra das Paridas.

A outra parte da programação do seminário era específica da área de Arqueologia e tinha como objetivo inserir os participantes no universo da ciência arqueológica, compreendendo e identificando a cultura material como seu objeto de estudo e fonte de informação na reconstrução da história dos diferentes grupos humanos. Também, mostrar o trabalho constante em prol da preservação dos sítios arqueológicos, demonstrando sua importância na continuidade histórica de qualquer sociedade.

O seminário estava dividido em cinco módulos temáticos: o primeiro era introdutório, mostrando o conceito da ciência, seu objeto de estudo, seus objetivos e suas metodologias de trabalho. O segundo apresentava os vestígios deixados por grupos pré-coloniais, principalmente na Bahia, com imagens de artefatos líticos e cerâmicos encontrados em diversas escavações ou fruto de doações de colecionadores e de moradores de diversas localidades do Estado. O terceiro trazia informações e imagens sobre os mais diversos objetos e estruturas arquitetônicas remanescentes desde o período da colonização até meados do século XX. O quarto era específico sobre arte rupestre, apresentando conceitos e características, com diversas imagens exemplificando o potencial encontrado, até o momento, no território baiano. O último trazia reflexões sobre o patrimônio arqueológico, enfatizando sobre sua importância e sua vulnerabilidade diante de ações naturais e, principalmente, ações antrópicas, além das mais diversas formas de preservação. Concluía com alguns exemplos de atividades de educação patrimonial, realizadas na Bahia, que deram resultados positivos.

Durante todo o seminário, a participação da comunidade foi muito importante, com perguntas pertinentes aos temas apresentados e informações de suma relevância para o desenvolvimento de atividades que permitam ações preservacionistas na região. Eles identificaram os principais problemas ambientais – inserido o patrimônio arqueológico – enfrentados pelo município e apontaram novos espaços que apresentam pinturas rupestres, além de outros vestígios arqueológicos.

As discussões e debates que configuraram o curso se deram em uma forma bastante aberta e livre, facultando e incentivando as intervenções, comentários e acréscimos da assistência. Apoiados nessa perspectiva, durante as conversações iniciais surgiram espontaneamente informações sobre a existência de vários sítios de arte rupestre em diferentes locais da Chapada Diamantina.

A ocorrência do evento foi muito oportuna. Segundo os participantes, já havia a preocupação de alguns grupos locais com a preservação dos sítios de pinturas, devido à

possibilidade de divulgação da sua existência e, conseqüentemente, visitas desordenadas e destruidoras do local, comprometendo sua integridade. Durante o seminário foram apresentadas várias imagens amadoras desses sítios com indicações de sua localidade. O módulo temático que trata do Patrimônio Arqueológico e a Educação Patrimonial teve uma integração muita intensa com o público, com constantes trocas de informações e possibilidades concretas de ações futuras. Após a realização dos seminários e a definição dos grupos de trabalhos, denominados de Agentes Patrimoniais<sup>15</sup>, teve início a etapa mais duradoura e significativa do Projeto dos Circuitos Arqueológicos: a realização das oficinas arqueológicas.

Figura 15. Seminário de Arqueologia, realizado no Auditório Afrânio Peixoto, município de Lençóis.



Foto: Mirta Barbosa, 2010.

Após a realização dos seminários e a definição dos grupos de trabalhos, denominados de agentes patrimoniais, teve início a etapa mais duradoura e significativa do projeto: a realização das oficinas arqueológicas. Mais uma vez, para a continuidade dessa ação no município de Lençóis, houve o apoio financeiro dos proprietários da Serra das Paridas,

---

<sup>15</sup> O perfil do Agente Patrimonial foi definido, pelo Grupo Bahia Arqueológica durante o desenvolvimento dos seus projetos, designando a pessoa que zele e promova a preservação, com proposta ou ações que visem à gestão participativa de sítios arqueológicos pré-coloniais, coloniais e pós-coloniais no território do Estado da Bahia e que atue de forma permanente. Aplica-se, assim, à pessoa que é sensível aos significados históricos e identitários que podem estar imbuídos dos sítios e materiais coletados neles, dedica-se de forma voluntária a atuar, individual ou coletivamente, em atividades e programas que estejam centrados no patrimônio cultural de uma determinada região.



reconhecendo a importância desse tipo de atividade educativa, direcionada aos bens arqueológicos, como elemento fundamental na sensibilização das comunidades da região, bem como, a formação e capacitação dos guias locais.

As denominadas oficinas arqueológicas eram atividades educativas teóricas e práticas que objetivavam a sensibilização e formação das pessoas envolvidas na questão do patrimônio arqueológico rupestre, com ênfase na sua identificação e preservação. Para a concretização destes objetivos, a equipe de pesquisa desenvolveu duas linhas de ação: uma direcionada para a identificação e registro de sítios rupestres e outra voltada para o conteúdo sobre arte rupestre. A realização das duas ações, com características mais teóricas que práticas, tinham como finalidades facilitar os trabalhos de campo, onde os grupos iriam registrar, *in loco*, os sítios rupestres da região e reflexão sobre os processos de preservação dessas áreas.

Figura 16. Agentes patrimoniais de Lençóis estudando textos sobre arte rupestre.



Foto: Alvandyr Bezerra, 2010.

Figura 17. Agentes patrimoniais de Lençóis apresentando trabalhos sobre Arte Rupestre.



Foto: Alvandyr Bezerra, 2010.

Como forma de complementar as atividades teóricas realizadas na região de Lençóis, representadas pelos seminários e pelas oficinas arqueológicas, foram efetivadas ações de campo no sítio Serra das Paridas I. Na verdade, os trabalhos *in loco* na área do sítio arqueológico, tinham dois objetivos centrais: o primeiro era de caráter formativo-informativo, posto que pretendia revisar o conjunto de informações estudadas pelos agentes patrimoniais sobre os locais com pinturas e seus contextos; o segundo apontava para o manejo dos sítios, ou seja, refletir sobre programas de dinamização dos espaços culturais, de modo que eles não ficassem distantes ou desligados das ações preservacionistas que estavam sendo implantadas nas Paridas.

Neste sentido, as noções básicas sobre patrimônio cultural (especificamente o de arte rupestre), discutidas nos seminários e oficinas arqueológicas e as reflexões referente a pertinência identitária, fizeram com que os participantes se sentissem parte de um *continuum* histórico e compreendessem os marcos históricos (leia-se sítios arqueológicos) da sua região como parte de seu entorno existencial. Esse sentimento generalizado sobre o contexto de arte rupestre das Serra das Paridas foi muito importante para o reconhecimento do espaço do sítio como um bem cultural e que permitiu diferentes formas de apoiar as iniciativas estruturais e turísticas que estavam acontecendo nas Paridas.

Figura 18. Agentes patrimoniais de Lençóis nas atividades educativas realizadas na Serra das Paridas I.



Foto: Alvandyr Bezerra, 2010.

Figura 19. Agentes patrimoniais de Lençóis nas atividades educativas realizadas na Serra das Paridas I.



Foto: Mirta Barbosa, 2010.

### **3.4. Escavações Arqueológicas**

No mundo contemporâneo em que vivemos, as notícias sobre o cotidiano da vida humana é quase que imediata, graças às ferramentas disponíveis utilizadas pelas diferentes mídias, principalmente as redes sociais. Nesse contexto, o tempo presente se torna fundamental para o convívio e discussões das pessoas no Brasil e no mundo e o passado vai ficando cada vez mais longínquo, gerando uma falta de interesse sobre a existência de grupos que viveram antes de nós.

Diariamente, inúmeros profissionais escrevem nos mais distintos meios de comunicação, textos que retratam crônicas da atualidade, produzindo referências à diversidade de acontecimentos do tempo presente, mas, só eventualmente, trazem informações de períodos remotos. Eles tentam organizar esses fatos diversos em suas páginas sobre política, economia, cultura, esporte e crônica social e policial. Nem sempre estão preocupados em explicar o processo global da história da humanidade ou em dar um sentido ao conjunto das informações. Porém quando se fala sobre Arqueologia e realização de escavações arqueológicas, a maioria dos canais de tv e do mundo virtual fica interessado em saber sobre a investigação do detetive arqueólogo e, principalmente, dados e imagens dos objetos e/ou estruturas que são descobertos e sua cronologia temporal.

As escavações arqueológicas e suas descobertas trazem à tona um sentimento de curiosidade que estava escondido e esquecido no tempo cotidiano das pessoas, caracterizado pela agitação e imediatismo da realidade atual em que vivemos. Nesse sentido, é possível afirmar que a Arqueologia tem atualmente um público cada vez mais interessado em saber os “mistérios” do passado, escondidos nos “restos” e “ruínas” de um ambiente qualquer. O motivo que atrai esse público é a súbita exposição de um passado oculto e, até então, ignorado, que se desvela subitamente no presente, aparentemente tangível e compreensível, diante de seus olhos curiosos.

O querer saber sobre o passado de grupos antigos, a partir da reconstrução de uma realidade com base nos indícios culturais e naturais remanescentes de um determinado período da existência humana, nos permite fazer uma viagem retroativa cercada de informações e respostas que nos ajudam a compreender outras vidas e contextos diferentes do nosso. Foi essa possibilidade de viajar no tempo e retornar ao período dos antigos moradores dos abrigos da Serra das Paridas que mobilizou alguns setores da comunidade de Lençóis em apoiar e se interessar pela proposta da realização de escavações arqueológicas em algumas áreas dos sítios de arte rupestre, conforme descrito pelo Sr. Renato Hayne:

Imagino as dificuldades dos caçadores pré-históricos em viver nessas terras e à noite, embaixo de um abrigo e à luz da fogueira, conversarem e no momento oportuno pintam as paredes das rochas, para mostrar as aventuras da caçada e transmitir outras informações para as gerações futuras.<sup>16</sup>

Esse interesse popular da sociedade lençoense diante da realização de escavações arqueológicas no Complexo da Serra das Paridas foi motivado pela apresentação do projeto de arqueologia idealizado pelo Prof. Carlos Etchevarne no âmbito do Programa dos Circuitos Arqueológicos e fruto de uma sensibilização social a partir dos muitos encontros ocorridos no município em decorrência da realização dos seminários, palestras e oficinas já descritas no tópico anterior.

Com o apoio da comunidade de Lençóis e com o recurso do Programa dos Circuitos Arqueológicos, o projeto de escavação arqueológica foi colocado em prática. A área selecionada para os trabalhos de campo foi o maior abrigo do Sítio Serra das Paridas I, pois apresentava um solo com sedimento arenoso que propiciava a abertura de sondagens de subsuperfícies, estava próximo a painéis com pinturas e era um espaço propício para uma ocupação temporária de grupos humanos.

#### **3.4.1. Escavações na Serra das Paridas I – Lençóis**

O sítio Serra das Paridas I forma parte do Complexo Arqueológico Serra das Paridas, junto a outras três concentrações de painéis com pinturas rupestres. O termo complexo arqueológico designa um conjunto de situações arqueológicas e topográficas (abrigos, paredões, locas) próximas e unidas espacialmente de tal maneira parecidas que exigem serem tratadas como unidade ampla de ocupação humana pré-colonial. Dentro do sítio Serra das Paridas I, por sua vez, podem ser distinguidos quatro afloramentos, com espaços abrigados e paredões que foram utilizados como suportes de pinturas, entre eles o majestoso paredão visível a mais de 1 km de distância.

Na Serra das Paridas I, os trabalhos de escavações foram realizados no afloramento dois, exatamente no abrigo, com superfície suficiente para alojar um grupo de aproximadamente dez ou doze indivíduos. Na superfície desse abrigo existiam alguns blocos rochosos resultados de desprendimentos do teto e outros que faziam parte do próprio solo rochoso, que muito provavelmente já estavam no contexto antes das ocupações humanas. Isto quer dizer que, no momento de instalação, os grupos humanos deveriam levar em

---

<sup>16</sup>Entrevista realizada em 2012.



consideração os blocos emergentes para definir os arranjos espaciais domésticos.

O abrigo selecionado para a primeira intervenção não apresentava vestígios de pinturas, salvo uns pequenos sinais em vermelho, bastante apagados, na parede lateral da esquerda, a 1,50m do nível do solo, aproximadamente. O espaço se localiza no mesmo afloramento em que se encontra o maior paredão pintado das Paridas, que se estende sobre um patamar. Desde ele se divisa um horizonte de 160° sobre a planície arenosa, com vegetação esparsa que se adensa na medida em que o solo se transforma em argiloso. À distância se perfilam os relevos de afloramentos proeminentes, entre eles o Morro do Pai Inácio.

O abrigo tem praticamente todas as paredes recobertas de líquens, que podem ter sido os causadores da eliminação de pinturas se elas de fato existiram. Contudo, se considerarmos o contexto geral, pode ser observado que esse é o único abrigo capaz de alojar, com boa proteção, um grupo por um período prolongado e essa pode ter sido a razão pela qual não foi utilizado para pintar. Ou seja, haveria uma escolha específica para a pintura excluindo o espaço de habitação.

A parte central do abrigo foi dividida em treze quadras de 1mx1m para serem trabalhadas por decapagem. Os registros das ações de campo foram através da filmagem, fotografia e realização de desenhos de plantas e perfis, além de, obviamente, anotações em caderno e fichas.

A estratigrafia do solo era composta em todas as quadras de um solo arenoso derivado da eliminação por erosão da matriz silicosa da rocha, que deixa soltos os finos grãos de quartzo. A camada superficial é de coloração cinza escura, resultado da decomposição da matéria orgânica, alcançando uma profundidade que variava entre 25 e 35 cm, passando para uma camada mais clara até cerca de 45 cm e, por último, o solo arenoso amarelo esbranquiçado, sem presença de nenhum tipo de matéria orgânica nem vestígios arqueológicos. A prospecção neste tipo de solo estéril alcançou 1m de profundidade em que se abandonou a decapagem, considerando-se que nesse sedimento não existem vestígios arqueológicos.

Os materiais coletados durante as escavações podem ser classificados em dois grupos: vestígios orgânicos e vestígios inorgânicos. Os primeiros estão representados por fragmentos de ossos de pequenos animais, especialmente roedores e aves, alguns deles com marcas de fogo. Também foram coletados restos de gastrópodes (caramujos). Não foram achados vestígios vegetais, o que não significa que os grupos humanos que passaram pelo abrigo e não tenham praticado a coleta e consumo de frutos, folhas, sementes, raízes, coquinhos de diversas espécies vegetais. A ausência deles pode apenas apontar, por exemplo, que houve

deterioração por causa do intemperismo.

Em linhas gerais, os objetos lascados são simples, variando de tamanho e de funções, mas predominam as peças pequenas, de três a seis cm, com gumes cortantes com angulação suficiente para raspar ou cortar. Os objetos confeccionados para furar são de tamanho pequeno, inferiores a quatro cm. Os instrumentos realizados a partir de lascas grandes têm o gume funcional disposto em linha semicircular, que ajudaria no uso de corte.

A segunda classe de objetos líticos é de matéria-prima diversa. Trata-se de peças de sílex, de tonalidades diferentes, empregado para a confecção de pequenos instrumentos para raspar ou furar. Como no abrigo e entorno não existe sílex, deve se deduzir necessariamente que ele foi trazido de fora. A reduzida quantidade de objetos em sílex pode estar vinculada à distância que devia ser percorrida para conseguir blocos ou seixos de sílex e transportá-los para o abrigo. (ETCHEVARNE, 2015).

Convém ressaltar que na decapagem das quadras foram coletados blocos de hematita (óxido de ferro), matéria-prima para a obtenção de pigmentos. Os blocos são pequenos e a hematita pode ser macia ou dura, em qualquer dos dois casos apresentam sinais de raspagem (estrias paralelas e arredondamento de alguma face do bloco), o que corrobora a interpretação de terem sido utilizados para preparação de tintas. Três blocos têm peso excepcional com relação a seu tamanho, o que pode significar composição mineralógica diferente e, por isto, coloração diversa dos outros blocos, quando raspado. Estes elementos minerais são fundamentais porque falam diretamente sobre a presença de grupos pintores, instalados nesse abrigo, que teriam usado outras partes dos afloramentos para as representações gráficas. (ETCHEVARNE, 2015).

Em duas quadras (a Q10 e a Q11) foram encontradas concentrações de carvão, observando-se também no perfil delas que havia depressões preenchidas com sedimentos diversos e partículas de carvão. Esta situação vestigial denuncia a existência pretérita de duas fogueiras pequenas (não mais profundas que quarenta cm, com um diâmetro de quarenta cm aproximadamente). Apesar de não terem sido associadas a elementos pictóricos, como os bloquinhos de hematita, os carvões coletados foram datados em laboratório, por meio do C14, posto que eles são resultado da permanência de grupos humanos no abrigo. O material coletado foi enviado para o Laboratório Beta Analytic, nos Estados Unidos, e o resultado apresentou uma datação de +/- 8.000 AP, que pode ser associado apenas a antigas ocupações na área, e não relacionado à cronologia das pinturas rupestres. (ETCHEVARNE, 2021).

Figura 20. Serra das Paridas I – Delimitação das quadras para escavação no abrigo maior do sítio.



Foto: Mirta Barbosa, 2013.

Figura 21. Serra das Paridas I – Decapagem das primeiras cinco quadras que alcançam pouca profundidade até chegar ao estrato rochoso.



Foto: Mirta Barbosa, 2013.



Figura 22. Serra das Paridas I – Escavação por decapagem de níveis naturais com participação de membros da comunidade próxima do sítio.



Foto: Mirta Barbosa, 2013.

Figura 23. Serra das Paridas I – Registro fotográfico e audiovisual da escavação.



Foto: Mirta Barbosa, 2013.

Figura 24. Serra das Paridas I. Coordenador do projeto Circuitos Arqueológicos explicando a membros da comunidade de Lençóis (professores, alunos, guias turísticos, *staff* administrativo, lideranças comunitárias) o processo de escavação e a identificação dos locais com materiais arqueológicos.



Foto: Mirta Barbosa, 2013.

## **CAPÍTULO 4. GESTÃO DO PATRIMÔNIO RUPESTRE NA SERRA DAS PARIDAS I**

### **4.1. Gestão Pública de Sítios Arqueológicos**

A existência e funcionamento das instituições públicas no Brasil, tanto no âmbito das esferas federal, estadual ou municipal, influenciam nossas vidas de diversas maneiras, baste recordar a lentidão durante os diferentes despachos no serviço público, mas também ao contrário, com ações que refletem melhorias para as pessoas que as utilizam. Independente do caso, a gestão pública tem como foco principal o bem comum da sociedade e objetiva, de maneira mais ampla, a promoção de políticas públicas que pretendem, de alguma forma, mexer com a realidade econômica, cultural e política dos mais diversos contextos sociais.

A gestão pública é uma construção de sociabilidade e se justifica pelos serviços que presta aos cidadãos e por sua capacidade de instigar à solidariedade. As diferentes formas de exercê-la, perpassa pelas leis e normas, conquistas sociais importantes, que definem um patamar de relacionamento mais equilibrado entre os interesses individuais e coletivos na sociedade e que ajudam a estabelecer seu grau de aperfeiçoamento e desenvolvimento. São, enfim, mecanismos e instrumentos de ação do Estado que, em última instância, interferem em questões fundamentais da contemporaneidade, como aquelas relativas à inclusão social ou à qualidade de vida, em outras, como por exemplo, no quesito dos bens culturais.

No caso gestão pública dos bens arqueológicos no Brasil, o processo é fundamentalmente direcionado como uma atividade do Estado e com isso, se torna indispensável que ele disponha dos meios necessários para o exercício dessa função gestora. Nesse sentido, a força da Constituição e do alicerce legal nacional e internacional destinado à proteção e gestão do patrimônio arqueológico só serão sentidos, com o seu devido emprego na sociedade, que no contexto brasileiro se encontra excluído no processo prático desse tipo de gestão patrimonial.

Conforme já mencionado no Capítulo 1 dessa dissertação, a tutela e a gestão do patrimônio arqueológico no Brasil ficam a cargo da União que o incorpora como um de seus bens, tendo o IPHAN, a partir do Centro Nacional de Arqueologia (CNA), como instituição responsável pela proteção e salvaguarda do patrimônio nacional de interesse cultural. Ou seja, cabe a União, enquanto gestora dos bens arqueológicos, definir as regras para a sua utilização, a partir do estabelecimento de mecanismos e estratégias que garantam a participação direta da sociedade e, no campo jurídico, a elaboração e publicação de instrumentos que regulam as

ações preservacionistas.

Nesse contexto, os principais mecanismos de proteção dos bens arqueológicos, além da Constituição de 1988, correspondem a Lei n.º 3.924, de 26 de julho de 1961, a Portaria SPHAN n.º 07, de 1 de dezembro de 1988 e, no contexto do licenciamento ambiental, a Instrução Normativa IPHAN n.º 1, de 25 de março de 2015, sendo este último o mais colocado em prática,

[...] pois estabelece a relação necessária entre as licenças ambientais e a salvaguarda do patrimônio arqueológico, exigindo o estudo de Arqueologia Preventiva no processo de licenciamento de empreendimentos potencialmente capazes de afetar o patrimônio arqueológico. (MORAIS, 2007, pg. 101).

Quando se trata da realidade brasileira, a gestão do patrimônio arqueológico está vinculada as ações de preservação estruturada pelo poder público e orientada pelos dispositivos da legislação vigente, no qual o Estado, a partir desses parâmetros jurídicos desenvolve políticas públicas direcionadas aos bens arqueológicos. Nesse sentido, é de suma importância que as iniciativas governamentais considerem as comunidades que vivem no entorno dos sítios arqueológicos e as incluam no desenvolvimento de todas as atividades que visam a preservação e gestão dos contextos arqueológicos (PARDI, 2002).

Em suma, na concepção do contexto brasileiro, a gestão do patrimônio arqueológico perpassa por um tipo de gerenciamento direcionado para a preservação e conservação de um bem material específico, valendo-se de estratégias que envolvem áreas do conhecimento, analisando e trabalhando a realidade patrimonial a partir do que ele representa em sua totalidade. Cabe ressaltar, que mesmo apresentando diretrizes de preservação específica, a gestão dos bens arqueológicos no Brasil integra as diretrizes gerais de patrimônio cultural.

#### **4.2. Gestão Privada na Serra das Paridas**

Quando se fala em gestão é comum que haja uma falta de precisão ao diferenciar a gestão pública da gestão privada e as atividades desenvolvidas em cada uma dessas realidades administrativas. Em um contexto geral, o conceito de administração sem diferenciar os dois contextos, segundo Chiavenato (2000, p. 35) é o *“processo de planejar, organizar, liderar e controlar o trabalho dos membros da organização e utilizar todos os recursos organizacionais disponíveis para alcançar objetivos organizacionais definidos”*.

Neste sentido,

[...] a administração pode ser pública ou privada, mas a diferença principal entre elas está no foco e fim de cada uma. Enquanto a administração pública está preocupada em lidar com o bem comum e o gestor público tem como função organizar as



instituições públicas, a gestão privada foca em lucro e consumo e a ação se volta para o desenvolvimento do próprio negócio, além do benefício que os proprietários e gestores recebem por consequência. (CHIAVENATO, 2000, p. 36)

A gestão de uma instituição privada é uma realidade que faz parte de qualquer tipo de negócio, independentemente do tamanho da empresa. Nesse sentido, a Agência Volta ao Parque, localizada no município de Lençóis e pertencente aos sócios proprietários Idenor Borges e Renato Hayne, insere-se nesse contexto de administração e instituição privada, voltada para ações com retorno financeiro para os gestores e com porte de pequena empresa, com muitas atividades a serem realizadas e uma reduzida equipe para executá-las. A criação da empresa ocorreu em 2007, com o objetivo de trabalhar com o turismo na região da Chapada Diamantina, que naquele momento já se consolidava no cenário turístico da Bahia como um dos maiores atrativos do estado.

Contudo, com o desenvolvimento dos estudos arqueológicos nas áreas dos sítios do Complexo Arqueológico Serra das Paridas e a realização das ações educativas com a sociedade de Lençóis, os proprietários da agência, resolveram investir na Serra das Paridas I, em decorrência da concentração das pesquisas efetivadas pela equipe do Bahia Arqueológica. Esse novo foco empresarial da agência acarretou uma série de mudanças na postura dos sócios proprietários e nas atividades previstas na empresa, sendo que o principal deles está relacionado com a questão que envolve o compromisso social com as comunidades da região e a preservação de um sítio arqueológico, reconhecido como um bem público, mas mantido por iniciativa e recursos privados. Porém, para colocar em prática esse comportamento preservacionista e social dos proprietários, havia a necessidade de repensar a empresa como um todo, principalmente seu plano de estratégia de gestão.

O primeiro passo facultado pelos proprietários da agência foi reconhecer a importância de uma gestão empresarial enquanto estratégia de condução de negócios, com o objetivo de obter resultados positivos a partir de ações direcionadas para a organização da empresa. Essas atitudes passam por várias etapas e contemplam a gerência das finanças, dos recursos humanos e materiais e outros itens que são de suma importância para a manutenção da empresa. Foi com esses tópicos empresariais que, mesmo em um sentido amplo, eles creditaram o funcionamento adequado para a Serra das Paridas como forma de investir na área do sítio e poder garantir os objetivos planejados.

Para colocar em prática as premissas empresariais idealizadas, os proprietários da agência iniciaram um processo de estudo que contemplava a pesquisa sobre instituições que tinham como foco a visitação de sítios arqueológicos. Essas consultas eram imprescindíveis

para se conhecer conceitos e condutas que poderiam ser adotadas no contexto da Serra das Paridas I, além das melhores ferramentas e estruturas voltadas para uma adequada fruição do sítio arqueológico. Os dois referenciais utilizados pelos proprietários foram os manuais do Ministério do Turismo e o modelo de preservação e gestão da Serra da Capivara, no Piauí.

Os resultados dessas pesquisas foram adaptados para a elaboração de um plano de gestão da Serra das Paridas I a partir da definição das metas, do planejamento estratégico, das análises de custo, da organização da área do sítio arqueológico, entre outros itens que envolviam o ambiente funcional da empresa. Todavia, cada uma dessas etapas e ações dependiam de práticas específicas de gestão, sendo pensadas e executadas paulatinamente, tendo como foco a elaboração de um *corpus* de referências teóricas e práticas, que vieram a se tornar o fio condutor para a abertura das Paridas para a visitação pública e privada.

A elaboração do Plano de Gestão da Serra das Paridas I foi um processo desenvolvido de forma sistêmica, coletiva e participativa, com o envolvimento de diversos profissionais e instituições, que colaboraram para a elaboração dos objetivos, estratégias e ações da agência em prol da Serra das Paridas I. Essa forma mútua de construção do processo gestor da Serra foi fundamental para pensar o uso sustentável do espaço, sem a meta específica do lucro financeiro, permitindo decisões direcionadas para o aproveitamento social de um sítio arqueológico e sua proteção e preservação.

Nesse contexto colaborativo, a participação da equipe do Bahia Arqueológica no processo de planejamento e elaboração do Plano Gestor da Serra das Paridas foi de fundamental importância, pois permitiu pensar um equipamento de visitação turística com um olhar científico, colocando questões pertinentes à ciência arqueológica e valorizando as pesquisas realizadas nas áreas da serra. A atitude dos proprietários de permitirem que pesquisadores fizessem parte de diferentes etapas da organização estrutural e informativa do sítio arqueológico demonstra as sérias atitudes pelas quais eles estavam desenvolvendo e investindo, respeitando as orientações do IPHAN sobre os cuidados com bens da União e enquanto cidadãos que acreditam e lutam pela proteção de um espaço cultural que deve ser usufruído por todos.

A construção coletiva do plano de gestão da Serra das Paridas teve como primeiro resultado concreto a definição do planejamento estratégico da Agência Volta ao Parque como representação jurídica responsável pela administração da área do sítio arqueológico. Para a elaboração do instrumento de gestão foram, inicialmente, estabelecidos tópicos conceituais e práticos que norteiam a existência, o funcionamento e as metas da empresa diante dos objetivos que almejavam alcançar. Nesse sentido, idealizaram-se os seguintes referenciais:

1. Missão;
2. Visão;
3. Valores;
4. Objetivos da organização;
5. Produtos e/ou serviços;
6. Mercado consumidor.

Como forma de traçar uma estratégia de meta para a empresa, os proprietários refletiram que a agência tinha que ter um propósito e um motivo para a sua criação. Eles entendiam que a “missão” era a base para a definição do plano estratégico da organização empresarial, no qual deixaria evidente o benefício gerado pela empresa para seus clientes e para a sociedade em geral. Isso porque, segundo os responsáveis, o espaço da Serra das Paridas deveria funcionar, não para produzir determinado produto ou prestar algum serviço, para atender a curiosidade humana diante do seu passado e proporcionar uma vivência histórica e patrimonial para seu público-alvo: a sociedade em geral.

O primeiro passo havia sido dado: consolidar a “missão” da Agência Volta ao Parque e, conseqüentemente, da Serra das Paridas. Tendo como referência a premissa missional da empresa, o segundo passo foi construir a “visão” da agência e do sítio arqueológico, com o objetivo de pensar o futuro. Nesse sentido, a reflexão foi direcionada para o processo de organização dos anos posteriores, elaborando metas possíveis de serem realizadas, dentro de um contexto previamente analisado, mas com o propósito de garantir um crescimento sustentável e de ter um retorno para a sociedade no qual estavam inseridos.

O terceiro ponto que foi considerado na estratégia conceitual da empresa diz respeito a “valores”. Para a construção desse tópico teórico, foi efetivado uma reflexão sobre o comportamento da organização da empresa e o elemento de partida foi a prática do dia-a-dia, no qual foi feito o registro das ações realizadas e sua relação com a missão e visão. A análise dessa tríade foi fundamental para a composição do plano estratégico de funcionamento da empresa.

Nesse sentido, o planejamento estratégico utilizado pela Agência Volta ao Parque, com a formulação da tríade está relacionado também com a organização e o funcionamento do Complexo Arqueológico Serra das Paridas, conforme descrito no quadro abaixo:

Quadro 1. Plano Estratégico da Organização da Agência Volta ao Parque

<b>PLANO ESTRATÉGICO DA ORGANIZAÇÃO DA AGÊNCIA VOLTA AO PARQUE</b>	
<b>Missão</b>	“Inserir o visitante no contexto sócio, econômico, natural e cultural (Complexo Arqueológico Serra das Paridas) das regiões onde opera, com atividades adequadas ao seu perfil, garantindo movimento e interação à cultura baiana”.
<b>Visão</b>	“Torna-se referência nacional pelo fornecimento de produtos e serviços de qualidade para integração à cultura (Complexo Arqueológico Serra das Paridas) e à natureza da região, pelo apoio à pesquisa e desenvolvimento sustentável, a fim de construir uma sociedade consciente e incentivar a prática de atividades ao ar livre. ”
<b>Valores</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>– Priorizar a segurança dos visitantes e demais envolvidos nas atividades que oferece, tomando iniciativas preventivas;</li> <li>– Agir de maneira consciente, reduzindo os impactos socioculturais e ambientais na região onde opera;</li> <li>– Atender as Legislações aplicáveis ao seu empreendimento;</li> <li>– Melhorar continuamente o desempenho de suas atividades, conforme as boas práticas adotadas pelo mercado;</li> <li>– Apoiar e incentivar a pesquisa, trabalhos de capacitação, inclusão e participação social, a cultura, o esporte e a arte.</li> </ul>
<b>Objetivos da organização</b>	“Tem como objetivo realizar os sonhos das pessoas que confiam na nossa experiência e conhecimento para proporcionar interação nos atrativos, contemplação de belas paisagens, envolvimento cultural (Complexo Arqueológico Serra das Paridas), enfim momentos primorosos na Chapada Diamantina.”
<b>Produtos e/ou serviços</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>– Transportes privativos e regulares;</li> <li>– Serviços receptivos em Salvador e Chapada Diamantina;</li> <li>– <i>City tours</i> (visitas históricas e arqueológicas);</li> <li>– Guias especializados;</li> <li>– Hospedagens;</li> <li>– Passeios ecológicos, culturais (Complexo Arqueológico Serra das Paridas) e gastronômicos;</li> <li>– Experiências no turismo de aventura e ecoturismo;</li> <li>– Intercâmbio e serviços voluntários;</li> </ul>
<b>Mercado consumidor</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>– Visitantes nacionais e estrangeiros com demanda crescente do público regional;</li> <li>– Todas as Classes sociais e econômicas;</li> <li>– Visitantes com permanência média de 5 (cinco) dias na Chapada Diamantina.</li> <li>– Faixa etária: de crianças a pessoas da terceira idade</li> </ul>

Fonte: Agência Volta ao Parque, ano 2008.



### **4.3. Construindo um itinerário de visitação**

A Chapada Diamantina é uma parte do território baiano que se destaca economicamente pelo desenvolvimento do turismo ecológico (ou ecoturismo) e o turismo de esportes e de aventura. Dessa forma, a Chapada Diamantina está inserida em diferentes roteiros que são vendidos no Brasil e diversas partes do mundo. Nesse cenário turístico chapadense, a cidade de Lençóis é a referência para os turistas que visitam a região, pois possui a uma infraestrutura hoteleira, a existência de vários serviços e o funcionamento de um aeroporto que permitem a instalação e permanência dos visitantes.

Ao mesmo tempo que a Chapada Diamantina é conhecida e visitada por conta dos seus atrativos naturais, existem muitos lugares na região que apresentam remanescentes materiais e imateriais de um passado importante para a história do Estado da Bahia e do Brasil e são desconhecidos do público visitante. Nesse contexto pode-se inserir os diversos sítios arqueológicos de arte rupestre que são identificados em quase todos os municípios da Chapada. A Serra das Paridas, localizado no território de Lençóis, é um desses locais.

Na realidade, o turismo é uma atividade econômica que pode se compatibilizar-se com a preservação do patrimônio arqueológico, desde que este seja reconhecido e apropriado pela população do território onde está inserido, garantindo um atrativo diferenciado no mercado turístico, cuja alta competitividade exige constantes inovações em produtos, e consequentemente em segmentos a se atingir.

No caso do Complexo Arqueológico Serra das Paridas, a comunidade de Lençóis, em especial os proprietários da área onde as pinturas rupestres estão localizadas, vislumbrou a possibilidade de tornar o conjunto dos afloramentos rochosos e seus painéis gráficos em um espaço estruturado para receber visitantes locais, de outros municípios da Bahia, do Brasil e de outras partes do mundo. Tendo o contexto da Chapada Diamantina como referência, a ideia em torno da gestão da Serra das Paridas é que o visitante possa vivenciar a natureza e a cultura, dentro de uma programação socioeconômica que se molde na sustentabilidade, ou seja, que objetive o bem-estar econômico dos moradores próximos e ao mesmo tempo preserve o ambiente e as pinturas rupestres.

Contudo, as bases conceituais que definiram as diretrizes para a criação de um itinerário de visitação na Serra das Paridas estavam enraizadas nas premissas do Programa dos Circuitos Arqueológicos que preconizavam que qualquer tipo de iniciativa em um sítio arqueológico, principalmente de arte rupestre, necessita de informações culturais que só podem ser processadas com a realização de pesquisas arqueológicas nas áreas que circundam

os vestígios materiais identificados.

Mas não foram apenas os dados de campo que serviram de referência para se pensar num espaço de visitação na Serra das Paridas. No próprio programa dos circuitos haviam princípios teóricos que mostravam, também, a importância dos estudos arqueológicos para a ordenação de medidas preservacionistas na área do sítio arqueológico e, principalmente, a elaboração de um planejamento para a gestão do contexto. A forma utilizada para materializar essas ideias foram os diversos encontros com as comunidades locais, a partir dos diversos eventos (seminários, palestras e oficinas) realizados no município de Lençóis e no próprio espaço da serra.

Os resultados das escavações arqueológicas, dos estudos dos painéis gráficos, das interpretações do contexto paisagístico do Complexo Arqueológico da Serra das Paridas e da realização dos inúmeros eventos sociais e educativos em Lençóis apresentaram uma gama de informações que foram de suma significância para se investir em uma infraestrutura que permitisse receber visitantes na área do sítio. Como as pesquisas foram concentradas apenas nas áreas do Serra das Paridas I, ele foi o único espaço indicado para a criação de um itinerário de visitação. Importante ressaltar que até o momento da escrita dessa dissertação, não houve nenhuma pesquisa arqueológica realizada nos Sítios Serra das Paridas II, III e IV e, com isso, não estão abertos à visitação pública.

#### **4.3.1 O Itinerário de Visitação da Serra das Paridas I**

Durante o período em que a equipe de arqueologia, coordenada pelo Prof. Carlos Etchevarne, esteve trabalhando no Sítio Serra das Paridas I, havia uma participação constante de pessoas da sociedade de Lençóis, principalmente de professores, alunos, guias turísticos e de representantes das Secretarias Municipais de Cultura e de Turismo, que percorriam os espaço do sítio com o intuito de observar as atividades arqueológicas e de interpretar os motivos gráficos, baseado em diferentes experiências visuais.

Essa participação comunitária, muitas vezes incentivada não só pelos pesquisadores, mas também pelos proprietários da serra, foi de suma importância para o início da criação do itinerário de visitantes na Serra das Paridas I. Em decorrência desse fluxo de pessoas no local do sítio e a constante interação com os painéis gráficos e a equipe de arqueologia foi possível esboçar uma trilha entre os afloramentos rochosos com início, meio e fim.

Todavia, houve um obstáculo no meio do caminho que dificultou a participação dos pesquisadores no processo de execução do itinerário de visitação: o encerramento do Projeto

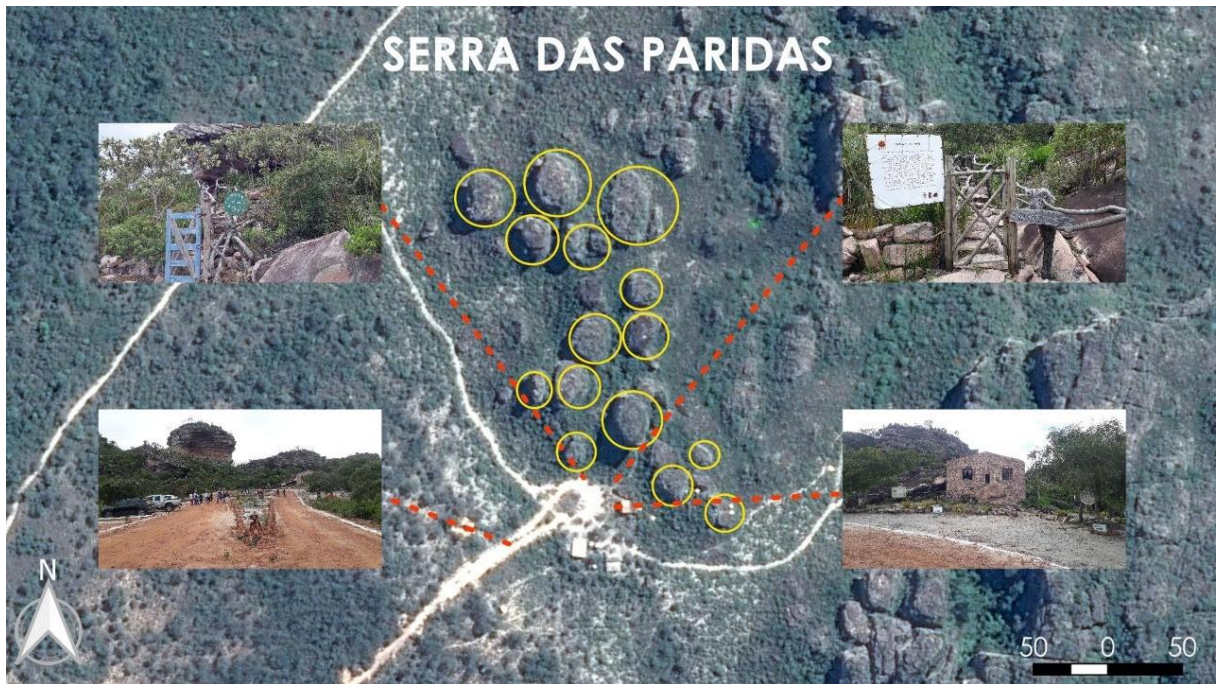
dos Circuitos Arqueológicos da Chapada Diamantina que teve como consequência a interrupção das atividades de pesquisa no contexto do Sítio Serra das Paridas I. Mas, cabe ressaltar que, os trabalhos sociais e educativos com a sociedade de Lençóis foram sendo realizados de maneira pontual, graças ao apoio financeiro dos proprietários, objetivando, principalmente, as capacitações com os guias turísticos da região.

Por conta da continuidade das atividades sociais e educativas, patrocinadas pelos proprietários e realizadas por pesquisadores em arqueologia, foi possível manter um diálogo com as pessoas que estavam interessadas na preparação e criação do itinerário de visitação. Nesse sentido, umas das primeiras ações em conjunto foi decidir sobre a proteção dos painéis com os desenhos rupestres do contato físico do público, evitando que as pessoas tocassem nas pinturas e com isso fosse comprometer sua integridade física. Para solucionar essa questão foi pensada a utilização de guarda-corpos feitos com troncos de madeira morta (por conta de incêndios locais), coletados nas proximidades do sítio.

Outra providência decidida em conjunto foi garantir o acesso dos visitantes, tendo a segurança como prioridade. Nesse sentido, foram preparadas trilhas com degraus em pedras nas áreas em declive e corrimões para permitir o equilíbrio e a proteção das pessoas durante as subidas e descidas. Da mesma forma que foi feita com os guarda-corpos, o material utilizado foi a madeira morta coletada na região.

A utilização dos guarda-corpos, das trilhas com pedras e dos corrimões caracterizaram a simples, mas eficiente estrutura do itinerário de visitação. Mas de nada adiantava essa disposição estrutural sem elementos que pudessem complementar o percurso feito pelo visitante, por isso, foram pensadas as placas de sinalização, orientando o direcionamento do caminhar e as placas de informação com conteúdo de cunho arqueológico.

Figura 25. Serra das Paridas. Localização dos afloramentos em que se encontram pinturas rupestres e, em destaque, pontos de visitação.



Fonte: Elaboração Luan Aquino, 2021.

Figura 26. Serra das Paridas I. Totem de direcionamento geral, indicando os vários setores funcionais do sítio.



Foto: Mirta Barbosa, 2019.



Figura 27. Serra das Paridas I. Detalhe de parte do equipamento de acessibilidade dos visitantes, os corrimões de madeira coletadas nas imediações, sem tratamento.



Foto: Mirta Barbosa, 2019.

Figura 28. Serra das Paridas I – Detalhe de um guarda-corpo promovendo a distância mínima dos visitantes com os painéis das pinturas. O equipamento compreende também um quadro de informações acerca do que deve ser observado nesse painel.



Foto: Mirta Barbosa, 2019.



Figura 29. Serra das Paridas I – Quadro de informações gerais sobre o ambiente natural dos quatro sítios que conformam o complexo arqueológico.



Foto: Mirta Barbosa, 2019.

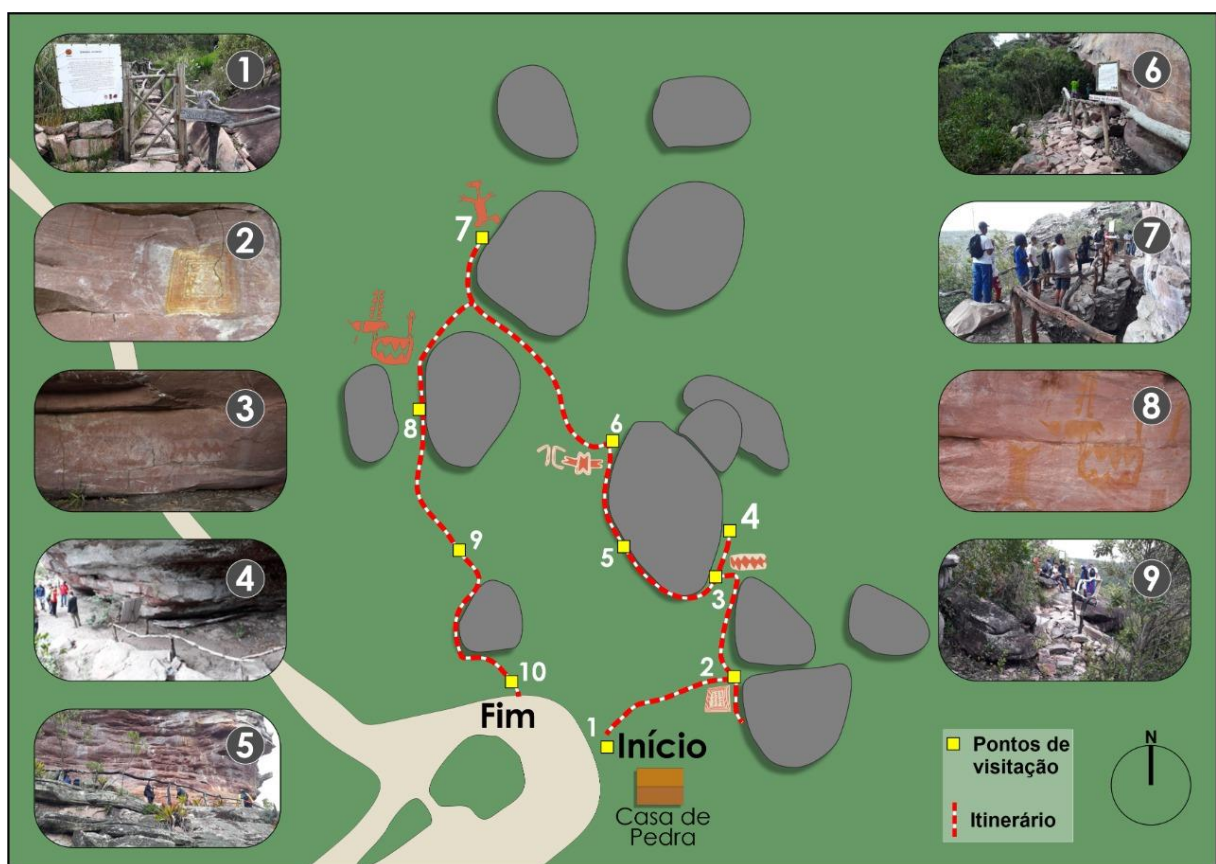
Figura 30. Serra das Paridas I – Quadro de informações sobre a escavação do abrigo e o resultado das datações radiocarbônicas.



Foto: Mirta Barbosa, 2019.

Com a montagem dos suportes necessários para a proteção dos painéis com pinturas e segurança do público, somado às instalações das placas de sinalização e informação arqueológica, estava consolidada a parte estrutural do sítio Serra das Paridas I. O que veio a seguir foi a organização de um circuito que conduzisse o público entre os abrigos e paredões com motivos rupestres. Para esse fim, foi pensado um roteiro que contemplasse todos os afloramentos rochosos que continham os painéis gráficos, incluindo o local onde foram realizadas as escavações arqueológicas, formando um conjunto de 10 pontos de visitação:

Figura 31. Serra das Paridas I. Croqui dos 10 pontos de visitação, mostrando os afloramentos rochosos em que se encontram pinturas rupestres.



Fonte: Elaboração de Luan Aquino (2021)

**Ponto de visitação 1** – A primeira parada do público na Serra das Paridas I é no portão de acesso aos painéis com pinturas. Trata-se de uma estrutura de madeira que fica fechada durante todo o tempo e só é aberta com o início da visitação, a partir da subida dos grupos acompanhados por guias locais. Do lado direito dessa portada existe uma placa de sinalização indicando o nome do Sítio Serra das Paridas I e no lado oposto, um quadro com informações sobre o contexto das antigas ocupações humanas no Complexo Arqueológico,



finalizando com saudações de boas-vindas a todos os visitantes. Antes de iniciar o circuito, os guias responsáveis para condução das pessoas utilizam essa área externa para transmitir as principais orientações da visita, com explicações referentes à segurança do grupo e da proteção dos painéis de pinturas, além de considerações gerais sobre a história da Serra das Paridas, desde seu descobrimento até sua abertura turística.

Figura 32. Portão de acesso ao itinerário de visitação da Serra das Paridas I, composto por uma placa de informação e um quadro informativo.



Foto: Mirta Barbosa, 2019.



Figura 33. Grupo de visitantes reunidos em frente ao portão de acesso a Serra das Paridas I recebendo as orientações e informações dos guias locais.



Foto: Mirta Barbosa, 2019.

Figura 34. Início do itinerário de visitação após a passagem do portão de acesso.



Foto: Mirta Barbosa, 2019.



**Ponto de visitação 2:** Um abrigo formado por um conjunto de grafismos com elementos geométricos, sendo alguns deles bastante elaborados, como pode ser observada na maior figura localizada na parte frontal do suporte, elaborada com pigmento amarelo e algumas partes em vermelho. O desenho caracteriza-se por um quadrado preenchido por diversas linhas que formam outros quadrados, sendo que no centro a composição é completada por linhas em zigue-zague na vertical. Outros desenhos estão distribuídos nas três partes da rocha: no paredão central em frente à trilha e nas laterais, onde há espaços abrigados. Destaca-se a parte abrigada do afloramento rochoso, que fica do lado oeste do paredão central, onde existem pinturas que estão com a visibilidade comprometida por conta da ação de intempéries,

Outro fator que dificulta a identificação de grafismos são os agentes de degradação que encobrem o painel, como, por exemplo, as manchas de sílica e a infestação de fungos na superfície rochosa. Algumas áreas já passaram por erosão, perdendo parte da camada silicosa e junto com ela o pigmento. Apesar da pouca visibilidade, é possível constatar a presença de 26 grafismos nas cores amarela, vermelha e branca. [...] Os grafismos encontrados são em sua maioria geométricos, totalizam 16, seguidos por 10 zoomorfos e uma única representação antropomorfa. Em uma área mais afastada, mas ainda nesse contexto, existe ainda uma composição geométrica na cor vermelha. (MOTA, 2013, p. 80).

Figura 35. Trilha de acesso ao primeiro Ponto de visitação da Serra das Paridas I.



Foto: Mirta Barbosa, 2019.

Figura 36. Grupo de visitantes observando as pinturas rupestres na parte frontal do afloramento rochoso.



Foto: Mirta Barbosa, 2019.

Figura 37. Detalhe do maior motivo geométrico localizado na parte frontal da rocha.



Foto: Mirta Barbosa, 2019.



Figura 38. Grupo de visitantes observando as pinturas rupestres na parte abrigada do lado oeste da rocha.



Foto: Mirta Barbosa, 2019.

**Ponto de visitação 3:** Um pequeno abrigo formado por um conjunto de grafismos com elementos geométricos, localizados, principalmente, no rodapé da rocha, fazendo com que os visitantes precisem se abaixar para uma melhor visualização das figuras. A principal característica desse painel é a identificação de pinturas geométricas com planos preenchidos, formando uma fileira de losangos. Aparecem também linhas em *zigue-zague* e em algumas reentrâncias da rocha, registram-se figuras humanas.

Figura 39. Grupo de visitantes observando as pinturas do ponto 3, no qual é preciso se abaixar para visualizar as principais figuras.



Foto: Mirta Barbosa, 2019.

Figura 40. Painel localizado na parte inferior da parede, apresentando figuras geométricas, com destaque para o alinhamento de formas de losangos.



Foto: Mirta Barbosa, 2019.

**Ponto de visitação 4:** Trata-se do maior abrigo da Serra das Paridas, mas não existem pinturas rupestres no local. O motivo da parada do visitante nesse contexto deve-se ao fato da realiza o das escava es arqueológicas, efetivadas em 2013, sob a coordena o do Prof. Carlos Etchevarne, durante o desenvolvimento do Projeto dos Circuitos Arqueológicos. Nesse ponto de visita o, o público pode observar as áreas onde ocorreram as interven es no subsolo e compreender o processo metodológico utilizado pelos pesquisadores, incluindo os resultados das pesquisas.



Figura 41. Grupo de visitantes observando o maior abrigo da Serra das Paridas I e a área das escavações arqueológicas.



Foto: Mirta Barbosa, 2019.

Figura 42. Grupo de visitantes observando o maior abrigo da Serra das Paridas I e a área das escavações arqueológicas.



Foto: Mirta Barbosa, 2019.

**Ponto de visitação 5:** Trata-se do maior painel da Serra das Paridas I, caracterizado por um grande paredão, constituído por várias pinturas rupestres, com predominância de grafismos geométricos e a identifica o de muitas sobreposi es.

A sua faixa central está toda preenchida com diversas figuras de cores distintas (preto, branco, vermelho e amarelo), com sobreposi es e figuras bicrom ticas.

[...] Os geométricos predominam no painel, dentro do universo de 166 grafismos, 85 deles são geométricos. Esses elementos v o dos mais simples traços sequenciais até as figuras que intercalam duas cores e formam esquemas técnicos com a dinâmica de cheios e vazios ocupam lugares isolados e têm maiores dimensões.

[...] A dinâmica de justaposi o e sobreposi o entre os grafismos de cor vermelha e amarela   bem complexa. Há pelo menos dois tons de cada cor e elas se sobrepõem

ao longo do painel, seja entre vermelhos e amarelos, como nos diferentes tons da mesma cor. Ambas também compõem conjuntos bicromáticos que mostram o provável uso simultâneo dos pigmentos. (MOTA, 2013, p. 92-93).

O paredão rochoso destaca-se na paisagem e pode ser visto à distância por todos que adentram a área do sítio pela estrada de acesso. Por ser o ponto mais alto da visitação, o público utiliza o espaço para observar e registrar as pinturas. Mas, também, pode se contemplar o horizonte, com boa parte do vale que separa Serra das Paridas e o Morro do Camelo.

Figura 43. Maior painel rupestre da Serra das Paridas I.

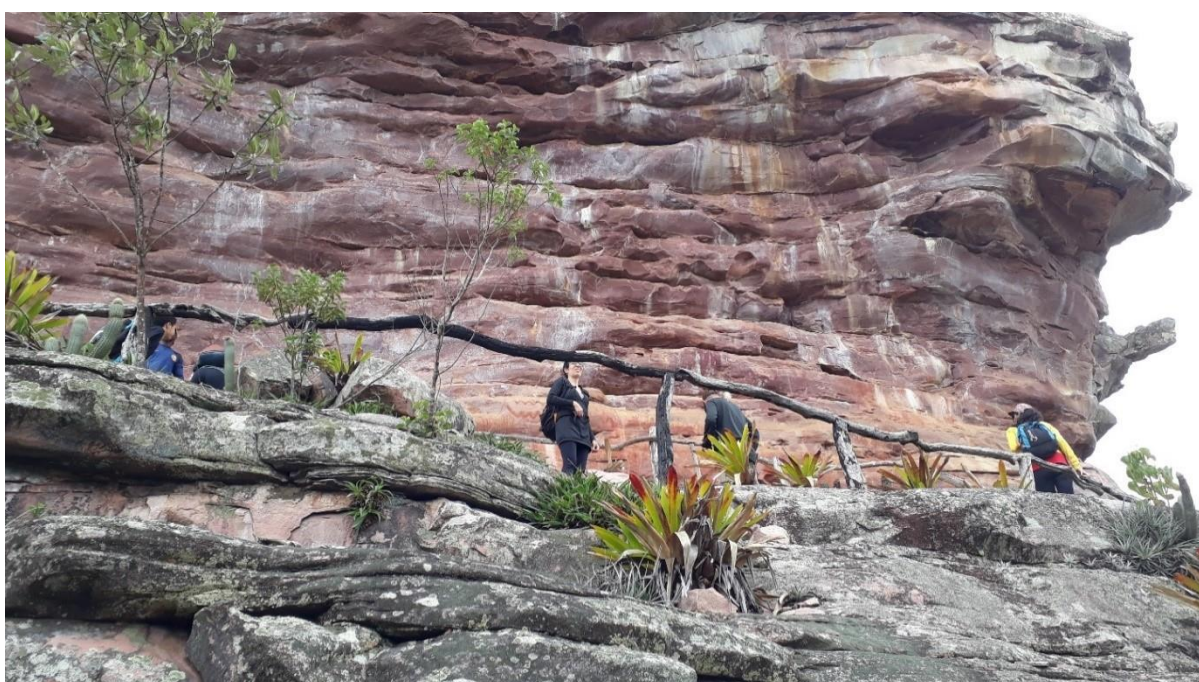


Foto: Mirta Barbosa, 2019.



Figura 44. Visitantes observando as pinturas rupestres que compõe o maior painel da Serra das Paridas I.



Foto: Mirta Barbosa, 2019.

Figura 45. Grupo de visitantes sentados no ponto mais alto da Serra das Paridas I contemplando o vale no horizonte.



Foto: Mirta Barbosa, 2019.



Figura 46. Vista do horizonte a partir do ponto mais alto da Serra das Paridas I.



Foto: Mirta Barbosa, 2019.

**Ponto de visitação 6:** Caracteriza-se por um paredão rochoso composto por grandes figuras geométricas, localizado na parte baixa, a oeste do suporte anterior.

Todos compostos por contornos muito bem marcados que formam diferentes figuras, desde humanos geometrizados, passando por fitomorfos, até os signos complexos. Dentro dos contornos, alguns grafismos foram pintados seguindo as mesmas formas do entorno geometricamente delimitado. Apesar da técnica precisa ser repetida em todos os grafismos, a variedade de arranjos   extensa e não há repetições de motivos. As dimensões também são grandes, algumas atingem 60 cm de comprimento. (MOTA, 2013, p. 98)



Figura 47. Visitantes observando os motivos gráficos. No primeiro plano, um quadro informativo sobre as pinturas representadas.



Foto: Mirta Barbosa, 2019.

Figura 48. Painel rupestre composto por grandes figuras geométricas.



Foto: Mirta Barbosa, 2019.



**Ponto de visitação 7:** Pode ser considerado o ponto de parada mais aguardado pelos visitantes, pois existe uma representa o humana, que os proprietários utilizam como *marketing* divulgando-a como a imagem de um extraterrestre, considerando a semelhança com o personagem do filme “E.T. O Extraterrestre”, do diretor Steven Spielberg filmado em 1982. De acordo com os guias turísticos,   o momento mais místico do circuito, pois, o público comenta essa figura e o relaciona com os “contatos de terceiro grau que os antepassados tiveram com seres de outros planetas” (cf. depoimentos dos guias locais). O próprio contexto ufol gico da Chapada Diamantina contribui para os comentários dos visitantes<sup>17</sup>. Além dessa pintura humana, outro destaque do painel   o registro de peixes que intriga as pessoas, porque não proximidade com uma fonte de água, como rios ou lagos, e, também, pelo ineditismo da cena, pois não aparecem em outros painéis da Serra das Paridas I.

Figura 49. Grupos de visitantes observando o painel rupestre e lendo o quadro informativo



Foto: Mirta Barbosa, 2019.

---

<sup>17</sup> A Chapada Diamantina   uma região muito frequentada por uf logos do Brasil e do mundo em busca de relatos sobre a apari o de discos voadores em diferentes áreas do território.

Figura 50. Figura humana que é apresentada pelos proprietários como a representação de um extraterrestre.



Foto: Mirta Barbosa, 2019.

Figura 51. Painel com representação de peixes.



Foto: Mirta Barbosa, 2019.



**Ponto de visitação 8:** Trata-se de um paredão com um único painel que foi elaborado utilizando a composição de figuras humanas, de animais, plantas e geométricos. Além de ser constituído pelos quatro motivos gráficos, a colora o predominante do pigmento amarelo e apenas pequenos traços em vermelho, o diferencia das demais pinturas identificadas na Serra das Paridas I, dando um caráter exclusivo para o painel.

Figura 52. Trilha de acesso para o paredão que faz parte do ponto de visitação 8.



Foto: Mirta Barbosa, 2019.

Figura 53. Painel com desenhos em amarelo, composto pelos quatro motivos gráficos: figuras humanas, de animais, de plantas e geométricos.



Foto: Mirta Barbosa, 2019.

**Ponto de visitação 9:** Um espaço sem painéis gráficos, mas com o objetivo de descanso temporário e contempla o do cenário paisagístico, em especial durante o pôr-do-sol. Foi indicado como um ponto de parada em decorrência de sua localiza o privilegiada. Nesse local, os visitantes podem apreciar a vista do vale e observar os aspectos naturais característicos da Chapada Diamantina, principalmente suas conhecidas eleva es rochosas, como, por exemplo, o Morro do Camelo <sup>18</sup>.

---

<sup>18</sup> O Morro do Camelo   uma referência paisagística no contexto ambiental da Chapada Diamantina muito fotografada pelos turistas que frequentam a região. O seu nome   oriundo da sua forma o rochosa que lembra o corpo de um camelo e suas corcovas.



Figura 54 – Visitantes descansando e contemplando a paisagem do vale.



Foto: Mirta Barbosa, 2019.

**Ponto de visitação 10:** Corresponde ao último ponto de visitação do itinerário. Trata-se de um conjunto de figuras destruídas num paredão localizado num declive da trilha, já descendo para o circuito final do passeio. Na parte baixa, quando termina a inclinação do caminho, tem um pequeno abrigo com pinturas já desgastadas pelo tempo, formando manchas vermelhas que compromete a identificação das imagens. Após esse painel na área abrigada, os visitantes de dirigem para o portão de saída do percurso da Serra das Paridas I.



Figura 55 . Visitante observando o painel rupestre localizado no declive da trilha.



Foto: Mirta Barbosa, 2019.

Figura 56. Pequeno abrigo com pinturas rupestres localizado no último ponto de visitação do itinerário da Serra das Paridas I.



Foto: Mirta Barbosa, 2019.



Figura 57. Visitantes descendo a trilha que leva ao portão de saída do itinerário da Serra das Paridas I.



Foto: Mirta Barbosa, 2019.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Complexo Arqueológico Serra das Paridas é composto por quatro sítios arqueológicos (Serra das Paridas I, II, III e IV), localizado no município de Lençóis, na parte central do Estado da Bahia. Esse espaço tornou-se conhecido na região da Chapada Diamantina, atravessando as fronteiras do país, no qual a Serra das Paridas I é o único local com arte rupestre no território baiano estruturado e organizado para receber visitantes em suas dependências.

Em decorrência dessa possibilidade de visitação, o sítio já faz parte dos roteiros exibidos nos diversos canais de divulgação turística, o que permite um fluxo contínuo, principalmente, na alta estação (de dezembro a fevereiro) e em diferentes feriados do calendário brasileiro. Além disso, conta com a presença de pessoas das localidades do próprio município, seja de maneira avulsa ou envolvendo instituições públicas, como, por exemplo, as escolas das redes municipais e estaduais.

O que foi apresentado nesse trabalho dissertativo foi o processo que culminou na situação atual que o complexo se encontra, fazendo uma análise dos principais elementos que transformaram a Serra das Paridas I, outrora um ambiente de utilização extrativista de cunho puramente comercial, em um espaço de socialização de informações históricas, geológicas e biológicas e de contato direto com o ambiente regional.

Nesse sentido, a Serra das Paridas foi trazida aqui como foco de reflexões sobre a preservação de um sítio de arte rupestre e dos vários desafios no campo da gestão. A principal interrogação foi como compatibilizar a proteção de um patrimônio arqueológico, considerado um bem público, atrelando aos interesses econômicos privados, com as exigências de uma legislação patrimonial que apresenta uma série de princípios e definições, mas carece de instrumentos mais eficientes e práticos para as orientações necessárias em se tratando de uma área privada.

A resposta encontrada no decorrer da pesquisa que mostra a ausência de órgãos públicos federais, estaduais e municipais, apesar de iniciativas e apoios pontuais do Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia e das Secretarias Municipais de Turismo e de Cultura de Lençóis. No estudo que foi apresentado nessa dissertação sobre a Serra das Paridas I, pode-se afirmar que o Iphan nunca esteve presente no contexto do sítio e não participou ou promoveu qualquer atividade educativa em prol da preservação e/ou gestão do espaço. Seu único apoio refere-se ao fato do representante do Escritório do Iphan no município de Lençóis estar presente, de forma breve, em alguns eventos promovidos pelo Grupo de Pesquisa Bahia

Arqueológica.

A nítida ausência do Iphan na Serra das Paridas aponta que o modelo institucional de organização, fiscalização, proteção e gestão do órgão está distante de cumprir sua finalidade e demandas de um órgão público que deveria estar a serviço da sociedade. Em outra perspectiva, pode-se assinalar também que essa autarquia federal encontra-se despreparada para os desafios de lidar com os novos conceitos que formam os discursos do patrimônio cultural e a ampliação de abordagens que considerem, por exemplo, a educação, a valorização, o fomento, a preservação física e a participação social frente ao setor patrimonial diante de uma realidade econômica que implica na instalação de novos empreendimentos (com seus espaços e equipamentos inerentes), absorvendo toda a atenção para atender a demanda burocrática.

Porém, a omissão do Iphan no Complexo Arqueológico Serra das Paridas, não foi obstáculo para o processo de preservação e gestão dos painéis de arte rupestre e do contexto ambiental no entorno do sítio. Nesse aspecto, as ações protetivas e gerenciais sempre estiveram relacionadas com os investimentos privados dos proprietários da área do sítio, envolvendo a participação de alguns setores da sociedade de Lençóis e, principalmente, o trabalho desenvolvido pelo Grupo de Pesquisa Bahia Arqueológica que realizou diferentes atividades arqueológicas e educativas que contribuíram para a elaboração do itinerário de visitação e da construção das estruturas que compõem o espaço da Serra das Paridas I.

Desde a descoberta dos painéis com pinturas rupestres no contexto da Serra das Paridas, em 2005, os proprietários da área buscaram alinhar a questão econômica com a os desafios da preservação e da gestão do sítio arqueológico. Foi com esse pensamento que eles permitiram a realização dos estudos arqueológicos e financiaram as atividades educativas junto a diferentes grupos representativos da região, principalmente, professores, alunos e guias turísticos da região. E foi com esse apoio incondicional que o prof. Carlos Etchevarne e sua equipe conseguiram organizar pesquisas de campo e ações de cunho educativo que envolveu um grande público de diversos locais da Chapada Diamantina.

Inicialmente, com recursos do Projeto Homem e Natureza e, posteriormente, com financiamento de outros projetos desenvolvidos na região da Chapada Diamantina, os primeiros estudos realizados no contexto ambiental da Serra das Paridas foram realizados em 2006. A equipe de arqueologia coordenada pelo Prof. Etchevarne fez um mapeamento dos afloramentos rochosos com o objetivo de identificar as áreas que possuíam registros com pinturas rupestres. Baseado nos resultados dos levantamentos dos painéis gráficos, o professor definiu o espaço como um Complexo Arqueológico, formado por quatro sítios: Serra das

Paridas I, II, III e IV. Começava, nesse momento, uma série de atividades arqueológicas e educativas que iriam direcionar as iniciativas dos proprietários da área para o uso patrimonial e econômico do complexo.

A partir da definição e caracterização do complexo arqueológico, a segunda atividade desenvolvida pela equipe de arqueologia, com o aval e apoio dos proprietários da área, foi a realização do Primeiro Seminário de Arqueologia no município de Lençóis. Esse primeiro evento, que contou com a presença de importantes lideranças da região da Chapada Diamantina, principalmente por professores, líderes comunitários e guias locais, foi de suma importância para o início das discussões sobre o processo de preservação e gestão da Serra das Paridas.

Na verdade, esse primeiro seminário foi além dos aspectos puramente teóricos de discussões e reflexões e do contexto da Serra das Paridas. A partir dele, a comunidade de Lençóis e pessoas de outras localidades da Chapada Diamantina, tiveram a oportunidade de conhecer o potencial da arte rupestre da região e começaram a fomentar ações direcionadas para o mapeamento de sítios arqueológicos que foram sendo realizados em anos posteriores, sempre com a participação efetiva da equipe de arqueologia do Bahia Arqueológica.

Durante os levantamentos de campo realizados em outras partes da Chapada Diamantina, os grupos envolvidos nessa tarefa identificaram vários sítios de arte rupestre e a possibilidade iminente da destruição das áreas mapeadas apontando a inexistência de uma política pública direcionada para este tipo de patrimônio e o desconhecimento da maioria das comunidades que vivem no entorno desses espaços. Preocupados com a preservação das pinturas e a possibilidade de um aproveitamento turístico sustentável e não predatório, reconheceram a relevância do trabalho com as comunidades locais, e a formação de pessoas que possam estar contribuindo para a proteção e gestão desses sítios arqueológicos.

Enquanto outros municípios planejavam a melhor forma de preservar e gerir os sítios de arte rupestre que estavam em processo de identificação, trabalhando junto com o poder municipal, os proprietários da Serra das Paridas, Idenor Borges e Renato Hayne, resolveram investir em ações práticas, sem aguardar o apoio dos órgãos públicos. Os primeiros investimentos foram direcionados na formação de agentes patrimoniais, que pudessem contribuir para a proteção da Serra das Paridas e na capacitação de guias locais, objetivando a preparação desses profissionais para o atendimento ao público visitante quando o sítio estivesse estruturado para recebê-los. E assim foi feito. De 2007 a 2017, foram organizados seminários, oficinas e palestras direcionados para um público amplo e heterogêneo, interessado em participar e/ou trabalhar em prol de uma iniciativa pioneira no Estado da Bahia.

Nesse período de dez anos, houve intensa atividade educativa e de muita integração com o público participante, principalmente professores e guias turísticos. Foi exatamente nesse contexto de ações efetivadas com as comunidades, que a equipe de arqueologia foi construindo, junto com os proprietários da Serra das Paridas, estratégias para a utilização do espaço arqueológico, utilizando-se das orientações encontradas na legislação que rege o patrimônio arqueológico e nas experiências de outras realidades arqueológicas no Brasil, mas sempre considerando a realidade regional que estava sendo trabalhada.

Paralelo às atividades educativas, houve, em 2013, as escavações arqueológicas no maior abrigo identificado no Sítio Serra das Paridas I. Esse trabalho de campo endossou a importância da arqueologia no processo social, que engloba suas aspirações científicas atrelado com a convivência e transparência junto às comunidades locais. Em muitas oportunidades, pessoas do município de Lençóis e de outras localidades puderam conhecer as atividades *in loco* e interagir com os pesquisadores, numa troca de experiências que foi fundamental para o reconhecimento da área como um acervo patrimonial que possuía uma relação de continuidade histórica e cultural dentro do território da Chapada Diamantina.

Com o término das escavações arqueológicas realizadas no sítio Serra das Paridas I, somados aos resultados positivos dos vários eventos educativos que haviam sido realizados em Lençóis e das inúmeras reuniões com os proprietários da área arqueológica, deu-se início ao processo de elaboração e construção de um itinerário de visitação que contemplasse os diferentes espaços do sítio, considerando a localização dos painéis gráficos identificados. Cabe ressaltar, que até esse momento, as visitas nas Paridas aconteciam de maneira esporádica e não tinha um percurso previsto, nem as estruturas necessárias para garantir a mobilidade do público, nem a segurança do próprio contexto pictórico. Existia apenas uma construção de pedra, que servia como uma singela instalação onde se vendia produtos artesanais e funcionava como um pequeno receptivo.

Durante a execução das ações de montagem do itinerário de visitação na Serra das Paridas I, as primeiras providências tomadas estavam relacionadas com a proteção dos locais com pinturas rupestres. Nesse sentido, foram construídos guarda-corpos na frente dos painéis gráficos, utilizando-se de madeira morta coletada nas áreas ao redor do sítio. Cada painel foi cercado com essas estruturas, mantendo uma certa distância para o público, sem comprometer a visualização dos desenhos registrados na rocha. No total foram instaladas vinte estruturas protetoras.

Com a proteção dos painéis com pinturas rupestres consolidadas, a outra ação prevista foi a acessibilidade do público durante o percurso planejado, com o intuito de tornar a visita

segura e prazerosa. A estrutura que foi construída contemplou a montagem de corrimões de madeira morta coletada na região e de degraus feitos com pedras já existentes na área, que foram ajustadas ao solo e umas às outras, para dar firmeza durante a caminhada do visitante.

O planejamento do percurso do itinerário de visita da Serra das Paridas I contemplou a organização de 10 locais, que foram apontados como espaços apropriados para as paradas do público, considerando, principalmente, a visibilidade das pinturas rupestres e do seu contexto ambiental. Para cada ponto de visita foi prevista a elaboração de um quadro informativo, com textos sobre os motivos gráficos e dados arqueológicos, e de placas de sinalização, indicando os caminhos a serem percorridos. Como foi descrito no capítulo 4 da dissertação, cada área indicada no circuito do sítio tem sua particularidade, que somadas, conduzem o público a uma experiência de campo que extrapola as imagens apresentadas em um livro de história e vai além da contemplação da natureza local.

Concluída a parte estrutural, que diz respeito à área das pinturas rupestres da Serra das Paridas I, o investimento financeiro foi direcionado para a parte externa, motivados pela comodidade do público, com equipamentos e acessórios que tornasse a visita segura e acessível. A primeira iniciativa foi melhorar as instalações da casa de pedra, ampliando suas dependências e organizando os espaços funcionais. Com essa iniciativa, ampliou-se a loja de souvenirs, com a colocação de prateleiras e outros móveis para a exposição dos objetos artesanais. Afastando-se do perímetro dessa construção duas áreas foram contempladas com um amplo estacionamento, com vagas para quinze carros pequenos e mais duas vagas para ônibus e vans de turismo e um espaço coberto por madeira e palhas decorados com mesas, bancos de madeira e redes de pano, para serem utilizados pelo público antes ou após a visita.

Esse conjunto conceitual e estrutural da Serra das Paridas I só foi possível em decorrência da participação efetiva de uma equipe de arqueologia em todas as etapas de concepção e execução do itinerário de visita, em parceria com os proprietários da área que permitiu o acesso dos pesquisadores e o apoio financeiro para a maioria das ações previstas. Nessa interação eles sempre colocaram como prioridade as pesquisas arqueológicas e seus desdobramentos, sempre aceitaram a premissa da preservação do sítio de arte rupestre dentro de uma responsabilidade cidadã, independente das normas encontradas na legislação brasileira e mundial e compreenderam que a gestão de um bem público era um desafio e teriam uma série de obstáculos e omissões, mesmo assim seguiram em frente.

No caso específico da Gestão da Serra das Paridas I, o primeiro quesito a ser considerado foi a preservação do sítio de arte rupestre, a partir de ações que visavam a sua proteção e segurança, no qual todas as estruturas montadas tiveram essa premissa. A

construção de pedra, por exemplo, não foi erguida apenas para servir de lojinha de *souvenir* ou para abrigar temporariamente os visitantes. Foi construída para servir de moradia para um funcionário contratado que tinha como missão cuidar da área da Serra das Paridas. Seu serviço incluía verificar o estado de conservação dos painéis gráficos, verificando algum tipo de vandalismo cometido, não permitir a entrada de estranhos e comunicar qualquer intervenção não autorizada no contexto do sítio.

Na parte gerencial, o Complexo Arqueológico Serra das Paridas é administrado pela Agência Volta ao Parque que cuida de toda a parte que envolve a contratação de pessoal e que concede as autorizações para visitar a serra. Nesse sentido, a empresa mantém parceria com todas as agências de turismo da região da Chapada Diamantina e muitas outras espalhadas no Estado da Bahia e pelo Brasil. Ou seja, qualquer pessoa para visitar o sítio de arte rupestre, precisa da autorização da agência, mesmo com guia cadastrado.

Apesar de toda a estrutura montada, do planejamento do itinerário de visitação e da organização funcional da Serra das Paridas I, existem algumas observações e sugestões que precisam ser avaliadas na questão que envolve a Gestão privada do sítio arqueológico. Uma primeira consideração que pode ser apontada, é a importância da realização de um estudo referente a capacidade de visitação do espaço arqueológico. Durante a pesquisa, foi identificado que nunca houve um estudo para avaliar a quantidade de pessoas que pode visitar o sítio ao mesmo tempo e qual a consequência para as pinturas, com o excesso dessa carga turística. Em verdade, a falta desse tipo de estudo também é observada na legislação do Iphan, onde não existe nenhuma orientação sobre esse tema relacionado a sítios de arte rupestre.

Nesse sentido, percebe-se que falta uma atuação do Iphan em definir critérios referentes ao uso turístico de sítios arqueológicos e, mais especificamente, um posicionamento sobre a realização estudos relacionados a carga de visitação em sítios de arte rupestre. Demanda também, por parte do Instituto, esclarecimentos sobre questões relacionadas à preservação dessas áreas, apontando ações que possam minimizar impactos e destruição, deve-se pensar em políticas de incentivos fiscais aos donos de propriedades que possuam esse tipo de acervo arqueológico, que lutam por sua proteção, como é o caso dos proprietários do Complexo Arqueológico Serra das Paridas.

Com relação ao quesito financeiro externo aos investimentos privados dos proprietários e visando manter a preservação da Serra das Paridas, seria importante a participação em editais públicos. Por se tratar de uma empresa privada, entendida por ser com finalidades de lucro, uma alternativa seria a criação de uma Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN), que visa, entre outras coisas, promover a conservação da diversidade

biológica, o manejo de recursos naturais e o desenvolvimento de pesquisas científicas. A existência de uma RPPN permitiria a possibilidade de formalizar parcerias com instituições públicas e privadas na proteção, gestão e manejo da área.

Referente aos incentivos para uma visitação pública direcionada para os moradores da região da Chapada Diamantina e outras partes do Estado da Bahia, seria importante os proprietários buscarem parcerias com as prefeituras municipais da região, buscando implantar programas de geração de renda como o estímulo à produção local de artesanato, além do desenvolvimento de ações educativas na área do sítio arqueológico.

Ademais, tomando como base as iniciativas e ações que foram realizadas na Serra das Paridas I, o modelo de gestão foi implantada em paralelo com as pesquisas arqueológicas efetivadas nas áreas onde foram identificadas as pinturas rupestres e seguiu numa direção preservacionista que antecedeu a questão econômica. Ou seja, todos os investimentos privados no sítio arqueológico, estavam atrelados com a preocupação de salvaguardar os painéis gráficos e seu contexto, como elemento principal para as possibilidades de visitação pública, que sempre foi a consequência das atitudes de proteção do ambiente natural e cultural das Paridas.

Em síntese, a atuação contínua de uma equipe de arqueologia no contexto do Complexo Arqueológico da Serra das Paridas, especificamente na Serra das Paridas I, motivou, incentivou e orientou o processo de transformação de uma simples área extrativista sem organização, em um promissor centro de ações ecológicas, sociais, educativas e preservacionistas.



## 6. REFERÊNCIAS

ABREU, Mila Simões de. **Patrimônio Mundial, Patrimônio Global**. Revista Alter Ibi, Centro de Investigação e de Estudos em Belas-Artes da Faculdade de Belas-Artes da Universidade de Lisboa, Portugal, v. 1, n. 1, p. 19-33, 2014.

ALMAGRO BASCH, Martín (janeiro–fevereiro 1969). «**En el aniversario del descubrimiento de la Cueva de Altamira**». Atlántida. VII (37): 104-111.

ALMEIDA, F.F. M. **O Cráton do São Francisco**. Revista Brasileira de Geociências, Rio de Janeiro, v. 7, 1997. p.349-364.

ALTARES, Guillermo. **Altamira: dos informes, muchas dudas**. El País, Madrid, 24 out. 2014. Cultura. Disponível em: [https://elpais.com/cultura/2014/10/23/actualidad/1414079592\\_420058.html](https://elpais.com/cultura/2014/10/23/actualidad/1414079592_420058.html)

ALTUNA, Jesús (janeiro–fevereiro 2002). «**Los animales representados en el arte rupestre de la Península Ibérica**. Frecuencias de los mismos» (PDF). São Sebastião: Sociedad de Ciencias Naturales ARANZADI. MUNIBE

ANDRADE, Rodrigo Melo Franco. “**Rodrigo e o SPHAN - coletânea de textos sobre o patrimônio cultural**”. Rio de Janeiro, MinC/Fundação Nacional Pró-Memória, 1987.

\_\_\_\_\_. “**Brasil: Monumentos Históricos e Arqueológicos**”. Série Pesquisa e documentação do IPHAN. Rio de Janeiro: IPHAN, 2012.

\_\_\_\_\_. “**Brasil: Proteção e revitalização do patrimônio cultural no Brasil: uma trajetória**”. Brasília: SPHAN/FNPM, 1980.

BARBOSA, J.S.F.; SABATÉ, P. **Colagem Paleoproterozóica de Placas Arqueanas do Cráton do São Francisco na Bahia**. Revista Brasileira de Geociências, Rio de Janeiro, 2003. p.7-14.

BASTOS, Rossano Lopes. **Normas de gerenciamento arqueológico**. 2. ed. São Paulo: 9º SR/IPHAN, 2008.

\_\_\_\_\_. SOUZA, Marise Campos de. (Org.). **Normas e gerenciamento arqueológico**. 3. ed. São Paulo: 9º SR/IPHAN, 2010.

\_\_\_\_\_. **A Arqueologia pública no Brasil: novos tempos**. In:\_\_\_\_\_. (Org.) Patrimônio: atualizando o debate. IPHAN, 2006. p. 155-168.

BRAGA, Célio; SENNA, Ronaldo; MACHADO, Zahidé Neto. **Garimpos e garimpeiros**. Feira de Santana: UEFS, 2008.

BRASIL. [Constituição (1934) ]. **CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL 1934: CONSTITUIÇÕES BRASILEIRAS** Volume III. 3. ed. Brasília, DF: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2012. 162 p.

\_\_\_\_\_. [Constituição (1937) ]. **CONSTITUIÇÃO DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL 1937: CONSTITUIÇÕES BRASILEIRAS** Volume IV. 3. ed. Brasília, DF: Senado

Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2012. 120 p.

\_\_\_\_\_. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, [2019]. 399 p. Disponível em: [https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/566968/CF88\\_EC105\\_livro.pdf](https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/566968/CF88_EC105_livro.pdf). Acesso em: 26 jun. 2020.

\_\_\_\_\_. **Decreto-lei 25, de 30 de novembro de 1937**. Disponível em: <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/Del0025.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del0025.htm)>.

\_\_\_\_\_. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. SPHAN/Pró-Memória. **Proteção e revitalização do patrimônio cultural no Brasil: uma trajetória**. Brasília/Rio de Janeiro: MEC/SPHAN/Pró-Memória, 1980.

BRITO, Francisco Emanuel Matos. **Os ecos contraditórios do turismo na Chapada Diamantina**. Salvador: EDUFBA, 2005.

BUCO, Elizabete. **Proteção e conservação de sítios arqueológicos no Parque Nacional Serra da Capivara**. In: FIGUEIREDO, Silvio Lima; PEREIRA, Edithe; BEZERRA, Márcia. (Org.). Turismo e gestão do patrimônio arqueológico. Belém: IPHAN, 2012. p. 91-100.

CASTELLS, M. (2002). **A Era da Informação: Economia, Sociedade e Cultura, Vol. I. A Sociedade em Rede**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

CEZAR, R. V. CAMARGO, V. A. **História Natural da Chapada Diamantina. Caminhos do Brasil**. Viagem de Conhecimento. Volume 1. 2016. 128 p.

CHIAVENATO, Idalberto. **Introdução à teoria geral da administração**. 6 ed. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. Lisboa: Edições 70, 2001.

CHUVA, Marcia Regina Romeiro. **“Os arquitetos da memória: sócio gênese das práticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil (anos 1930 1940)”**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009.

CONCEIÇÃO, A.A. 2000. **Alerta para a conservação da biota na Chapada Diamantina**. Revista Ciência Hoje 27(159): 54-56.

CONCEIÇÃO, A.A. & Giulietti, A.M. 2002. **Composição florística e aspectos estruturais de campo rupestre em dois platôs do Morro do Pai Inácio, Chapada Diamantina, Bahia, Brasil**. Hoehnea 29(1): 37-48.

CUNHA FILHO, F. H.; FERREIRA NETO, J. O. **Análise comparativa do instituto do tombamento presente nas leis estaduais da região nordeste do Brasil**. In: FILHO, Francisco Humberto Cunha. (Org.). Proteção do patrimônio cultural brasileiro por meio do tombamento: estudo crítico e comparado das legislações estaduais. Fortaleza: Edições UFC, 2013.

CRUZ, S.C.P; DIAS, V.M; ALKMIM, F.F. **A interação tectônica embasamento/cobertura em aulacógenos invertidos: um exemplo da Chapada Diamantina Ocidental**. Revista Brasileira de Geociências, Rio de Janeiro, v. 37, n. 4, 2007. p.111-127.

DAVALLON, Jean. **Memória e Patrimônio: por uma abordagem dos regimes de patrimonialização**. In: TARDY, Cécile (dir.); DODEBEI, Vera (dir.). Memória e novos patrimônios. Marselha: Open Edition Press, 2015. Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/353073106/Memoria-e-novos-patrimonios-pdf>. Acesso em: 2020.

ENDERE, M. L., & ZULAICA, M. L. (2015). **Socio-cultural sustainability and “Buen Vivir” (Good Living) at heritage sites: assessment of the Agua Blanca case, Ecuador**. Ambiente & Sociedade.

ESTADO DA BAHIA. LEI nº 13.193, de 13 de novembro de 2014. **Aprova o Plano Estadual de Cultura da Bahia e dá outras providências**. Salvador, Bahia: DOE. Disponível em: [https://siic.cultura.ba.gov.br/pdfs/Plano\\_Estadual\\_de\\_Cultura.pdf](https://siic.cultura.ba.gov.br/pdfs/Plano_Estadual_de_Cultura.pdf). Acesso em: 26 jun. 2020.

ESTEVES, Henrique Peres. **“Os crimes comissivos por omissão na tutela do patrimônio cultural”**. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/31542/os-crimes-comissivos-por-omissao-na-tutela-do-patrimonio-cultural>

ETCHEVARNE, Carlos. **Escrito na pedra: Cor, forma e movimento nos registros rupestres da Bahia**. Fundação Odebrecht, Rio de Janeiro: Versail, 2007, 312, pag., il.

\_\_\_\_\_. **Programa de Identificação, Proteção e Gestão de Sítios de Arte Rupestre da Chapada Diamantina, Bahia**. Salvador. 2008.

\_\_\_\_\_. **Projeto Circuitos Arqueológicos de Visitação da Chapada Diamantina**. Convenio IPAC/UFBA. Salvador. 2010.

\_\_\_\_\_. **Relatório Final do Projeto Circuitos Arqueológicos de Visitação da Chapada Diamantina**. Convenio IPAC/UFBA. Salvador. 2015.

\_\_\_\_\_. **A história da Bahia Antes da colonização Portuguesa**. Revista Nordeste de História Do Brasil, vol. 2, nº 4, junho de 2021, p. 62-83.

FERNANDES, Edésio; AFONSIN, Betânia. **Revisitando o instituto do tombamento**. Belo Horizonte: Fórum, 2010.

FERREIRA, Elisangela Oliveira. **Entre vazantes, caatingas e serras: trajetórias familiares e uso social do espaço no sertão do São Francisco, no século XIX**. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, 2008.

FERREIRA, Ivette Senise. **Tutela Penal do Patrimônio Cultural**, 1995, São Paulo, RT Editores.

FERREIRA, Marcio Reinaldo Lucena. **Gestão compartilhada e cidadania: um estudo da experiência do “Pacto do Novo Cariri”**. 110 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-graduação em Administração, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2006.

FLORÊNCIO, Sônia R. R.; CLEROT, Pedro; BEZERRA, Juliana; RAMASSOTE, Rodrigo. **Educação Patrimonial: histórico, conceitos e processo**. Brasília: Iphan/DAF/Cogedip/Ceduc, 2014.

FOGOLARI, Everson Paulo. **Gestão em projetos de arqueologia**. Erechim, RS: Habilis, 2009.

FRONER, Yacy Ara. **Patrimônio cultural: tangível e intangível**. In: CASTRIOTA, Leonardo Barci (org.). Paisagem Cultural e Sustentabilidade. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

FRONER, Yacy Ara. **Os domínios da memória – um estudo sobre a construção do pensamento preservacionista no campo da Museologia, Arqueologia e Ciência da Conservação**. Tese (Doutorado) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Departamento de História, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.

FUNARI, P.P.A. 2006. **Fontes arqueológicas. Os historiadores e a cultura material**. In: C.B. PINSKY (org.), Fontes históricas. 2ª ed., São Paulo. Contexto, p. 81-110.

FUNARI, P.P.A; GONZÁLEZ, E.M.R. **Ética, Capitalismo e Arqueologia Pública no Brasil**. HISTÓRIA, São Paulo, 27 (2): 2008

GIUDICE, D. S.; **Geodiversidade e lógicas territoriais na Chapada Diamantina – Bahia**. CBPM – Companhia Baiana de Pesquisa Mineral. Salvador, 2012.

GRIFFITH, C. S., & GRIFFITH, L. M. (2012). **Partnerships in Archaeotourism: the Future of Cueva Borbon, Dominican Republic**. Chungara- Revista de Antropologia Chilena, 44(3), 523–532. <https://doi.org/10.4067/S0717-73562012000300014>. Consultado em 2020.

GUIMARÃES, J.T.; ALKMIN, F.F.; CRUZ, S.C.P. **Supergrupos Espinhaço e São Francisco**. In: BARBOSA, J.S.F. (Coord.) Geologia da Bahia: pesquisa e atualização. Salvador: CBPM, 2012. (Série Publicações Especiais, 2)

HORTA, M. de Lourdes P.; GRUNBERG, Evelina; MONTEIRO, Adriane Q. **Guia básico de educação patrimonial**. 3. ed. Brasília: IPHAN/Museu Imperial, 2006. 66 p.

IPAC - Instituto do Patrimônio Artístico Cultural. (IPAC). 2021.

<http://www.ipac.ba.gov.br/institucional/apresentacao> (Consultado em agosto de 2021).

IPHAN - Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Cartas Patrimoniais**. 2020. Disponível em: <http://portal.Iphan.gov.br/pagina/detalhes/226>.

\_\_\_\_\_. **Carta de Atenas. 1931**. Disponível em: <http://portal.Iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20de%20Atenas%201931.pdf>.

\_\_\_\_\_. **Recomendação de Nova Delhi. 1956**. Disponível em: <http://www.Iphan.gov.br/baixaFcdAnexo.do?id=4674>.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. **O Patrimônio como categoria de pensamento. Memória e Patrimônio – Ensaios Contemporâneos**. Lamparina Editora. Rio de Janeiro. 2009.

JARDIM DE SÁ, E.F., BARTELS, R.L., BRITO NEVES, B.B., MCREATH, I., 1976. **Geocronologia e o modelo tectono-magmatico da Chapada Diamantina e Espinhaço**

**Setentrional, Bahia.** In: XXIX Congresso Brasileiro de Geologia, Ouro Preto, SBG. Anais, vol. 4, p. 205-257.

JESUS, E. F. R., FALK, F. H., RIBEIRO, L. P. & MARQUES, T. M., 1985. **Caracterização geográfica e aspectos geológicos da Chapada Diamantina-Bahia.** Salvador, Centro Editorial e Didático da UFBA, 52pp.

LAIA, Paulo Otávio. **Percursos e Fronteiras: os Labirintos entre a Proteção Legal e a Salvaguarda Institucional das Coleções Arqueológicas no Brasil.** Revista Arqueologia Pública. Vol. 11, n. 2, p.166-185. Campinas. 2017.

LIMA, Carlos César Uchôa de; NOLASCO, Marjorie Cseko. **Lençóis: uma ponte entre a geologia e o homem.** Feira de Santana: UEFS, 1997.

LOPES, Rodrigo Freitas. **Nos currais do matadouro público: o abastecimento de carne verde em Salvador no século XIX (1830-1873).** Dissertação de Mestrado. Universidade Federal das Bahia. Salvador, 2009.

LUMBRERAS, J.G. **La Arqueología como Ciencia Social.** Ediciones Piesa: Lima, Peru 1981.

MACHADO, Paulo Affonso Leme. **Direito ambiental brasileiro.** São Paulo: Malheiros, 2006.

MARTINS, Romulo de Oliveira. **“Vinha na fé de trabalhar em diamantes.” Escravos e libertos em Lençóis, Chapada Diamantina-BA (1840 – 1888).** Universidade Federal da Bahia – UFBA. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em História Social – PPGH. Salvador. 2013.

MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. **Para uma política arqueológica do SPHAN.** Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Rio de Janeiro, n. 22, p. 210-211, 1987.

MIRANDA, Marcos Paulo de Souza. **Tutela do patrimônio cultural brasileiro: doutrina, jurisprudência, legislação.** Belo Horizonte: Del Rey, 2006.

MISI, A., SILVA, M.G. 1996. **Chapada Diamantina Oriental - Bahia: geologia e depósitos minerais.** Salvador, Superintendência de Geologia e Recursos Minerais (Série roteiros geológicos). p.1-11.

MORAIS, José Luiz. **A arqueologia preventiva como arqueologia: o enfoque acadêmico-institucional da arqueologia no licenciamento ambiental.** Revista de Arqueologia do IPHAN, Florianópolis, v. 2, p. 298-133, 2005.

\_\_\_\_\_. **Arqueologia da Paisagem como Instrumento de Gestão no Licenciamento Ambiental de Atividades Portuárias.** Gesta, v. 3, n. 4, out.-dez./2007, p. 97-115.

MORAIS, José Luiz; MOURÃO, Henrique A. **Inserções do direito na esfera do patrimônio arqueológico e histórico-cultural.** In: WERNECK, Mário et al. (Coord.). **Direito ambiental: visto por nós advogados.** Belo Horizonte: Del Rey, 2005. p. 341-393.

MOTTA, Rimara. **Os grafismos geométricos do Complexo Arqueológico Serra das Paridas, em Lençóis, Bahia: identificação dos padrões gráficos.** São Cristóvão, 2018. 213



f.: il.

MOURÃO, Henrique Augusto. **Patrimônio Arqueológico: Um Bem Difuso. Subsídios do Direito Ambiental Brasileiro à Participação das Associações Cíveis na Promoção e Proteção do Patrimônio Arqueológico.** Universidade de São Paulo. Programa de Pós-Graduação em Arqueologia. São Paulo, 2007.

MUKAI, Toshio. **Legislação, meio ambiente e autonomia municipal. Estudos e Comentários RDP**, vol. 79.

PALMA, Tiago. **A caverna pré-histórica de Lascaux vai ser reaberta ao público. Ou melhor, uma reprodução 3D desta vai.** Disponível em: <https://pt.khanacademy.org/humanities/prehistoric-art/paleolithic/sites/a/lascaux>.

PARDI, M. Lúcia Franco. **Gestão de patrimônio arqueológico, documentação e política de preservação.** 2002. 289 f. Dissertação (Mestrado) – IGPA, Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2002.

PARENTE, T. V.; BORGIO, L. A.; MACHADO, J. W. B. **Características físico-químicas de frutos de mangaba (*Hancornia speciosa* Gom) do cerrado da região geo-econômica do Distrito Federal.** Ciência e Cultura, v.37, n.1. 1985.

PEDREIRA, Augusto J.; MARGALHO, Rui de S. F. X. Margalho (Orgs.). Mucugê (folha SD.24-V-C-II): estado da Bahia: texto explicativo. Brasília: CPRM; DNPM, 1990. 112 p. Programa Levantamentos Geológicos Básicos do Brasil - PLGB.

\_\_\_\_\_ PEDREIRA, Augusto J; ROCHA, Antonio José Dourado. **Geoparque Morro do Chapéu (BA) - Proposta.** Salvador: CPRM, 2013. v. 1.

PINA, Maria Cristina. **Santa Isabel do Paraguaçu: cidade, garimpo e escravidão nas Lavras Diamantina, século XIX.** Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2000.

PORTA, P. **Política de preservação do patrimônio cultural no Brasil: diretrizes, linhas de ação e resultados: 2000/2010.** Brasília, DF: IPHAN/Monumenta, 2012.

RANGEL, Marcio Ferreira. **Museologia e patrimônio: encontros e desencontros.** Boletim Museológico. Emílio Goeldi. Ciências. Humanas. Vol. 7, n. 1, p.103-112. Belém. 2012.

RODRIGUES, José Eduardo Ramos. **Tombamento e patrimônio cultural.** In: BENJAMIN, Antônio Hermem V. (Coord). Dano ambiental, prevenção, reparação e repressão, São Paulo, Revista dos Tribunais, 1993.

SAMPAIO D. R., DA COSTA E. D. A., NETO M. C. A. **Diamantes e carbonados do alto Rio Paraguaçu: geologia e potencialidade econômica.** CBPM, Série de Arquivos Abertos, 8, Salvador, 23p.

SAMPAIO, Theodoro. **O rio São Francisco e a Chapada Diamantina.** 2. Ed. Salvador: Progresso, 1938.

SANTOS. Adalberto S., **Patrimônio e Memória: da Imposição de Identidades à Potencialização de Atos Coletivos.** UFBA. Salvador, 2012.

SANTOS, J. L. dos. **O que é cultura**. São Paulo: Brasiliense, 1999.

SANTOS JR, Valdeci dos. **A influência das Cartas Internacionais sobre as Leis Nacionais de Proteção ao Patrimônio Histórico e Pré-Histórico e estratégias de preservação dos Sítios Arqueológicos Brasileiros**. MNEME, Revista de Humanidades, Dossiê Arqueologias Brasileiras, v.6, n. 13, dez.2004/jan.2005. Disponível em <http://www.seol.com.br/mneme>. Acesso em: 2020.

SENAC. **Manual do Guia de Turismo da Chapada Diamantina**. Salvador, 2014.

SILVA, A.L.; SILVA, J.J.dos S.; OLIVEIRA, L.B.de A. Implicações da Lei Geral go Licenciamento Ambiental (PI3729/04) no Cenário da Arqueologia Brasileira. Revista Noctua – Arqueologia e Patrimônio. Vol.2, p.41-55. Fundação Paranã-buc. Recife. 2021.

SILVA, A. J. **Supergrupo espinhaço na Chapada Diamantina no Centro-oriental, Bahia: Sedimentologia, Estratigrafia e Tectônica**. [ed.] Universidade de São Paulo Instituto de Geociências. São Paulo: Tese de Doutorado em Geoquímica e Geotectônica. 1994.

STARLING, M. (2012). **Entre a Lógica de Mercado e a Cidadania: Os Modelos de Gestão do Patrimônio Cultural**. In: **Políticas Culturais em Revista**. pp. 91-108. Consultado em agosto de 2021. [http://antigo.casaruibarbosa.gov.br/dados/DOC/palestras/Políticas\\_Culturais/II\\_Seminario\\_Internacional/FCRB\\_MonicaStarling\\_Entre\\_a\\_logica\\_de\\_mercado\\_e\\_a\\_cidadania.pdf](http://antigo.casaruibarbosa.gov.br/dados/DOC/palestras/Políticas_Culturais/II_Seminario_Internacional/FCRB_MonicaStarling_Entre_a_logica_de_mercado_e_a_cidadania.pdf)

TOLEDO, C. A. **A região das Lavras Baianas**. 2008. 245 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

TORQUATO, J.R. & Fogaça, A.C.C. 1981. **Correlação entre o Supergrupo Espinhaço no Brasil, o Grupo Chela em Angola e as Formações Nasib e Khoabendus da Namíbia**. pp. 87-99. In: Anais do simpósio sobre o Craton do São Francisco e suas faixas marginais. Salvador, Sociedade Brasileira de Geologia - Núcleo da Bahia, coordenação da produção mineral.

UNESCO. **Convenção sobre a salvaguarda do patrimônio mundial, cultural e natural**. In: CURY, Isabelle (Org.). Cartas patrimoniais. Rio de Janeiro: IPHAN, 2000. p. 77-94.

UNESCO Brasil. **Gestão do Patrimônio Mundial cultural**. Brasília. 163 p., il. – (Manual de referência do patrimônio mundial). IPHAN, 2016

UNESCO. **Prehistoric Sites and Decorated Caves of the Vézère Valley**. Disponível em: <http://whc.unesco.org/en/list/85>.

VAQUERIZO, Desiderio. **Arqueología Pública, O El Uso Social Del Patrimonio**. Revista Otarq. Vol. 2 2017, pp. 251-284.

WICHERS, Camila Azevedo de Moraes. **Patrimônio Arqueológico Paulista: proposições e provocações museológicas**. Orientador: Profa. Dra. Maria Cristina Oliveira Bruno. 2011. Tese (Doutorado em Arqueologia) - Programa de Pós-Graduação em Arqueologia do Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.